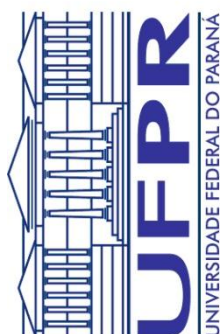
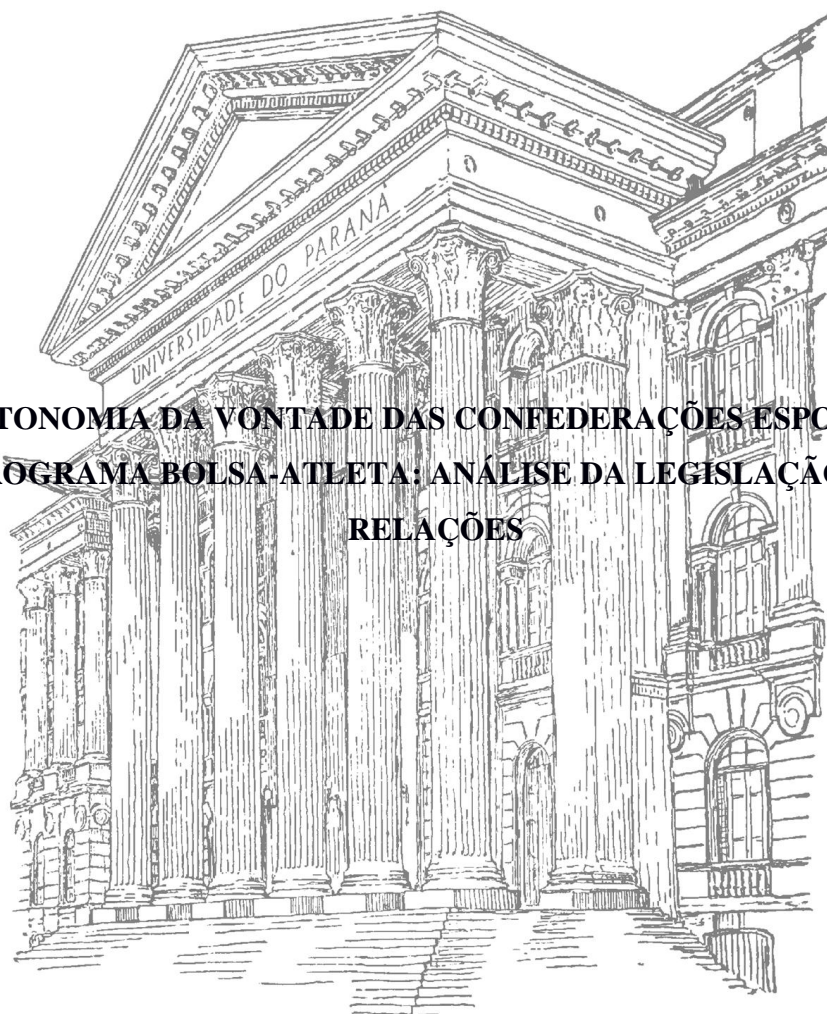


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA



AMANDA JORGE CORRÊA

**A AUTONOMIA DA VONTADE DAS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS
NO PROGRAMA BOLSA-ATLETA: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E SUAS
RELAÇÕES**



CURITIBA

2016

AMANDA JORGE CORRÊA

**A AUTONOMIA DA VONTADE DAS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS NO
PROGRAMA BOLSA-ATLETA: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E SUAS RELAÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em
Educação Física do Programa de Pós-
Graduação em Educação Física, do Setor de
Ciências Biológicas da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Fernando Marinho Mezzadri

CURITIBA

2016

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Corrêa, Amanda Jorge

A autonomia da vontade das confederações esportivas no programa bolsa-atleta: análise da legislação e suas relações. / Amanda Jorge Corrêa. – Curitiba, 2016.

135 f.: il. ; 30cm.

Orientador: Fernando Marinho Mezzadri

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes – Administração 2. Políticas públicas 3. Esportes – Financiamento 4. Olimpíadas 5. Atletas I. Título II. Mezzadri, Fernando Marinho III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.06

TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA JORGE CORRÊA

“A autonomia da vontade das confederações esportivas no programa bolsa-atleta: análise da legislação e suas relações”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri
Presidente/Orientador



Professor Doutor Marcelo Moraes e Silva
Membro Interno



Professor Doutor Miguel Archanjo de Freitas Júnior
Membro Externo

Curitiba, 29 de Fevereiro de 2016.

Àquela, que há mais de quatro anos atrás sonhou percorrer este caminho; que se sentava para ler produções científicas admirando a beleza do conhecimento humano; que devaneava que o mundo acadêmico era o local de devoção à sabedoria; aquela ingênua pessoa que se afastou enquanto ainda dava tempo para evitar o amargo sabor da desilusão, quero que ela constantemente se lembre da beleza deste sonho, pois o tempo na memória sempre será brilhante, saudoso e nostálgico. Dedico o esforço de trilhar este caminho a você minha amada irmã gêmea, Aline Jorge Corrêa, que sempre o desejou com muito ardor, não sabes o quanto foi tortuoso este trajeto sem sua companhia e juízo mais apurado, mas aprendi e amadureci muito com a sua ausência. É e sempre será o meu alicerce. A distância apenas nos fortaleceu. Agradeço-lhe por me propor este desafio. Amo-te muito.

AGRADECIMENTOS

Em todas as escolhas que fazemos, trilhamos uma nova jornada, no decorrer desta aventura agregamos grandes companhias valiosas, mas infelizmente nem todas podem lhe acompanhar até o fim, perdendo-se estas preciosidades pelas veredas da vida. Estes são meus votos de gratidão àqueles que de alguma forma me incentivaram a dar mais um passo.

Meus sinceros agradecimentos à Aline Jorge Corrêa enraizou este devaneio em meu coração tanto quanto como o sufocou no seu. Obrigada pelo apoio, incentivo e estar ao meu lado mesmo há um oceano de distância.

À minha querida mãe, pela devoção que um dia teve ao nos criar, e nos incentivar a ser o melhor que podemos ser.

À minha irmã Ana Paula Jorge Corrêa, ser um exemplo de mulher forte e independente que não deixa o medo e a insegurança lhe dominar. Ser aquela com quem eu posso contar em todas as situações.

À minha irmã Arielle Jorge Corrêa, agradeço a vivacidade da sua companhia e entender a importância que este trabalho tinha para mim.

Ao meu irmão Alexandre Jorge Corrêa, nunca hesitar quando precisei de sua ajuda.

Ao meu pai Geraldo Jorge Corrêa, meu bom velhinho, agradeço seu apoio mesmo na distância.

Ao meu amado companheiro Anderson Naegele Santos, acreditou no meu potencial e me incentivou nos momentos de insegurança a continuar esta jornada. Sua companhia foi fundamental para que este trabalho se materializasse, é meu alicerce, meu amor e minha vida. Je t'aime mon amour!

Ao meu cunhado Jhuniur Guarnido, por seu estilo genioso de dizer a verdade independente de suas consequências, esta é uma qualidade que possui que mais admiro. Obrigada por me incentivar a crescer e buscar melhores objetivos para a minha vida.

Aos meus tios Isabel e José e sua família, sempre estiveram ao nosso lado (meu e de minha amada família).

Ao professor, pesquisador Dr. Marcelo Moraes e Silva, pelo respeitoso distanciamento, lhe guardo uma afetuosa e silente admiração. Foi essencial para o desenvolvimento deste estudo, teceu críticas relevantes que me incomodaram suficientemente para me incentivar a buscar atenuá-las. Espero que continue sendo o orgulhoso pesquisador que me treinou, seu orgulho é uma virtude, ele o move a executar suas tarefas acadêmicas com préstimo e zelo. Também agradeço à sinceridade dilacerante de suas palavras, elas sempre me impulsionaram a crescer,

considero-a a melhor dentre suas qualidades. Desejo-lhe sucesso acadêmico e que muitos outros orientandos sejam felizes por evoluir em sua companhia.

Ao professor orientador Dr. Fernando Marinho Mezzadri, pela paciência e pela liberdade que me deste para buscar autonomia intelectual. Por incentivar esta pesquisa, por conseguir os dados necessários com o Ministério do Esporte para que este estudo se concretizasse e por acreditar em mim.

Aos professores do programa Inglês sem Fronteiras, agradeço o apoio dado. Foi prazeroso demais estar ao lado de vocês nestes dois breves anos. Desejo sucesso com o excelente trabalho.

Ao secretário da Coordenação de Pós-graduação Rodrigo Waki que me salvou algumas vezes com a empreitada burocrática inerente ao sistema educacional. Obrigada pela paciência e pelo incentivo. É um exemplo de funcionário público competente e eficiente. Desejo-lhe que continue sempre a trilhar os melhores caminhos.

Aos professores componentes da banca, agradeço o feliz aceite.

Aos membros do grupo de estudos de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer da UFPR, pois, as discussões realizadas em seu seio fortaleceram as ideias para a construção deste trabalho.

Para aqueles que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para que este estudo se desenvolvesse, meus mais sinceros votos de gratidão, respeito e admiração.

[...] e ninguém voltou a se preocupar com o inútil costume de dormir.
[...] Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas pelas suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. [...] Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia, momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita. (MÁRQUEZ, 2006, p.50,51)

RESUMO

O programa Bolsa-Atleta é uma das maiores políticas públicas de subsídio financeiro ao atleta do país, sendo copiado por diversos estados da federação. Seu sucesso caracteriza-se pela perenidade desta política, sendo doze anos de existência e concessão de benefícios. Esta pesquisa procurou investigar o processo de elaboração deste programa pelo Legislativo Federal, como sucedeu sua tramitação nas diversas instâncias das Casas Legislativas e como seu projeto foi se modificando e sofrendo influências de representantes do setor esportivo e político. Após aproximadamente seis anos em regime o programa passou por reformulações que acabaram por se configurar em um grande impacto para os seus beneficiários. Esta pesquisa buscou inferir as causas para sua reformulação, mas também, especificamente analisar de que forma uma modificação em um item da Legislação impactou no programa. Um dos itens alterados foi a responsabilização das Confederações Esportivas Nacionais a participarem do programa de forma mais incisiva. Neste sentido, esta pesquisa procurou entender de que forma o papel exercido por estas entidades privadas vem definindo os rumos desta política pública. Foi possível observar que as Confederações Esportivas estabelecem uma relação com o Ministério do Esporte que se traduz na autonomia da vontade destas, podem fazer tudo o que a Lei não as proíbe, neste sentido, foi observado que muitas acatam parcialmente a normativa estabelecida pelo órgão da administração pública. O fato de muitas Confederações exercerem este papel da forma como lhes convém, acaba por prejudicar os beneficiários do programa em certos aspectos analisados. Pesquisas futuras poderão analisar o atleta e suas relações com estas entidades a fim de estabelecer um contraponto com este estudo.

Palavras- chave: Bolsa-Atleta; Políticas Públicas; Confederações Esportivas Olímpicas Nacionais.

ABSTRACT

The sports sponsorship program 'Bolsa- Atleta' is one of the biggest public policies financially supporting athletes in the country being adopted by many federal states. The success of this program is characterized by its continuity, as well as its twelve years of existence and grant concessions. This essay investigates the process and elaboration of the 'Bolsa- Atleta' program through the federal legislation striving to understand the process between the diversity of requests submitted to the federal legislation houses and the political sector. After about six years since the program's beginning, it has passed through down changes causing good benefits for its beneficiaries. This essay sought understanding of the causes for its changes, but also as to why such a small change has had such a big impact on the program. The responsibility of National Sportive Confederation to participate into this program with more intensity was one of the changes. Furthermore, this essay sought understanding as to how these private entities have been redefining the ways of this public policy. It was possible to find out how the relationship between the National Sportive Confederation and the Ministerial of Sports have been designing an autonomy for these private company's, which end up not following the required rules created by the public administration organ. The fact that this Confederation has the freedom to overcome these required rules becomes harmful to the beneficiaries of this program in certain analyzed aspects. Future research can analyze the athlete profile and its connections within this organization in order to define a systematical and relevant point within this essay.

Key-words: “Bolsa-Atleta”, Public policies, National Olympic Sportive Confederation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE BOLSAS PARA AS 37 MODALIDADES ESPORTIVAS ENTRE OS ANOS DE 2005-2011.....	15
GRÁFICO 2- MODALIDADES DE PROVAS DE CANOAGEM ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	87
GRÁFICO 3- MODALIDADES DE PROVAS DE CANOAGEM ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	88
GRÁFICO 4- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DA CANOAGEM ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	89
GRÁFICO 5- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DA CANOAGEM ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	90
GRÁFICO 6- MODALIDADES DE PROVAS DO CICLISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À LEGISLAÇÃO.....	91
GRÁFICO 7- MODALIDADES DE PROVAS DO CICLISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	93
GRÁFICO 8- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO CICLISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	94
GRÁFICO 9- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO CICLISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	96
GRÁFICO 10- MODALIDADES DE PROVAS HIPISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	98
GRÁFICO 11- MODALIDADES DE PROVAS DO HIPISMO ANO A ANO (2010-2013)	

REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	99
GRÁFICO 12- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HIPISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	100
GRÁFICO 13- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HIPISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	101
GRÁFICO 14- MODALIDADES DE PROVAS HANDEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	103
GRÁFICO 15- MODALIDADES DE PROVAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	104
GRÁFICO 16- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	105
GRÁFICO 17- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	106
GRÁFICO 18- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TAE-KWON-DO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	107
GRÁFICO 19- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TAE-KWON-DO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	108
GRÁFICO 20- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE LEVANTAMENTO DE PESO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	109
GRÁFICO 21- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO LEVANTAMENTO DE PESO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	110
GRÁFICO 22- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE NATAÇÃO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA	

LEGISLAÇÃO.....	112
GRÁFICO 23- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE NATAÇÃO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	113
GRÁFICO 24- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE FUTEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	115
GRÁFICO 25- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE FUTEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	116
GRÁFICO 26- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE VOLEIBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	118
GRÁFICO 27- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE VOLEIBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	119
GRÁFICO 28- MODALIDADES DE PROVAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	120
GRÁFICO 29- MODALIDADES DE PROVAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	121
GRÁFICO 30- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	122
GRÁFICO 31- COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.....	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	1-	AMOSTRAGEM	ESTRATIFICADA	
PROPORCIONAL.....				25
FIGURA 2- INTERFACE DO SOFTWARE R COM AS FUNÇÕES E OS RESULTADOS				
PARA	AMOSTRAGEM	ALEATÓRIA	DOS	
ESTRATOS.....				26
FIGURA 3- ORGANOGrama INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE				
(2009).....				37
FIGURA 4- ORGANOGrama INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE,				
2015.....				38
FIGURA 3- PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS E COORDENADOS PELO				
ME, 2015.....				39
FIGURA	5-	ORGANOGrama	INSTITUCIONAL	COB,
2015.....				41
FIGURA 6- DIAGRAMA DO FINANCIAMENTO ESPORTIVO ATRAVÉS DAS				
CATEGORIAS DE BOLSA DOS ESPORTES OLÍMPICOS DE VERÃO				
CONTEMPLADOS	NO	PROGRAMA	“BOLSA-	
ATLETA”.....				84
FIGURA 7- ORGANOGrama DAS CATEGORIAS DE BOLSA DO PROGRAMA				
BOLSA-ATLETA	COM	SUAS	RESPECTIVAS	
SUBCATEGORIAS.....				85
FIGURA 8- ILUSTRAÇÃO DAS PRINCIPAIS MODALIDADES DE PROVAS DO				
CICLISMO SUBDIVIDIDAS PELAS CATEGORIAS ETÁRIAS DADAS NA				
LEGISLAÇÃO E POR SEXO.....				97

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: CÁLCULO AMOSTRAL PARA CADA ESTRATO PRESENTE NO ESTUDO.....	26
TABELA 2: ORGANIZAÇÃO DAS MODALIDADES PARA O SORTEIO POR ESTRATIFICAÇÃO.....	26
TABELA 3: TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBC	Confederação Brasileira de Ciclismo
CBCa	Confederação Brasileira de Canoagem
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBDa	Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBH	Confederação Brasileira de Hipismo
CBHb	Confederação Brasileira de Handebol
CBLP	Confederação Brasileira de Levantamento de Peso
CBTKD	Confederação Brasileira de Tae-kwon-do
CBTri	Confederação Brasileira de Triátlon
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CC	Comissão de Cultura
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CD	Câmara dos Deputados
CDDb	Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro
CE	Comissão de Esporte
CECD	Comissão de Educação, Cultura e Desportos
Ced	Comissão de Educação
CF	Constituição Federal
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CN	Congresso Nacional
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional de Esporte
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPI	Comitê Paralímpico Internacional
CSD	Conselho Superior de Desportos
DCD	Diário da Câmara dos Deputados
DSF	Diário do Senado Federal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LULA	Luis Inácio Lula da Silva

ME	Ministério do Esporte
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Pacifista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido Social-Democrata Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Reformador
SF	Senado Federal
SNEAR	Secretaria Nacional de Alto Rendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ETAPAS METODOLÓGICAS E REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO.....	19
2.1 ANÁLISE DOCUMENTAL	19
2.2 OS CONCEITOS DA “POLICY SCIENCE”: “POLICY ANALYSIS”, “POLICY ARENA” E “POLICY CYCLE”	21
2.3 ANÁLISE QUANTITATIVA	24
3 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA E DE SUAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES.....	28
3.1 AS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES QUE GERENCIAM O ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO	35
3.2 O COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL	39
3.3 AS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS OLÍMPICAS BRASILEIRAS.....	42
4 O CONTEXTO DA TRAMITAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA- ATLETA: DE UM PROJETO DE LEI À LEGISLAÇÃO ATUAL	48
4.1 CONHECENDO OS TRÂMITES ADMINISTRATIVOS PELOS QUAIS SE ENCAMINHOU O PROJETO DE LEI 3.826/2000	49
4.2 A MEDIDA PROVISÓRIA 502/2010: MODIFICAÇÕES NA LEI DA BOLSA- ATLETA ATRAVÉS DO PODER EXECUTIVO	73
5 OS NOVOS CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO E DEMAIS NORMAS JURÍDICAS: A AUTONOMIA DA VONTADE DAS CONFEDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA	80
5.1 ANÁLISE DE DADOS: COMO AS CONFEDERAÇÕES VÊM EXERCENDO SEUS PAPÉIS DENTRO DO PROGRAMA	85
5.1.1 Canoagem.....	85
5.1.2 Ciclismo	90
5.1.3 Hipismo	97
5.1.4 Handebol	101
5.1.5 Tae-kwon-do	106
5.1.6 Levantamento De Peso.....	108
5.1.7 Natação.....	110
5.1.8 Futebol.....	114
5.1.9 Voleibol.....	116
5.1.10 Triátlon.....	118
5.2 DISCUSSÃO	123
6 CONCLUSÃO.....	127

REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE 1- TRÂMITE LEGISLATIVO DO PROJETO DE LEI DA BOLSA- ATLETA.....	133
ANEXO 1- CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA CONCESSÃO DA CATEGORIA DE BOLSA ATLETA PÓDIO.	134

1 INTRODUÇÃO

Os métodos da ciência – com todas as suas imperfeições—podem ser usados para aperfeiçoar os sistemas sociais, políticos e econômicos, e isso vale, na minha opinião, para qualquer critério de aperfeiçoamento que se adotar. Mas como é possível, se a ciência se baseia em experimentos? Os humanos não são elétrons, nem ratos de laboratório. Mas toda lei do Congresso, toda decisão da Suprema Corte, toda diretriz presidencial de segurança nacional, toda mudança na taxa de juro preferencial é um experimento. Toda mudança na política econômica, todo aumento ou decréscimo de financiamento do programa educacional Head Start, todo endurecimento das sentenças criminais é um experimento. Usar agulhas descartáveis, distribuir preservativos grátis ou descriminar a maconha são experimentos. [...] Em quase todos esses casos, não se fazem experimentos de controle adequados, nem as variáveis são suficientemente isoladas. Ainda assim, até certo grau, com frequência útil, *as ideias políticas podem ser testadas*. (SAGAN, 1996, p. 472-473, grifos meus)

Assim como o autor afirma as políticas de governo possuem um cunho experimental, isso implica dizer que as ações políticas podem ser testadas, avaliadas, e reformuladas quando necessário:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre-políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. (SOUZA, 2006, p.22)

Qualquer que seja a finalidade de uma política pública, esta pode ser desenvolvida com certo grau de conhecimento científico. Contudo, por mais que um projeto seja intensamente debatido enquanto formulado por agentes do governo, ou consulte-se especialistas, e procure-se antever suas consequências, somente quando este vier a entrar em vigor é que serão tangíveis seus resultados, e neste contexto é que será possível, então, sujeitar-lhe às avaliações, e ser reformulada para se tornar uma política pública mais efetiva.

A relevância em se analisar o que o governo faz e o curso de suas ações não só auxiliam na busca de um aperfeiçoamento contínuo de ações já consolidadas, mas, como apontam os autores Trevisan e Bellen (2008, p.530, tradução nossa) “a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública [...]”.

Uma lei, um projeto, um programa de governo são também experimentos, cujas determinações serão observadas na prática e averiguadas se estão de acordo com o funcionamento que se espera quando sancionada, caso contrário, existe um sistema de autocorreção através de reformulações para torná-los mais efetivos, ou seja, um sistema

existente de aperfeiçoamento previsto pelo poder legislativo ou executivo.

Neste caso, programas de governo podem passar anos a serem discutidos no Congresso Nacional (CN), contudo, seus resultados serão tangíveis somente quando estes entrarem em vigor, como é o caso do programa que será o escopo da análise deste estudo, o Bolsa-Atleta.

O programa Bolsa-atleta é gerenciado pelo Ministério do Esporte (ME), mais especificamente pela Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) e seleciona os concorrentes ao benefício através de critérios meritocráticos previstos na legislação para cada categoria de bolsa existente, são elas:

a) Categoria de bolsa base: o atleta que planeja pleitear uma bolsa nesta categoria deve encontrar-se entre as idades de 14 e 19 anos que tenham obtido até a terceira colocação em competição máxima estipulada pela Confederação da modalidade individual que pratica, ou indicado entre os dez melhores pela entidade, se participante de modalidades coletivas.

b) Categoria de bolsa estudantil: o atleta deve possuir idade entre 14 a 20 anos, sendo então indicados seis melhores de modalidades coletivas e até o terceiro lugar em modalidades individuais em competições a serem indicadas pelas Confederações e reconhecidas pelo ME.

c) Categoria de bolsa nacional: Estar entre os três primeiros lugares no ranking nacional da modalidade ou obtiver até a mesma posição em competições estipuladas como máximas nacionais pelas Confederações das modalidades.

d) Categoria de bolsa internacional: Participar de seleção nacional e obter até a terceira colocação em competição máxima internacional a ser elencada pela Confederação da modalidade.

e) Categoria de bolsa olímpica/paralímpica: Sem componente da delegação olímpica/paralímpica do país.

f) Categoria de bolsa pódio: encontrar-se entre os vinte melhores do ranking mundial da modalidade em que compete, e ser indicado pela sua respectiva Confederação em conjunto com o Comitê Nacional Olímpico/Paralímpico e ME. Sendo esta última categoria recentemente criada, não haviam dados disponibilizados na época em que foi realizada a coleta de dados desta pesquisa.

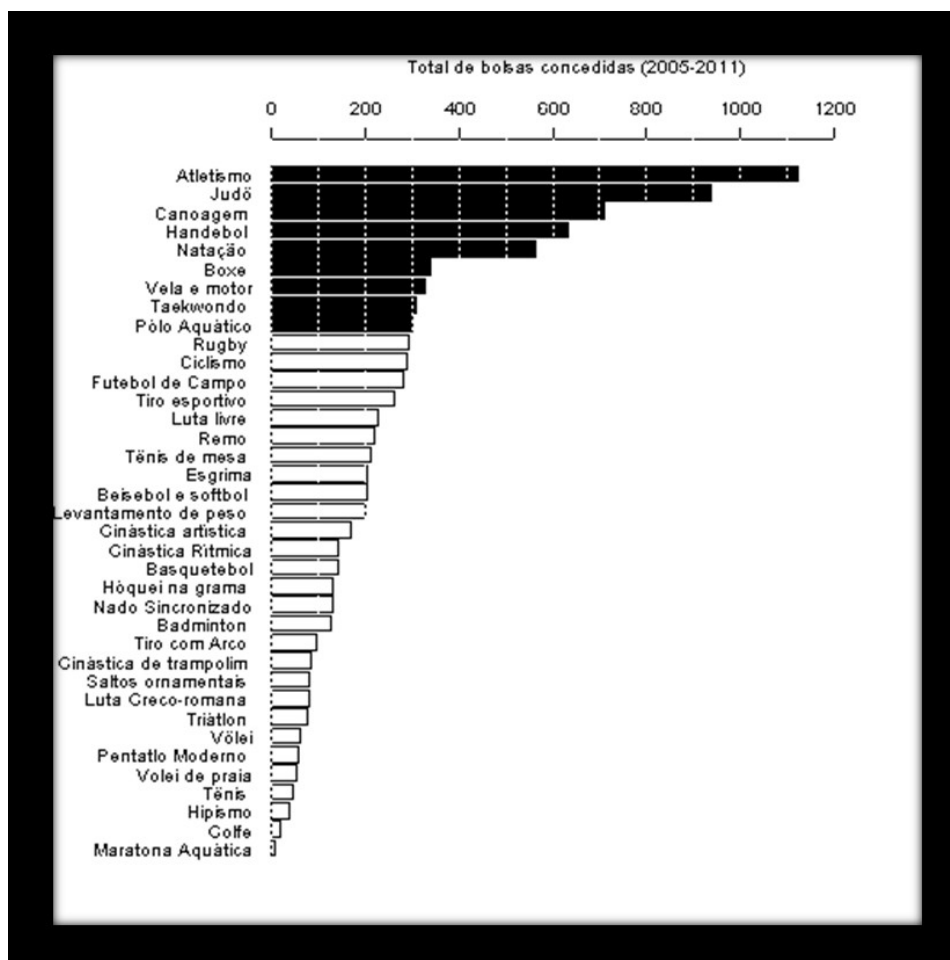
Ocorre que a peculiar história deste programa social de suporte financeiro ao atleta de rendimento teve um período longo de tramitação (sancionado após três anos, sete meses e onze dias, sob análise) cujo sucesso deste experimento adotado pelo governo fica

materializado na perenidade¹ que este vem apresentando desde sua entrada em vigor (dez anos de existência). No entanto, como se trata de um experimento não se pode deslindar o fato de que este preconiza ser testado, avaliado, e reformulado quando detectado necessidade de fazê-lo.

O programa ao ser mapeado em uma primária pesquisa realizada por CORRÊA (2013) apresentou dentro dos indicadores avaliados uma alteração significativa a partir do ano de 2010 em seus resultados estatísticos. Além do crescimento de bolsas ter se apresentado como um dado relevante (“de um total de 724 bolsas concedidas no ano de 2009 para 2.067 bolsas no ano seguinte” (CORRÊA, 2013, p.66) e exibido um padrão neste aumento ano a ano avaliado). Outra pesquisa realizada por Corrêa, et. al. (2014) também expôs um dado durante o mapeamento realizado sobre as modalidades esportivas olímpicas e o total de bolsas, conforme se pode observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE BOLSAS PARA AS 37 MODALIDADES ESPORTIVAS ENTRE OS ANOS DE 2005-2011.

¹ A perenidade de um programa ou projeto governamental é um indicador importante ao se avaliar a vida de uma política pública. É preciso relevar o dinamismo e efemeridade de uma política pública ao se estudar sua vida política desde sua concepção processual à sua implementação, devido às constantes mudanças de caráter institucional e político-administrativas, como explica o autor Frey (2000). Além disso, Mezzadri e Moraes e Silva (2014) afirmam que deve-se relevar a perenidade como foco de análise da vida de uma política pública como forma de responder se esta se legitimou na sociedade efetivamente ou se trata-se apenas de uma medida paliativa, portanto, efêmera.



FONTE: CORRÊA, et. al. (2014)

Ocorre que neste ranking certas modalidades olímpicas apresentaram um expressivo número de bolsistas, quando sua realidade no panorama esportivo brasileiro às colocariam em posições menos privilegiadas, como é o caso da modalidade de canoagem, cuja configuração não é considerada das modalidades de maior tradição no país, contudo, a partir do ano de 2010 esta passou a apresentar um número de bolsistas elevado, cujas concessões contabilizadas em ranking geral a colocaram em 3º lugar como mostrado no gráfico acima.

Estas alterações que os dados estatísticos apresentaram não puderam ser respondidas pela mesma pesquisa, contudo, suscitaram indagações. Uma dentre as hipóteses cunhadas pela autora para buscar respostas foi a ocorrência de reformulações na legislação no mesmo período temporal que o programa passou a apresentar estes dados significativos.

Em vista disso, ao se contrastar ambas as informações dadas nas duas redações legislativas obteve-se uma transferência de responsabilidades que delegava um grau de autonomia para as entidades que passaram a executar a tarefa - as confederações esportivas. Ao observar na redação primária da Lei 10.891 de 9 de Julho de 2004 quais seriam as

competições máximas que os atletas poderiam concorrer, tem-se o seguinte:

I - na categoria atleta estudantil, o atleta que tenha participado *dos jogos estudantis organizados direta ou indiretamente pelo Ministério do Esporte*, no ano anterior ao do pleito, e tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar nas modalidades individuais ou tenha sido selecionado entre os vinte e quatro melhores atletas nas modalidades coletivas;

II - na categoria atleta nacional, o atleta que tenha conquistado na *competição máxima da temporada nacional*, no ano anterior ao do pleito, o primeiro, segundo ou terceiro lugar ou esteja em *primeira, segunda ou terceira colocação no ranking nacional de sua modalidade*;

III - na categoria atleta internacional, o atleta que tenha *integrado a seleção nacional de sua modalidade*, no ano anterior ao do pleito, *representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos, parapan-americanos ou mundiais e obtido a primeira, segunda ou terceira colocação*;

IV - na categoria atleta olímpico e paraolímpico, o atleta que tenha integrado *as delegações brasileiras nos jogos olímpicos ou paraolímpicos* imediatamente anteriores ao pleito. (BRASIL, 2005, grifos meus).

A antiga legislação do programa previa as competições máximas para cada categoria de bolsa ou posições no ranking nacional que o atleta que tivesse resultado poderia pleitear. Entretanto, após alteração da lei que institui a Bolsa-Atleta (lei nº 12.395 de 16 de março de 2011), as mesmas passaram a ser delimitadas pelas respectivas confederações e indicadas ao ME:

I - Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, *a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto*, em conjunto com o Ministério do Esporte; II - Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de *eventos nacionais estudantis*, reconhecidos pelo Ministério do Esporte; III - Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, *indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto* e que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte; IV - Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva entidade internacional e *indicada pela entidade nacional de administração da modalidade [...]* (BRASIL, 2011, grifos meus).

A lei ao delegar a responsabilidade de nomeação de competições válidas pelas confederações (critério principal para os atletas concorrerem ao programa) lhes confere certo grau de autonomia. Permite-se então questionar se o fenômeno ocorrido nos dados apresentados por CORRÊA (2013) não podem ser atribuídos a esta nova configuração legislativa do programa, com as confederações a escolher as competições para suas próprias modalidades?

Neste sentido, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o papel que as Confederações Esportivas Olímpicas desempenham no processo seletivo/decisório de

concessão de bolsas do programa? Como estas entidades privadas vêm definindo os rumos desta política pública?

Cujo objetivo geral é: Investigar como ocorrem estas ações por parte das Confederações no programa Bolsa-Atleta. Em função desta indagação foram estabelecidos os seguintes objetivos:

I- Investigar a tramitação da legislação para entendimento de como esta política veio a ser criada, bem como as causas para que esta viesse a ser reformulada.

II- Verificar como a nova legislação impacta no crescimento do programa.

III) Inferir através dos dados estatísticos e da análise da Legislação de demais normas jurídicas quais seriam as possíveis influências que as Confederações têm sobre o processo seletivo de concessão de bolsas.

Esta pesquisa se justifica por tratar-se de uma temática exploratória, sua relevante contribuição para os estudos de políticas públicas para o esporte no país. Neste sentido, também é relevante para o enriquecimento das discussões realizadas por autores desta área de conhecimento. Ao entender-se isto, este estudo também se justifica por interesse pessoal da autora, por tratar-se de indagações que surgiram em estudo anterior (monografia de graduação), cujas explicações estavam fora do escopo do estudo (por falta de tempo hábil, para análise qualitativa aprofundada) na época. Para tentar buscar um mínimo entendimento das questões suscitadas surgiu o interesse de elaborar tal pesquisa. A justificativa social deste estudo é que ele venha a servir como ferramenta de reflexão/avaliação sobre esta política pública legitimada há cerca de doze anos.

A metodologia de cunho qualitativo e exploratório que foi elencada para responder o problema desta pesquisa foi análise documental.

Neste sentido, O segundo capítulo versa sobre os referenciais teóricos da “*policy analysis*”, “*policy cycle*”, escolhidos para sustentar a análise e sobre a metodologia desta pesquisa: análise documental e quantitativa.

O terceiro capítulo traz uma breve apresentação do esporte no interior da legislação brasileira, sua relação com o Estado, e as principais instituições responsáveis pela administração do esporte olímpico no país.

O quarto capítulo procura entender quem são as instituições (“*polity*”²) responsáveis pelo poder legislativo, quais foram os envolvidos no processo político legislativo para aprovação do programa (“*policy-makers*”) e quais os consensos/dissensos imbricados no

² Os conceitos “*polity*”, “*policy-makers*”, “*policy arena*”, “*policy*” serão detalhados com clareza no próximo capítulo.

processo de tomada de decisão (“*policy arena*”) para que a lei pudesse entrar em vigor (“*policy*”).

Este capítulo apresenta um olhar para o contexto do regime de tramitação no qual passou a proposição de lei que daria origem ao programa Bolsa-Atleta, culminando na sua sanção e sendo posteriormente investigado como sucederam suas modificações e possíveis razões de tal ocorrência.

O quinto capítulo apresenta os critérios publicados pelo ME para que as Confederações Esportivas Nacionais realizem suas escolhas de competições válidas. Nesta seção também foi abordada a análise estatística dos dados coletados e se procura fazer uma reflexão sobre este papel desempenhado pelas Confederações e suas possíveis influências sobre os rumos desta política pública, o programa Bolsa-Atleta.

2 ETAPAS METODOLÓGICAS E REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO

2.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

Esta pesquisa se baseia na análise de dados levantados em documentos. As primeiras análises, se referem as que não receberam nenhuma forma de tratamento analítico, como explicam os autores Prodanov e De Freitas, (2013, p. 56) e as análises secundárias, são as que já receberam de alguma forma uma análise.

Nas palavras dos autores, entende-se que documento:

Qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico).

O pesquisador deve submeter suas fontes a uma sistemática análise indagando sua origem, inferindo sobre o contexto no qual foi produzido o texto, as intenções de quem a produziu, e neste processo crítico, deve-se destacar o olhar cuidadoso e desconfiado do pesquisador sobre as informações levantadas das suas fontes, como mostra Bacellar (2008, p. 63-64):

Documento nenhum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu [...] o historiador precisa **entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem a escreveu** [...] ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com **o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.**

Conhecendo a literatura do assunto tratado e o período pesquisado, o pesquisador inicia o processo de tratamento analítico das fontes: cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e interpretar as informações obtidas para responder seu objeto de pesquisa.

A análise documental pode ser realizada independentemente se esta fonte for impressa, ou disponibilizada em outro meio de comunicação, neste sentido, esta pesquisa também se utilizará de fontes digitais de informações para entender indícios destas influências que as confederações estabelecem no programa.

O maior zelo que o pesquisador deve ter ao se buscar informações em fontes digitais, é justamente a confiabilidade das informações que ali estão disponibilizadas, como esclarece o autor Almeida (2011, p. 18):

Tal característica implica na adoção de critérios cuidadosos para a seleção de fontes da Internet a serem utilizadas em uma pesquisa científica. É necessário perceber se o conteúdo de um determinado site corresponde a uma fonte integral, ou se foi retirado parcialmente de outra fonte. A precisão das informações contidas em um determinado site deve ser testada comparando-as com outras fontes

Com a internet se apresentando como uma ferramenta de fácil utilização, sem nenhum tipo de controle da distribuição das informações que circulam diariamente em páginas de sites nem sempre confiáveis, o pesquisador deve adotar um método de seleção destas fontes de informações que irão compor a análise.

Neste sentido, torna-se relevante as habilidades do pesquisador em definir quais serão estas fontes. No caso particular da análise que se busca nesta pesquisa, as fontes de informações foram retiradas dos sites oficiais da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado Federal (SF), assim como, documentos elencados no site do ME.

Os documentos publicados nos sites oficiais do poder Legislativo Federal que sustentaram a análise da legislação e sua tramitação foram:

- a) A apresentação feita ao Plenário do projeto de lei pelo membro da Câmara; deputado Agnelo Queiroz; publicada no Diário da Câmara dos Deputados (DCD),
- b) O documento de inteiro teor com nove emendas e o parecer da última relatora designada na Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD),
- c) O documento de inteiro teor com o parecer do último relator designado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT),
- d) O documento de inteiro teor com o parecer do último relator designado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
- e) Documentos relativos ao processo de tramitação do SF.
- f) O veto parcial realizado pelo Presidente da República e a lei sancionada.
- g) A medida provisória cunhada por representantes do Poder Executivo enviado a Chefe do Poder Executivo que a publicou.
- h) Os documentos publicados referentes à tramitação desta MP (Medida Provisória) 502/2010 no CN.
- i) A nova legislação que regulamenta o programa lei nº 12.395 de 16 de março de 2011.

j) Os documentos utilizados para inferir os critérios elencados pelo ME, para que as confederações nacionais cumpram foram retirados do próprio site da entidade (Portaria de nº 164, de 06 de Outubro de 2011).

k) A relação de eventos esportivos indicados pelas confederações esportivas nacionais ao ME também foi fornecida por eles.

2.2 OS CONCEITOS DA “POLICY SCIENCE”: “POLICY ANALYSIS”, “POLICY ARENA” E “POLICY CYCLE”.

A “*policy science*” surgiu nos Estados Unidos. Seu enfoque acadêmico passa a compreender as ações dos governos em detrimento das tradicionais vertentes europeias nas quais o foco principal de pesquisa era sobre a função do Estado, como explica Souza (2006).

No Brasil, Frey (2000) mostra que apenas recentemente as políticas públicas passaram a serem estudadas, cujas análises voltam-se somente a estruturas, instituições políticas e descrições sobre negociações de políticas setoriais específicas.

Com a legitimação da área de políticas públicas como ramo da ciência política, surgiram diversas necessidades de metodologias, modelos e teorias que explicassem este novo fenômeno a ser analisado. Como explica Viana (1996, p.5-6):

Essa produção - intensificada a partir dos anos 70 - busca principalmente analisar o modo de funcionamento da máquina estatal, tendo como ponto de partida a identificação das características das agências públicas "fazedoras de política"; dos atores participantes desse processo de "fazer" políticas; dos mecanismos, critérios e estilos decisórios utilizados pelas instituições responsáveis por "fazer" políticas; das inter-relações entre essas variáveis (agências e atores); e das variáveis externas que influenciam esse processo. Cabe, no entanto, assinalar que é preocupação desse campo teórico - explicitada às vezes por alguns autores - obter, com base nesses estudos empíricos sobre políticas públicas (isto é, sobre o que o governo faz), um maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro.

Laswell foi um dos fundadores da área e o primeiro a instituir o conceito de “*policy analysis*” ou análise de política pública, este modelo vem “como forma de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2006, p.24).

A “*policy analysis*”, explica Frey (2000) procura um entendimento mais ampliado, não se restringe ao conhecimento de programas e projetos, funcionamento e avaliação, busca um entendimento da relação existente entre instituições políticas, os processos concernentes à

política, bem como seus conteúdos. A teoria da “*policy analysis*” engloba três diferentes dimensões da política que se comunicam reciprocamente na prática, as quais, o autor explica:

- **“Polity”:** (Instituição) Refere-se à ordem do sistema político normatizada pelo sistema jurídico e às instituições político-administrativas.
- **“Politics”:** Processo político, imposição de objetivos, conteúdos e decisões de distribuição.
- **“Policy”:** Conteúdos materiais da política, configuração de programas, tomadas de decisões políticas e problemas técnicos.

A “*policy analysis*” frequentemente assimila estas dimensões como variáveis independentes e dependentes, contudo, sem um conhecimento do objeto de estudo, esta divisão pode se tornar confusa. Em todo caso, um estudo empírico se faz necessário para definição das variáveis e com a possibilidade de aceitação de uma dependência entre elas, Frey (2000).

Sendo estes elementos da “*policy analysis*” amplos, quando se busca entender os comportamentos destas variáveis de forma mais profunda, focando a pesquisa sobre o cotidiano interno concernente ao processo político-administrativo, o autor elucida a existência de outras três categorias para a “*policy analysis*”: a “*policy networks*”, a “*policy arena*” e a “*policy cycle*”.

A “*policy arena*” seria o espaço onde ocorrem as negociações políticas, os consensos e os dissensos existentes nas áreas da política com impacto no processo decisório das políticas.

Já o foco de análise da “*policy cycle*” ou ciclo da política é a vida de uma política. Esta terminologia engloba cinco passos para uma metodologia empírica de análise quanto à vida de uma política pública. São elas segundo Frey (2000):

- a) percepção e definição de problemas;
- b) “*agenda-setting*”;
- c) elaboração de programas e decisão;
- d) implementação de políticas;
- e) avaliação de políticas e se necessário eventual correção da ação.

Deve-se ter em mente que cada fase não é necessariamente destacada da outra, podendo na prática possuir pontos de interconexão e inter-relação entre elas. A primeira etapa, percepção e definição de problemas, busca a explicação de como um problema no seio social se torna alvo de elaboração de uma ação política para saná-lo. Ainda alerta o autor Frey (2000, p.227) que “[...] problemas do ponto de vista analítico só se transformam em problemas de ‘policy’ a partir do momento em que adquirem relevância de ação do ponto de

vista político e administrativo.” Apesar de diversos temas estarem frequentemente carecendo de políticas para sua melhoria, somente alguns são elencados para a elaboração de uma ação e dar início ao “*policy cycle*”.

Contudo, somente na fase de “*agenda-setting*” ou seleção da agenda é onde realmente define-se o tema a ser trabalhado na pauta de ações políticas, alguns problemas podem se tornar mais relevantes ou urgentes e passarem a ter prioridade na agenda, Kelly e Palumbo (1992) afirmam que esta é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma política pública, pois, se um problema não passa a ser parte da agenda institucional, nenhuma ação será promovida em ordem de solucioná-lo.

Definido a temática a ser trabalhada, segue-se para a fase de “*formulation*” ou elaboração de programas e decisão, sendo então o momento de construção da ação, inclusive é a fase de negociação de interesses e conflitos. Kelly e Palumbo (1992) mostram que esta etapa condensa as interações entre diversas instituições e agentes interessados nos assuntos envolvidos.

Após ser aprovada a ação política, esta passa para a fase de “*implementation*” ou implementação, onde será almejado os seus resultados. Sobre esta etapa Frey (2000, p.228) faz algumas considerações relevantes:

O interesse da 'policy analysis' nesta fase se refere particularmente ao fato de que, muitas vezes, os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação. No que tange à análise dos processos de implementação, podemos discernir as abordagens, cujo objetivo principal é a análise da qualidade material e técnica de projetos ou programas, daquelas cuja análise é direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos. No primeiro caso, tem-se em vista, antes de qualquer coisa, o conteúdo dos programas e planos. Comparando os fins estipulados na formulação dos programas com os resultados alcançados, examina-se até que ponto a encomenda de ação foi cumprida e quais as causas de eventuais “déficits de implementação”. No segundo caso, o que está em primeiro plano é o processo de implementação, isto é, a descrição do “como” e da explicação do “por que”.

Ainda que estas preocupações se direcionem ao cumprimento adequado da ação planejada, não é realizado nenhum acompanhamento de teor apreciativo, somente na etapa de “*evaluation*” ou avaliação de políticas e se necessário eventual correção da ação será compreendido o funcionamento e efetividade do programa na prática. Ressalvam-se algumas considerações feitas por Frey (2000, p. 228-229):

Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou à

suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior.

O modelo apresentado é uma das muitas opções teórico-metodológicas desenvolvidas a fim de compreender o “*policy-making*”. Labra (1999) aponta que os processos do fazer política, mudam constantemente ao passo que se torna mais complexo o desenvolvimento dos sistemas políticos nas sociedades, somados ao fato da crescente globalização e avanços tecnológicos, fazendo com que os constantes modelos de análises propostos acabem por ser incompletos (inacabados). No que tange à “*policy-making*” nacional a autora ainda afirma que “esse conjunto de fenômenos se traduz em um crescente processo de setorização, compartimentalização e segmentação das políticas públicas de novas técnicas das decisões e de diversificação dos interesses envolvidos em cada problema objeto de deliberação e de resolução de políticas.” (LABRA, 1999, p.133).

Este estudo também se baseou na análise de alguns dados estatísticos, sendo necessário, portanto, o estabelecimento de um método para respaldá-la.

2.3 ANÁLISE QUANTITATIVA

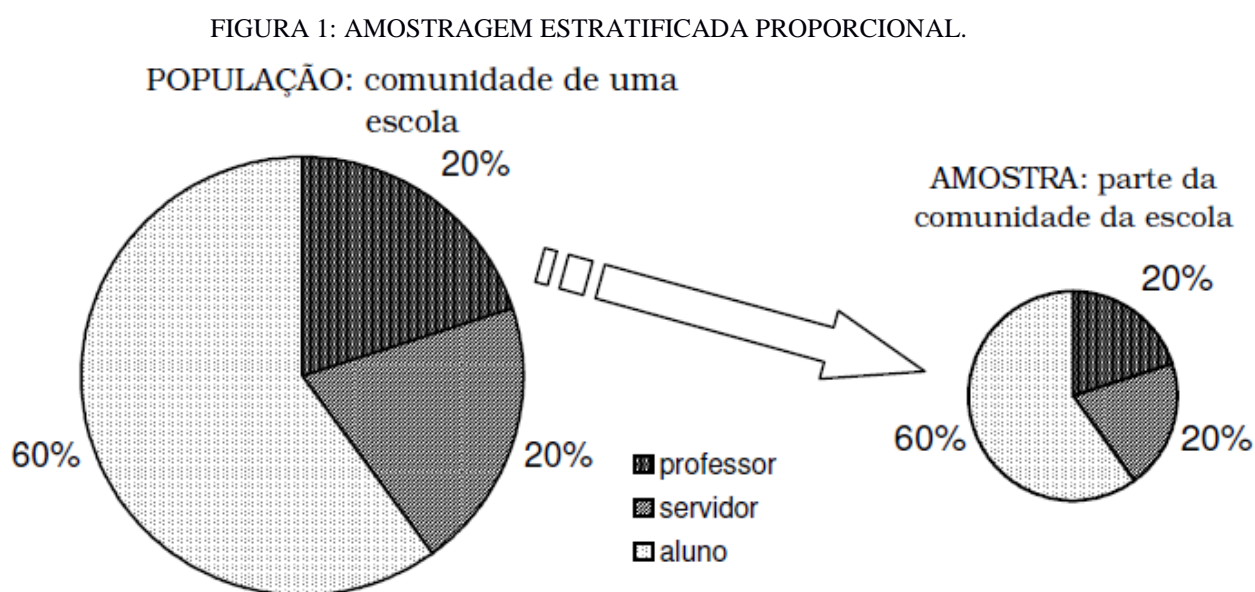
Análise dos dados obtidos através de um contato com o ME referente à listagem de competições válidas para a concessão de bolsas pelo programa a partir do ano de 2006-2013.

Em vista disso, uma **amostragem estratificada proporcional** foi usada para tratar os dados, em virtude de quatro pontos positivos, baseou-se esta escolha, como aponta Barbetta (p. 43-44, 2006):

- 1) O uso da amostragem *economiza* esforços no levantamento de dados, pois, a amostra é uma porção de menor escala que representa o todo (população) que se deseja conhecer certas características.
- 2) Outro ponto refere-se ao *tempo*, pois, nem sempre há tempo hábil suficiente para realizar o levantamento quando a população analisada é muito extensa.
- 3) Outro elemento que o autor aponta é a *confiabilidade dos dados*, quando se trabalha com um conjunto reduzido de dados, é passível de aprofundamento da análise e destacar casos individuais.
- 4) Por fim, a *operacionalidade* da pesquisa é facilitada quando se trabalha com análises em pequena escala.

A amostragem estratificada proporcional consiste basicamente em dividir a

população que se quer analisar em subgrupos, denominados estratos. Segundo Barbetta (2006) estes estratos devem ser homogêneos em relação à população. No entanto, devem ser heterogêneos entre si, portanto, mutuamente exclusivos (os elementos do estrato A não podem pertencer ao estrato B). No caso de uma amostra estratificada proporcional, os estratos compõem-se de uma quantidade de elementos proporcional em relação ao total que eles representem na população. “A amostragem estratificada proporcional garante que cada elemento da população tenha a mesma probabilidade de pertencer à amostra.” (BARBETTA, p. 49, 2006) Como ilustra o autor na figura abaixo:



FONTE: BARBETTA (P. 49, 2006).

O autor ainda aponta que esta é uma técnica válida quando se pretende obter estimativas separadas para cada estrato, ou compará-los.

Neste caso, os dados obtidos pelo ME, onde se encontram discriminadas as quantidades de competições válidas como parâmetro de concessão de bolsa aos atletas, foram estratificadas em dois subgrupos:

- I) Estrato das modalidades olímpicas individuais;
- II) Estrato das modalidades olímpicas coletivas;

Das 35 modalidades olímpicas de verão tem-se que 9 são de modalidades coletivas e 26 de modalidades individuais. Estas representam respectivamente um total em relação à população de 25,7% para modalidades coletivas e 74,3% para modalidades individuais.

Procedendo ao cálculo para o tamanho da amostra para cada estrato, temos:

TABELA 01: CÁLCULO AMOSTRAL PARA CADA ESTRATO PRESENTE NO ESTUDO

Estrato	Proporção na População	Tamanho do Subgrupo na amostra
Modalidades Individuais	$26/35 = 0,743$ ou 74,3%	$N_c = (0,743) \cdot 10 = 7,43$
Modalidades Coletivas	$9/35 = 0,257$ ou 25,7%	$N_i = (0,257) \cdot 10 = 2,57$

Para cada estrato, deve-se realizar um sorteio a fim de garantir que a escolha dos elementos que irão compor a amostra são totalmente aleatórios, neste sentido, optou-se por utilizar um software de estatística (no caso, o Software R) para realização do sorteio aleatório de números. Conforme demonstrado a seguir, escreve-se a função que se espera que o software dê retorno, sendo a função sample utilizada para amostras aleatórias:

FIGURA 2: INTERFACE DO SOFTWARE R COM AS FUNÇÕES E OS RESULTADOS PARA AMOSTRAGEM ALEATÓRIA DOS ESTRATOS.

```
sample (1:26,7)
[1] 25 5 16 20 11 4 13
> sample (27:35,3)
[1] 28 34 29
```

As modalidades foram enumeradas e classificadas por ordem alfabética por estrato conforme apresentada em tabela:

TABELA 2: ORGANIZAÇÃO DAS MODALIDADES PARA O SORTEIO POR ESTRATIFICAÇÃO.

	Modalidades Individuais		Modalidades Coletivas
1	Atletismo	1	Basquetebol
2	Badminton	2	Futebol de Campo
3	Boxe	3	Hóquei sobre a grama
4	Canoagem	4	Handebol
5	Ciclismo	5	Nado Sincronizado
6	Esgrima	6	Polo Aquático
7	Ginástica Artística	7	Rúgbi
8	Ginástica de Trampolim	8	Vôlei de Praia
9	Ginástica Rítmica	9	Voleibol
10	Golfe		
11	Hipismo		

12	Judô
13	Levantamento de Peso
14	Luta Greco-Romana
15	Luta Livre
16	Natação
17	Pentatlo Moderno
18	Remo
19	Saltos Ornamentais
20	Tae-kwon-do
21	Tênis
22	Tênis de Mesa
23	Tiro com Arco
24	Tiro Esportivo
25	Triátlon
26	Vela

Conforme sorteio gerado pelo software, os esportes que compõem o estrato I de modalidades individuais são: Canoagem, Ciclismo, Hipismo, Natação, Levantamento de Peso, Tae-kwon-do e Triatlo. Já no estrato II de modalidades coletivas tem-se: Handebol, Futebol e Voleibol.

Dos dados coletados foram elaboradas tabelas com o seguinte cabeçalho: a) Confederação; b) Competição; c) Categoria Etária³; d) Categoria de Prova; e) Ano; f) Categoria de Bolsa.

Estas variáveis categóricas foram tratadas estatisticamente através do uso de uma ferramenta estatística (Software R)⁴. Foram realizadas comparações das competições que eram elencadas antes da reformulação da legislação e após a fim de estabelecer qual o verdadeiro papel que as Confederações vêm realizando sobre o programa após a mudança na legislação.

3 Na planilha de eventos esportivos fornecida pelo ME as competições possuem duas nomenclaturas com relação à categoria de idade: base, menor, cadete, júnior e sênior (possivelmente a linguagem mais utilizada pelas Confederações para classificar os campeonatos por idade) e iniciante, intermediária e principal. Nesta pesquisa, padronizou-se a segunda nomenclatura, visto que esta foi a designada pela Legislação do programa (explicitado no capítulo 3).

4 O *software* R- Core Team (2013), denominado: “A language and environment for statistical computing”, é uma ferramenta de tratamento estatístico gratuito, se encontra disponível em: <http://www.R-project.org/>

3 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA E DE SUAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES

Esta breve passagem tem como intuito esclarecer e situar o leitor quanto à configuração do esporte brasileiro seja através da legislação ou das instituições que o gerenciam. O objetivo aqui não é realizar análises profundas quanto a este sistema, para isso, buscar outros autores que visaram este tipo de estudo (VERONEZ, 2005; PIMENTEL, 2007; STAREPRAVO, 2011; GODOY, 2013, etc.)

É unânime entre pesquisadores da trajetória evolutiva legislativa do esporte no país (MEZZADRI, 2000; VERONEZ, 2005; PIMENTEL, 2007; BUENO, 2008; STAREPRAVO, 2011) que o marco inicial em que o esporte consagra-se como objeto de interesse por parte do Estado e entra na agenda governamental (“*agenda-setting*”) se faz através da promulgação do Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Não se desconsidera que o aparato esportivo já não estivesse formado, mas, foi através desta ação peremptória que se registra o início de uma longa trajetória de intervenção e interconexão entre Estado e Esporte. Neste sentido, explica Veronez, (2005, p. 170-171):

A justificativa adotada pelo governo para interpor sua autoridade no setor esportivo foi, principalmente, a necessidade de discipliná-lo e organizá-lo, isto é, se, por um lado, o esporte já estava estabelecido como uma esfera da vida cotidiana, portanto, portador de uma história⁴⁷, por outro, ressentia-se pela “falta de organização geral e adequada, que lhes imprima a disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude⁴⁸”.

É através do discurso da necessidade de organização do aparato esportivo já existente, que o Estado inaugura suas primeiras intervenções neste setor. De início esta Lei criou um órgão para controle e fiscalização das entidades esportivas existentes e incentivador da prática esportiva, o Conselho Nacional de Desportos (CND), junto ao Ministério da Educação e da Saúde. Este órgão também seria responsável pela tutela das confederações esportivas e também por determinar as regras para sua subvenção, Veronez (2005).

Seus membros eram indicados pelo próprio governo (presidente e conselheiros). Este órgão, esclarece Mezzadri (2000), administrou o esporte brasileiro durante as décadas de 40 e 70, também era responsável pela expedição de alvarás para o funcionamento de entidades esportivas, e aprovar os estatutos dos entes federativos e das confederações esportivas nacionais.

Sobre a tutela financeira do Estado, Starepravo (2011, p. 194-196) comenta:

Vale ressaltar que a regulamentação do esporte vem acompanhada de tutela financeira do Estado, através de auxílios e subvenções, o que permanece de alguma forma até hoje. [...] Segundo Linhales (1996), o efeito dessa legislação sobre a autonomia da sociedade para se organizar esportivamente pode ser considerado devastador, na medida em que, o esporte brasileiro passa a estabelecer com o Estado uma relação de dependência tutelar. Aqui pode estar a raiz da vinculação e subordinação da sociedade ao Estado no que tange a prática esportiva até os dias atuais. Essa relação quase umbilical pode ter desencadeado práticas “salvacionistas”, “utilitaristas” e “paternalistas” do Estado para com o restante da sociedade brasileira. *O próprio processo de intervenção do Estado no campo esportivo se deu muito mais por lógicas existentes no interior do próprio campo político/burocrático do que por uma reconhecida demanda da sociedade.* Tão pouco, o esporte foi oficializado a partir da perspectiva do reconhecimento como um direito social, mesmo sendo esse um dos argumentos oficiais para a intervenção. Segundo Linhales (1996), uma das justificativas do poder público para sua ação intervencionista no campo esportivo foi a democratização do acesso da população ao esporte, pois este se encontrava restrito a elites específicas. A oficialização do esporte significou colocá-lo a serviço da Nação e não a serviço dos cidadãos. Nesse sentido, as prioridades concentravam-se no desenvolvimento do esporte seletivo e de alto rendimento, o que, em termos gerais, significou o desencadeamento do processo de exclusão que caracterizará o esporte brasileiro promovido pelo Estado (LINHALES, 1996). A década de 1940, para o campo esportivo no Brasil, é, portanto, crucial. Se por um lado, é possível afirmar que essa etapa acolheu um verdadeiro processo de popularização e massificação do esporte, apoiado pelo Estado, por outro, vale destacar que tal processo não significou a democratização do esporte ou a sua consolidação como um direito social. *O esporte foi institucionalizado, ganhou legislação própria, foi reconhecido pelo Estado como um bem coletivo. Recebeu investimentos públicos e constituiu uma burocracia oficial para seu desenvolvimento, controle e fiscalização. Foi estatizado, sem contudo, ter sido publicizado* (LINHALES, 1996).

Como se pode observar, esta afirmação que o autor faz sobre o processo decisório político/burocrático do esporte em detrimento de uma demanda da sociedade ainda se perfaz na atualidade, não sendo apenas um traço que marcou a década de 40. No próximo capítulo estes resquícios poderão ser vistos com mais detalhe.

Ressalte-se ainda na citação acima a relevância que este período marcou dentro do histórico do esporte nacional, instituições foram reconhecidas pelo Estado e passaram a ser fiscalizadas e subvencionadas por ele. O papel centralizador do Estado frente ao esporte, assumindo seu controle absoluto e tomando para si a função de dirimir conflitos entre entidades esportivas. Destaca-se também a burocratização do setor esportivo e soberania do esporte de rendimento sobre outras manifestações esportivas (STAREPRAVO, 2011).

Nos períodos seguintes de 1945-1964 não houve mudanças significativas neste sistema, cada vez mais este modelo hierárquico de organização do esporte consolidou-se, e a subvenção financeira do Estado tornou-se mais regular, Veronez, (2005).

Algumas mudanças no âmbito legislativo, mais relevantes, só vieram a acontecer após o Golpe Militar e introdução da Ditadura Militar no país. Sobre esse período, Veronez (2005, p.234) comenta:

Nos 21 anos em que perdurou o regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985), o setor esportivo foi influenciado sobremaneira pela ideologia e interesses militares. Talvez tenha sido o período em que de forma mais ostensiva esse setor sofreu o aparelhamento e a instrumentalização a favor da sustentação de um projeto de sociedade e de legitimação da hegemonia dos grupos que se instalaram no poder.

Reformulou-se o conceito de esporte, ampliando suas manifestações como esporte educacional, comunitário, militar e classista. Revogou-se o Decreto-Lei 3.199/41 pela Lei 6.251/75 formulando o Sistema Desportivo Nacional. Apesar de algumas mudanças significativas, não houve o desatrelamento entre Estado e Esporte. “Nesse aspecto percebe-se uma forte presença do Estado na centralização da organização e estrutura do Esporte. Determinando a existência de confederações através do Decreto-lei 80228/77, novamente o Estado manteve o controle da estrutura esportiva”, (PIMENTEL, 2007, p.88).

Em 1969 foi criada a lei da Loteria Esportiva Federal, que previa a destinação de recursos financeiros de uma forma mais regular para subsidiar ações educacionais, assistenciais e esportivas, Veronez (2005).

Com o fim do regime ditatorial no país e o crescente processo de reabertura política e redemocratização, maiores mudanças puderam ser evidenciadas. Uma delas se perfaz com a promulgação da Constituição de 1988, que impactou diretamente o setor esportivo, pois, a Carta Magna trazia em seu Artigo 217 o esporte como um direito social que deveria ser garantido pelo Estado. Sobre este assunto, Veronez (2005, p. 268-269) enaltece:

O resultado desse movimento realizado por representantes da elite esportiva nacional foi o êxito no que diz respeito à constitucionalização do esporte, concretizada pelo Artigo 217. Mais do que isso, foi o logro do principal interesse dessa fração de ver garantido nesse artigo sua principal reivindicação, qual seja a de desestatizar as entidades esportivas, garantindo-lhes autonomia de organização e funcionamento. Em seu conjunto, o Artigo 217 influenciou a ação estatal no esporte desde então, especialmente por ter estabelecido um novo padrão de relacionamento entre o Estado e esse setor e pelas prioridades que nele ficaram estabelecidas, como, por exemplo, a obrigatoriedade de utilização de recursos públicos no esporte educacional.

Entretanto, a Constituição ao fornecer autonomia às entidades esportivas é contraditória ao passo que compromete o Estado em subsidiar financeiramente suas ações. Esta normatização mostra a forma como estas entidades passaram a exigir uma menor

intervenção do governo quanto a sua organização e funcionamento e uma maior presença no aspecto financeiro.

Sobre a reivindicação de maior liberdade das entidades esportivas para com a tutela do Estado, Pimentel (2007, p.113) tece uma crítica que se repete em outros trabalhos (VERONEZ, 2005; STAREPRAVO, 2011 etc.):

Ao mesmo tempo em que se estipula a autonomia, postula-se também a destinação de recursos públicos para o Esporte de rendimento. Nesse sentido, o Esporte de rendimento não seria autônomo, mas dependente do apoio estatal, questionando-se novamente se seria função do Estado financiar com recursos públicos o Esporte de rendimento, um tipo de Esporte com condições de se auto-gerir em função de características como a mercantilização e a espetacularização, abordadas adiante. Há de se indagar qual função social estaria o Estado exercendo em financiar, com recursos públicos, o Esporte de rendimento.

Outro ponto contraditório no texto constitucional, deve-se às manifestações esportivas:

É interessante notar que o *caput* do Art. 217 considera como dever do Estado fomentar o esporte como direito de cada um, mas logo em seguida, em seu Inciso II, estabelece que os recursos públicos devem ter destinação prioritária para o desporto educacional e, em casos específicos, para o esporte de rendimento (BRASIL, 2002a). A Constituição não faz referência à manifestação esportiva de participação⁹, fato que contradiz a já reduzida perspectiva democrática emprestada ao referido artigo. Contudo, com o Inciso II não se encerra ainda o caráter confuso da constitucionalização do esporte. O Inciso IV e o parágrafo 3.º do Artigo 217 creditaram ao poder público a responsabilidade de proteger e incentivar as manifestações desportivas de criação nacional e incentivar o lazer, “como forma de promoção social” (BRASIL, 2002a). No setor esportivo, a concepção de lazer esportivo corresponde ao esporte de participação. Além disso, muitas práticas esportivas da categoria “esporte de criação nacional” integram quase exclusivamente o esporte de participação. Conforme salientou Linhares (1996, p. 120), expressões como “incentivar”, “proteger” e “fomentar” possuem um caráter ambíguo e “não delimitam de forma clara os necessários níveis e graus de atuação do setor público em relação ao esporte”. [...] (VERONEZ, 2005, p. 285)

Neste trecho percebe-se que o modelo de esporte para promoção social e de massificação de práticas esportivas, não está claro no texto constitucional, sendo a manifestação de esporte participação não contemplada na destinação prioritária de recursos, ao passo que o esporte de rendimento é mencionado.

Após o marco constitucional, iniciou-se então um processo de garantir estes direitos através de normativas jurídicas pela legislação, mudanças no setor esportivo em direção a uma maior privatização. As mudanças que foram ocorrendo no setor esportivo após este período acompanharam as oscilações e tendências que ocorriam em outros setores e no cenário internacional, como por exemplo, demonstra Veronez, (2005, p. 292)

Coerente com a orientação neoliberal do governo Collor de Mello, era evidente que a concepção de democracia relacionava-se com a liberdade oferecida ao mercado para atuar em todos os setores sociais, em especial o esportivo. Como escreveu Boron (1999) em relação a outras áreas sociais, no esporte também houve a vitória ideológico cultural do neoliberalismo. Assim, houve uma “tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistados pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em ‘bens’ e ‘serviços’ adquiríveis no mercado”. O esporte, como um serviço rentável, não poderia estar fora dessa orientação.

A primeira Lei infraconstitucional⁵ promulgada após a elaboração da Carta Magna, que procurou assegurar alguns direitos garantidos por este documento foi a Lei 8.672/93 conhecida como Lei Zico, que se destina a promover uma modernização do setor esportivo, contudo, baseado exclusivamente em problemas enfrentados dentro do contexto do futebol. Como aponta Freitas Jr., Hirata (2014, p.127):

A partir de estudos como os de Proni, Helal e Guterman, já citados, pode-se ter clareza do momento difícil que o futebol atravessava na década de 1980, que pode ser revelada com propriedade pela expressão “crise do futebol”, especialmente, quando se relaciona crises à transformações, ou seja, a estrutura do futebol estava sendo criticada por seu arcaísmo e necessitava de reformas para sobreviver. Era uma clara indicação de que mudanças precisavam acontecer.

No contexto social do período, era o um fator de peso para que mudanças fossem realizadas. A nova lei revogou a antiga Lei do Passe que regulamentava as relações entre o atleta de futebol e seu clube esportivo sem que este pudesse ter o direito de escolher o seu destino. Criticada neste período como uma lei escrava e arcaica, pressionada pelo contexto social da época onde os valores mercantilistas estavam começando a ser implementados dentro do setor esportivo, esta lei foi derrubada e em seu lugar passou a vigorar a Lei Zico.

Para o setor esportivo em geral, não afetando somente o setor futebolístico, a Lei Zico extinguiu o CND e criou o Conselho Superior de Desportos (CSD), este passou a executar funções não mais fiscalizadoras, mas um papel consultivo e regulamentador. Passando a respeitar a autonomia das entidades esportivas, conquistadas através da letra constitucional.

No entanto, esta lei não ficou em vigor por muito tempo. Não demorou muito para que fosse apresentado nas Casas legislativas um projeto de lei em substituição à Lei Zico, a Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé. Esta proposta não se diferenciava muito daquela

⁵ Segundo o dicionário de direito a “Constituição Federal é considera a Lei Maior do Estado, e as demais normas jurídicas são consideradas infraconstitucionais, pois são inferiores às regras previstas na Constituição”. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/931/Infraconstitucional> >

anterior, nem muitas mudanças significativas para o setor esportivo. Seu intuito como na anterior era estabelecer melhores relações entre os clubes e seus atletas.

A Lei Pelé criou o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB), que veio substituir o CSD. Manteve suas funções muito próximas da instituição anterior. Esta lei também tratou de garantir uma fonte de recursos a ser destinado às entidades esportivas. Consistia no repasse de 7% da receita bruta das casas de bingo, a ser gerenciado pelo Indesp.⁶

Logo após esta Lei, foram criadas outras três leis relacionadas ao financiamento esportivo. A Lei 10.264/2001 conhecida como Lei Agnelo-Piva (em referência aos seus autores⁷) esta lei se destina a fornecer auxílio financeiro às manifestações esportivas: educacional e de rendimento. A Caixa Econômica Federal é responsável por efetuar o repasse de 2% da arrecadação bruta das loterias federais às entidades de administração do desporto olímpico e paralímpico. Sendo então divididos, 85% do montante devem ser repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e 15% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Deste valor que o COB recebe, deve destinar 10% ao desenvolvimento do esporte educacional e 5% ao esporte universitário.

Em um estudo realizado por Almeida (2010, p. 46-47), a autora afirma: “Até onde pudemos observar, os recursos repassados por exigência da Lei Agnelo-Piva são a maior fonte de recursos financeiros que o Comitê Olímpico Brasileiro possui.” Sua pesquisa mostra o quanto às entidades esportivas no país são dependentes do Estado para subsidiar suas ações e seu desenvolvimento.

Ainda sobre esta lei Veronez (2005, p. 310) tece uma crítica quanto ao seu teor constitucional e sua utilização:

Como podemos observar, a divisão dos recursos propostos por essa lei fere princípios estabelecidos pela CF de 1988. A prioridade da aplicação dos recursos públicos no esporte educacional e, em casos específicos, no esporte de alto rendimento foi invertida. Desse modo, apenas 15% dos recursos deveriam ser aplicados no esporte educacional, ficando os outros 85% com o esporte de rendimento. Outro detalhe que merece ser observado é que se trata de alocação de recursos do fundo público diretamente em entidades privadas e, o que é mais dramático do ponto de vista de sua utilização, com o estabelecimento de critérios genéricos quanto às atividades a serem financiadas e nenhum tipo de controle público sobre estas, a não ser o do Tribunal de Contas da União.

6 Segundo Veronez (2005, p. 304) No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) a “Secretaria de Desportos do MED foi transformada em autarquia federal e denominada Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). De acordo com o Decreto n.º 1.437/1995, que aprovou sua estrutura regimental, o Indesp tinha por finalidade a promoção e o desenvolvimento da prática do esporte.” O autor salienta que este órgão foi extinto no ano de 2000, devido escândalos relacionando-o com corrupção quanto a liberação do funcionamento dos bingos.

7 Agnelo refere-se ao deputado Agnelo Queiroz Filho do Partido Comunista do Brasil (PcdoB-DF) e Piva refere-se ao senador Pedro Piva do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB- SP).

O esporte de rendimento sempre foi o modelo para o qual as políticas públicas direcionavam suas ações, mesmo quando houve o sancionamento de um documento único que ampara os princípios norteadores à administração, funcionamento do Estado e o papel dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), leia-se Constituição Federal (CF), e delega que a prioridade do Estado é fomentar o desenvolvimento das práticas esportivas e o esporte educacional, observa-se que estas não são uma “*policy issues*” com força para entrarem na “*agenda-setting*” como comparados a projetos visando o melhor desempenho do esporte de rendimento brasileiro no cenário nacional e internacional, o que culmina na não obediência de um princípio constitucional como elencado pelo autor acima.

A segunda Lei destinada ao financiamento esportivo foi a Lei 10.891/2004, esta normativa é a fonte de nossa análise nesta pesquisa que será abordada com mais detalhes no próximo capítulo. Através desta norma jurídica se institui um programa chamado Bolsa-Atleta que destina recursos diretamente ao agente esportivo que é a base de todo este sistema, os atletas. Com critérios para concessão do benefício baseado nos resultados e na performance esportiva, este programa vem financiando atletas brasileiros há mais de dez anos.

A última lei que será tratada nesta revisão é a Lei de Incentivo ao Esporte, (Lei 11.438/2006) que se espelha na Lei de Incentivo Fiscal da Cultura, conhecida como Lei Rouanet. Esta medida estimula a iniciativa privada a participar do desenvolvimento do esporte no país, a partir da dedução fiscal de 1% do imposto doado por pessoa jurídica e 6% do imposto doado por pessoa física.

A iniciativa privada pode beneficiar-se desta ação para fins publicitários de sua marca, assim como a esfera esportiva pode beneficiar-se angariando outras formas de recursos. A função deste órgão se traduz em:

A formação de uma Comissão Técnica para avaliação dos projetos é do ME, assim como fica a cargo desta instituição o acompanhamento, avaliação e recebimento da prestação de contas das atividades, assim como do repasse dessas informações à Secretaria da Receita Federal. (ALMEIDA, 2010, p.58)

Após a eleição do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de Verão de 2016, ocorreram algumas pequenas modificações em algumas das principais leis esportivas do país, a Lei Pelé e a Lei da Bolsa-Atleta, a qual será abordada no próximo capítulo.

3.1 AS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES QUE GERENCIAM O ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO

É necessário esclarecer que existem mais instituições que compõem o sistema esportivo brasileiro, contudo, será abordado somente três que exercem um papel de relevância no contexto do programa estudado. Dentre as diversas instituições governamentais citadas anteriormente, não foi esclarecida ao leitor a trajetória que culminou com a instituição do primeiro Ministério do Esporte.

O esporte dentro da esfera política brasileira permaneceu durante muitos anos sem uma pasta própria, durante a ditadura do Estado Novo este estava vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, representado pelo CND, já a educação física encontrava-se vinculado a outro órgão, o Departamento de Educação, como enaltece Veronez (2005, p. 174):

Assim, no que se refere ao esporte e à educação física, temos nesse período um aparelho com dois braços fundamentais de controle: um administrativo, mais próximo da escola, representado pela Divisão de Educação Physica do Departamento de Educação, e outro normativo e fiscalizador, mais próximo das entidades esportivas, representado pelo Conselho Nacional de Desportos.

Após este período, já na redemocratização do país o esporte vincula-se a outro órgão, em 1956 este se torna a Divisão de Educação Física pertencente ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação.

No período da Ditadura Militar, no início da década de 70, o esporte passa a ser um departamento vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, o Departamento de Educação Física e Desportos, que segundo Veronez (2005) passou a unificar a educação física e o esporte separado no período do Estado Novo.

Durante o governo Geisel em 1978, o Departamento de Educação Física e Desportos é convertido em secretaria, sendo então denominado Secretaria de Educação Física e Desportos, mas continuou vinculado ao Ministério de Educação e Cultura.

Esta configuração permaneceu até o governo do Presidente Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN/AL) que criou a Secretaria de Desportos cujo primeiro a ser nomeado para ocupar o cargo foi Arthur Antunes Coimbra.

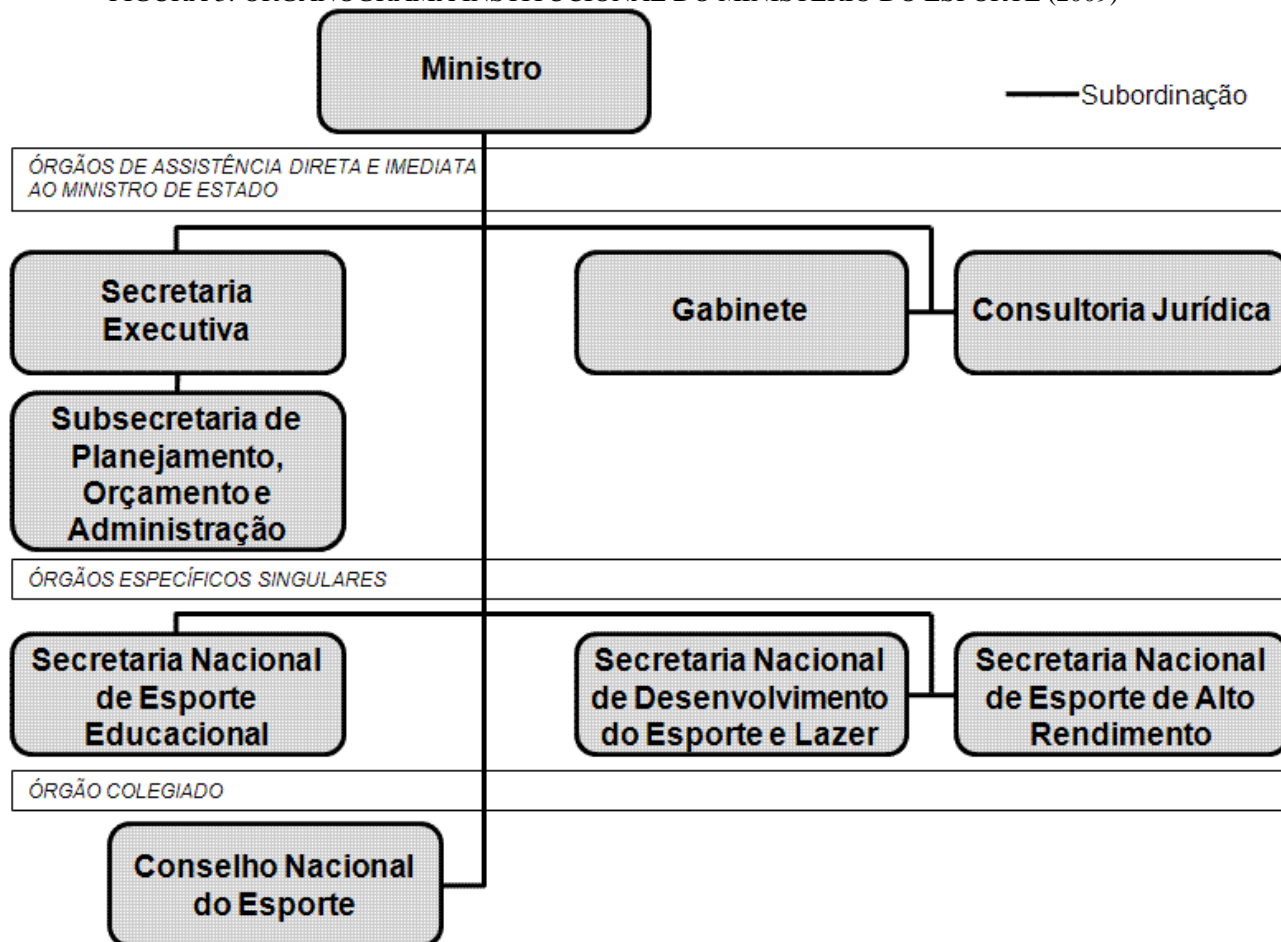
No governo seguinte, do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC): 1995-1998 e 1999-2002 foi criado o cargo de Ministro extraordinário de Estado do esporte, a ser ocupado por outro célebre atleta, Edson Arantes do Nascimento.

Em 1999, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo (MET).

Contudo, somente no próximo governo, do Presidente, Luis Inácio Lula da Silva (Lula): 2003-2007 e 2007-2011, que separou o esporte para uma pasta única. Pela primeira vez na história o esporte passou a possuir o título de ministério.

A estrutura organizacional quando da sua inauguração era como apresenta a autora Almeida (2010, p. 61):

FIGURA 3: ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (2009)

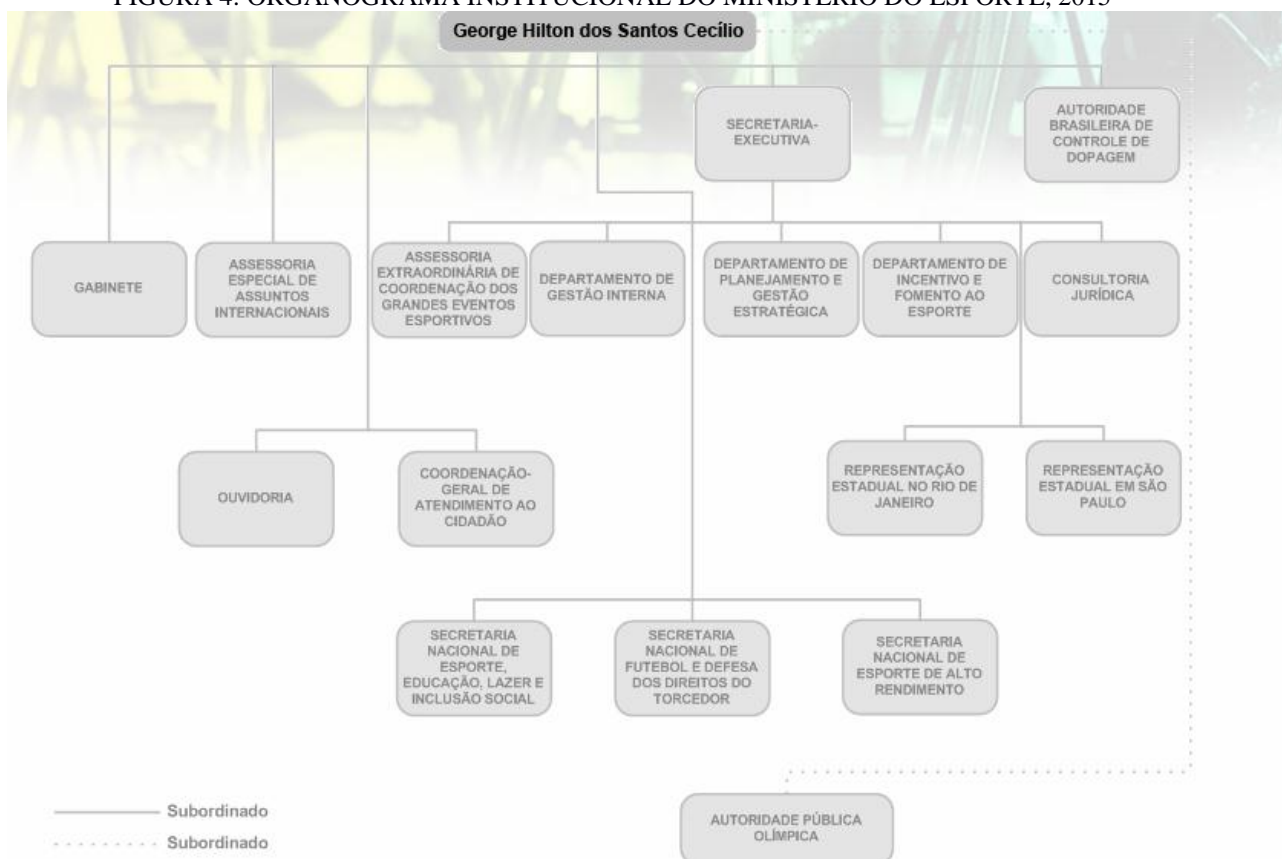


FONTE: ALMEIDA (2010, P.61)

Como se pode perceber as três manifestações esportivas foram contempladas nesta estrutura governamental: o esporte educacional com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE); de participação com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) e de rendimento com a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) ganhou cada qual uma secretaria para tratar de assuntos afins.

No entanto, atualmente este órgão assumiu uma nova configuração organizacional, como se pode observar na imagem a seguir:

FIGURA 4: ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015



FONTE: MINISTÉRIO DO ESPORTE

Pode-se comparar as mudanças ocorridas nestas duas estruturas apresentadas, o esporte de participação juntou-se com o educacional através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)⁸, manteve-se a SNEAR e criou-se uma secretaria voltada a atender interesses do futebol, a Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (SNFUT), neste caso, Starepravo et al. (2015) comentam que deve-se ao fato do país ter sediado a Copa do Mundo de Futebol da FIFA.

Nesta imagem, também existe um novo órgão subordinado ao ME, a Autoridade Pública Olímpica (APO), entidade que foi instituída para coordenar os entes federados (Município, Estado do Rio de Janeiro e União) na realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e no cumprimento das ações comprometidas com o Comitê Olímpico Internacional (COI).

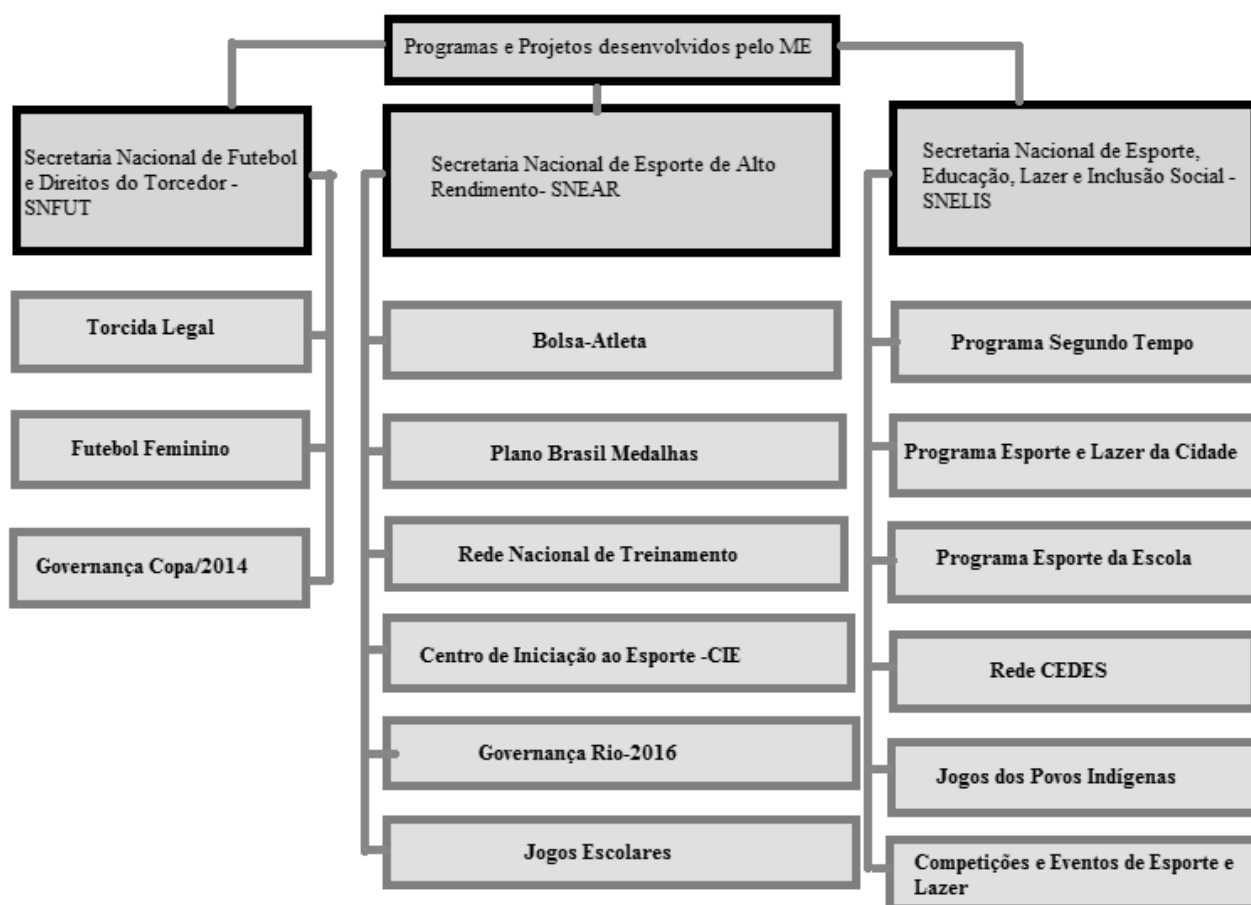
Pode-se reparar que a organização ministerial tornou-se mais segmentada e complexa no intervalo de seis anos, inclusive com a criação de alguns órgãos em decorrência do país

⁸ Sobre a junção das secretarias Starepravo et al. (2015) esclarece que este é um fruto da vitória das tensões existentes entre os partidos que compunham a pasta ministerial, uma vez que o PCdoB sempre desejou vincular a manifestação do esporte de participação à inclusão social. A extinção da antiga secretaria SNDEL que era comandada pelo PT, que segundo os autores, este partido perde força dentro desta estrutura ministerial.

tornar-se sede dos principais Megaeventos esportivos mundiais, leia-se Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos de Verão no Rio de Janeiro em 2016.

O ME acompanha e coordena diversos programas e projetos para a difusão e o desenvolvimento do esporte e das práticas esportivas no país, seus principais projetos estão discriminados no esquema abaixo:

FIGURA 3: PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS E COORDENADOS PELO ME, 2015



FONTE: A autora (adaptado de informações disponibilizadas no site do ME).

Estas ações não serão o foco desta pesquisa, portanto, não cabe aqui analisar os objetivos, metas, diretrizes, execução, financiamento e formas de avaliação de cada projeto acima citado. Destaca-se apenas o programa Bolsa-Atleta que é coordenado pela SNEAR, e o Plano Brasil Medalhas que envolve uma categoria de bolsa do programa, será apresentado no próximo capítulo.

Dentre as instituições que possuem um envolvimento com o Bolsa-Atleta e o Plano Brasil Medalhas, destaca-se o COB, que pode não influenciar o primeiro programa de forma direta, mas, certamente teve peso na contribuição de seu presidente durante a fase de

tramitação da lei do projeto aqui analisado. Assim como, destaca-se esta entidade pelo seu papel de articular-se com as Confederações Esportivas Olímpicas Nacionais.

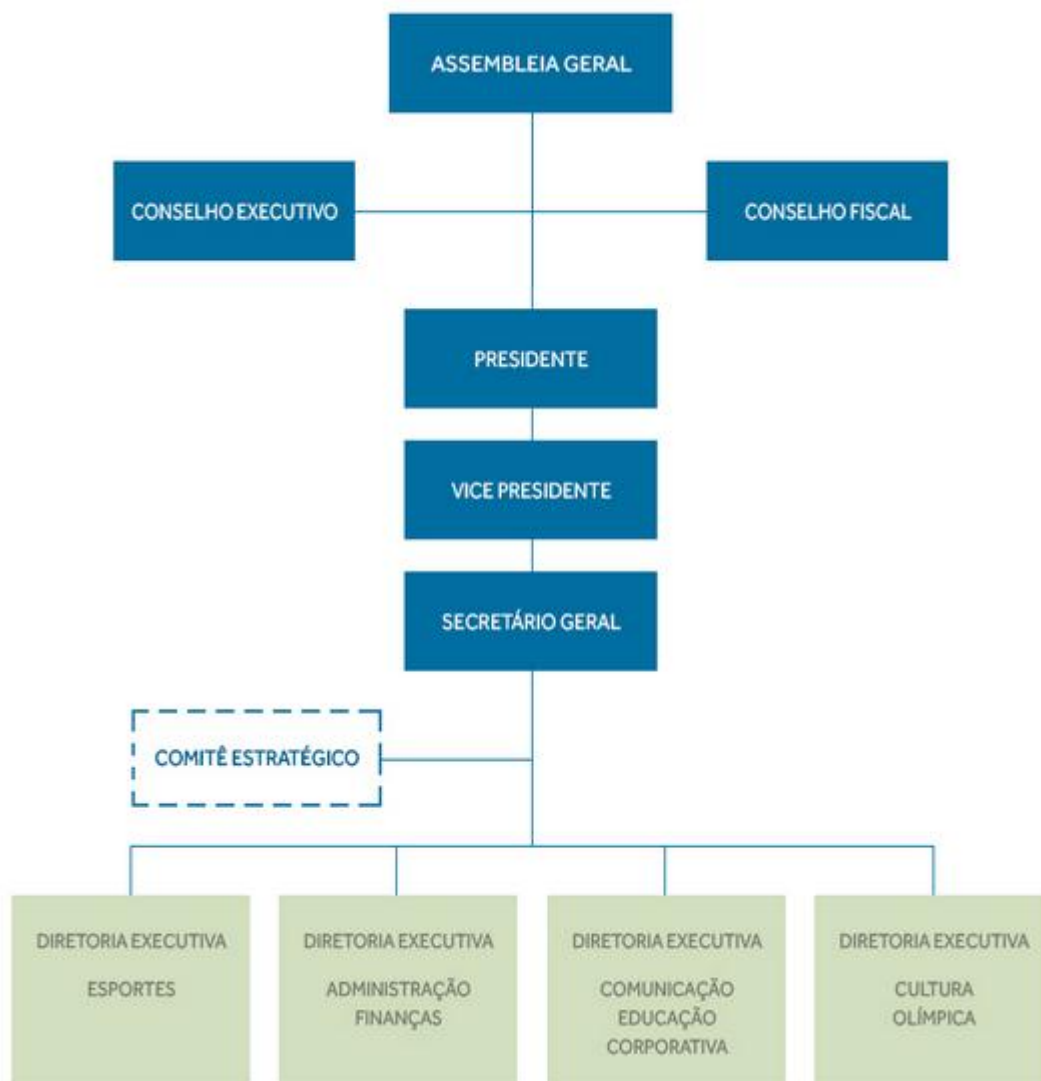
3.2 O COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL

Esta entidade representa “o movimento olímpico no Brasil conforme reconhecimento do COI e da legislação brasileira pelo Decreto Lei 3.199/1941.” (ALMEIDA, 2010, p.71) fundado em 8 de Junho de 1914, sendo um dos primeiros países da América Latina a criar uma entidade para representar o movimento olímpico. Suas principais funções são: representar o país no cenário esportivo internacional, junto ao calendário de competições das federações internacionais e coordenar as modalidades olímpicas no âmbito nacional.⁹

Sua estrutura organizacional é assim representada:

FIGURA 5: ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL COB, 2015

⁹ Ver Linha do Tempo em <<http://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil/linha-do-tempo>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2015.



FONTE: COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (2015)

Segundo a explicação no site da organização, quatro poderes constituem o Poder Constituinte do COB, formada pela Assembleia Geral, pelo Conselho Executivo, pelo Conselho Fiscal e pelo gabinete da Presidência, juntos este sistema administra a entidade, estabelece as diretrizes da organização e orienta suas ações para o cumprimento de suas metas.

Atualmente esta entidade se articula com trinta confederações esportivas¹⁰ administradoras de modalidades componentes dos Jogos Olímpicos, além de dezenove confederações vinculadas¹¹ e três confederações reconhecidas.

10 Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Badminton, Confederação Brasileira de Basquetebol, Confederação Brasileira de Boxe, Confederação Brasileira de Canoagem, Confederação Brasileira de Ciclismo, Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Confederação Brasileira de Desportos na Neve, Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, Confederação Brasileira de Esgrima, Confederação Brasileira de Futebol, Confederação Brasileira de Ginástica, Confederação Brasileira de Golfe, Confederação Brasileira de Handebol, Confederação Brasileira de Hipismo, Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama,

O COB é responsável por realizar os repasses dos valores recebidos pela Lei Agnelo-Piva (anteriormente esclarecido) para as confederações esportivas de modalidades olímpicas. A instituição possui critérios por ela definidos de como ela faz a divisão do repasse para cada confederação.

Em estudo realizado sobre o financiamento do COB, a autora Almeida (2010) demonstrou os percentuais recebidos pelas confederações, e os dividiu em três blocos. O primeiro bloco era composto por Confederações que recebiam menos que 2,5% dos valores da Lei Agnelo-Piva; o segundo bloco recebia entre 2,5 à 5,0% e o último bloco recebia acima de 5,0%.

Entretanto, no ano de 2009, a autora apresenta a mudança nos critérios de repasse da Lei, e com isso há a primeira evidência de que a instituição se baseava em resultados esportivos para transferir os recursos: “Para o ano de 2009, o COB divulgou novos critérios para repasse dos recursos para as confederações, visando “diminuir a diferença de valores entre as Confederações e permitir um desenvolvimento mais rápido do esporte brasileiro” (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008b).” (ALMEIDA, 2010, p. 83)

A partir do ano de 2013 houve uma nova mudança nos critérios de repasse. Ainda baseado em mérito esportivo e neste caso, mérito administrativo e sucesso na gestão:

Critérios Esportivos: 1) Nº de ouros em disputa em 2016; 2) Medalhas no último PAN e Ouros no último PAN; 3) Medalha no Mundial Menores ou Junior ou Sub-20; 4) Top 8 mundial e Medalha mundial principal; 5) Participação nas 03 últimas edições dos Jogos Olímpicos; 6) Top 8 na última edição dos Jogos Olímpicos; 7) Medalhas na última edição dos Jogos Olímpicos; 8) Medalhas de ouro em uma das 3 últimas edições dos Jogos Olímpicos; 9) Ouro na última edição dos Jogos Olímpicos; 10) Sequência de medalhas nas 3 últimas edições dos Jogos Olímpicos; 11) Quantidades de atletas em Top 3, 8 e 20. Critérios Administrativos •Estrutura técnica da modalidade no Brasil; •Possibilidade de desenvolvimento e performance; •Gestão administrativa da modalidade. Vale salientar que além destes critérios são

Confederação Brasileira de Judô, Confederação Brasileira de Levantamento de Peso, Confederação Brasileira de Lutas Associadas, Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno, Confederação Brasileira de Remo, Confederação Brasileira de Rúgbi, Confederação Brasileira de Tae-kwon-do, Confederação Brasileira de Tênis, Confederação Brasileira de Tiro com Arco, Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, Confederação Brasileira de Triátlon, Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, Confederação Brasileira de Vela e Confederação Brasileira de Voleibol.

11 As confederações vinculadas são responsáveis por administrar modalidades que não fazem parte dos Jogos Olímpicos, são elas: Confederação Brasileira de Automobilismo; Confederação Brasileira de Baseball e Softball; Confederação Brasileira de Boliche; Confederação Brasileira de Capoeira; Confederação Brasileira de Desporto Escolar; Confederação Brasileira de Desporto Universitário; Confederação Brasileira de Futsal; Confederação Brasileira de Hóquei e Patinação; Confederação Brasileira de Karate; Confederação Brasileira de Kung Fu; Confederação Brasileira de Motociclismo; Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Confederação Brasileira de Orientação; Confederação Brasileira de Paraquedismo; Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos; Confederação Brasileira de Squash; Confederação Brasileira de Surf; Confederação Brasileira de Xadrez; Confederação Brasileira de Vôo a Vela. Quanto às confederações reconhecidas, são elas: Confederação Brasileira de Beach Soccer; Confederação Brasileira de Esqui Aquático; Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu.

analisados os seguintes pontos: •Confederações com resultados a nível Mundial e Olímpico •Confederações com resultados a nível Pan-americano; •Confederações com resultados a nível Sul-americano; •Confederações ainda sem resultados internacionais; •Número de Federações Filiadas; •Número de Modalidades na Confederação; •Número de atletas Confederados; •Avaliação das demais fontes de recurso das Confederações. (COMITÉ OLÍMPICO DO BRASIL, 2013, p. 9)

Os critérios são meritocráticos, na qual a confederação esportiva que obtiver maior resultado e demonstrar maiores chances de atingir resultados olímpicos em 2016, e estrutura técnica e administrativa da modalidade receberão maiores porcentagens do repasse em relação às outras. Confirmando a afirmação feita por Almeida (2010, p.101) onde as confederações esportivas buscam resultados expressivos como meio para atingir maior visibilidade, desta forma, conseguindo angariar mais recursos financeiros, destacando sua modalidade no cenário esportivo brasileiro e mundial.

Este delineamento pode promover maior desenvolvimento daquelas confederações que já tem tradição na obtenção de resultados esportivos, estrutura administrativa já consolidada com sucesso na gestão e de destaque no cenário esportivo para alcançar maiores patrocinadores, conforme afirma Almeida (2010) ao cruzar as próprias informações fornecidas pelo COB sobre o estado de desenvolvimento das confederações olímpicas a ele vinculadas demonstram que as entidades com mais federações filiadas, infraestrutura para os atletas, fornecedores de materiais, patrocínios, são as que mais possuem porcentagens de repasses de recursos da lei.

Através deste meio de financiamento das confederações, aquelas menos privilegiadas precisam desenvolver estratégias para crescer e obter resultados esportivos consistentes que lhes garantam angariar mais recursos financeiros.

O COB articula-se com as confederações esportivas, estas por sua vez, administram as modalidades no país, a seguir será apresentado um pouco sobre as confederações esportivas.

3.3 AS CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS OLÍMPICAS BRASILEIRAS

É no capítulo III do Decreto-Lei 3.199/41 que se institucionalizam as primeiras entidades máximas de administração do desporto nacional, fiscalizadas pelo órgão governamental criado através desta legislação, o CND.

Através desta norma jurídica as Confederações passaram a ter o poder sobre o esporte no país, de representá-lo nacional e internacionalmente, bem como, de articular-se

com as entidades esportivas internacionais. Estas instituições eram privadas, mas, tuteladas pelo governo, como mostra a autora Morales, (2014, p. 05):

De acordo com o Capítulo III – Das Confederações Desportivas do Decreto-Lei 3.199/1941, as confederações esportivas nacionais foram instituídas por Lei, como associação civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com a finalidade de “administrar” o esporte nacional. Para serem reconhecidas pelo Governo, as confederações deveriam estar sob o seu domínio e tutela, por meio do Conselho Nacional de Desporto, que, formado por militares, tinha o dever de interferir na criação, na supressão, no funcionamento, na organização e na gestão destas organizações

Além disso, a lei ainda deixou estabelecido quais seriam as confederações reconhecidas, dentre elas destacava-se a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que congregava uma série de modalidades “foot-ball, o tenis, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o water-polo, o volley-ball o hand-ball” (BRASIL, 1941). Destas modalidades, segundo explicado no parágrafo segundo do Art. 16 desta lei: o futebol era a modalidade considerada pelo CND, como desporto essencial do CBD (muito provavelmente devido à sua importância e difusão no país, na época).

O papel do Estado foi fundamental para o desenvolvimento do esporte no país, como afirma Veronez, (2005, p.203):

Além disso, é possível observar que a atuação governamental foi ampliada em direção ao desporto confederado. Assim, à sombra do Estado, diversas modalidades esportivas tiveram grande desenvolvimento, com destaque para voleibol, natação, remo, atletismo, tênis, basquete e, evidentemente, futebol. Cresceu enormemente o número de entidades esportivas, bem como a ação do Estado em direção a estas no sentido de conciliar interesses presentes no interior do próprio setor esportivo e entre este e o Estado.

Esta configuração permaneceu por décadas até o início dos anos 80, quando o CBD foi desmembrado em cerca de trinta confederações esportivas, marcando o fim do modelo de gestão centralizador e hierárquico (PIMENTEL, 2007).

Com isso, as diversas modalidades antes agremiadas e geridas pelo CBD, passaram a ter apenas uma entidade máxima de administração de representação de sua manifestação e difusão no país, permitindo uma maior descentralização e desatrelamento da sombra de influência da modalidade de futebol.

Com a promulgação da CF de 1988, muitos atores envolvidos com o setor esportivo, buscaram uma maior liberalização (privatização) das entidades administrativas, no entanto, reivindicando maiores investimentos no setor por parte do Estado.

A partir deste período, o governo passa a não interferir nas atividades destas entidades sob a alegação de ferir cláusula pétrea constitucional, porém, não deixou de articular-se com elas principalmente em detrimento do financiamento de suas ações. O diferencial é que a partir deste momento, o Estado não tutelava mais o setor, interviria em sua administração, ou mesmo reconheceria a existência de novas confederações ou instituições esportivas.

Com a promulgação da CF/88, parte do papel exercido pelos órgãos estatais, como, a função de reconhecer novas instituições esportivas, ou manter o controle do repasse de recursos, passou às organizações privadas, próprias do setor esportivo, como o COB e CPB, no entanto, estes órgãos não passaram a controlar as demais entidades esportivas, contudo, exercem influência sobre elas.

A concatenação destas entidades dentro da configuração do setor esportivo¹² no país, que permanece atualmente, é como o autor Ribeiro (2012, p. 22) esclarece:

A organização do sistema esportivo, principalmente das modalidades olímpicas, apresenta a mesma estrutura hierárquica adotada pela maioria dos esportes, na qual o Comitê Olímpico Brasileiro é o principal ator, seguido pelas Confederações, que abrangem todo o país, depois pelas Federações estaduais, clubes, associações e, por último, pelo atleta.

Neste sistema hierárquico, os clubes, associações e seus atletas filiam-se a uma Federação Estadual (desta forma os clubes e seus atletas podem participar de determinadas competições esportivas promovidas por suas federações). As Federações existentes filiam-se a Confederação da modalidade que estas representam. Estas últimas, por sua vez, filiam-se as federações internacionais da prática esportiva administrada e também ao COB que é filiado ao COI.

Cada Confederação é responsável pela elaboração do seu estatuto, documento que regulamenta/esclarece/orienta as ações destas entidades. Apesar de cada órgão elaborar suas normas de funcionamento, elas aparentam seguir um padrão. Neste caso, a maioria dos estatutos analisados¹³ possuem XII capítulos, nos quais, versam sobre os seguintes assuntos: I-

12 Sobre a evolução das relações hierárquicas dentro do setor esportivo, e como se configura o sistema esportivo brasileiro, ver estudo realizado por: Godoy (2013) e Mendes e Codato (2015).

13 A fim de se obter maiores informações sobre as funções exercidas pelas Confederações e que não foram encontradas/abordadas com maior profundidade dentro da literatura pesquisada, foram coletados os estatutos das entidades administradoras das modalidades olímpicas filiadas ao COB, disponibilizados online. Contudo não foi possível encontrar os estatutos das confederações das seguintes modalidades: boxe, basquetebol, futebol, hóquei sobre a grama, levantamento de peso, lutas associadas, rúgbi e vela. Com estas informações foi realizada uma comparação entre os documentos, e percebeu-se um padrão. Em cada documento percebeu-se que muitos apresentavam as mesmas finalidades e funções, que foram reunidas nos tópicos apresentados acima, no entanto,

Das Entidades e Seus Fins; II- Da Organização; III- Dos Poderes; IV- Da Justiça Desportiva; V- Do Regime Econômico e Financeiro, Do Patrimônio, Da Receita e da Despesa; VI- Da Filiação; VII- Das Entidades Filiadas Direitos e Deveres; VIII- Dos Títulos Honoríficos; IX- Dos Símbolos, Bandeiras e Uniformes; X- Da Dissolução; XI- Das Disposições Gerais; XII- Das Disposições Transitórias.

Em cada capítulo, são abordados os mesmos tópicos, com pequenas diferenciações referentes às especificidades das modalidades administradas. Algumas confederações abordam alguns outros temas além, no entanto, não deixam de abordar os assuntos acima relacionados.

Nestes estatutos, estão discriminadas as finalidades de cada Confederação, qual seja:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, a modalidade administrada no país;
- b) Representar a modalidade administrada junto ao Poder Público, em caráter geral;
- c) representar o esporte brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais, observada a competência do COB;
- d) promover e fomentar a prática da modalidade administrada nas manifestações de alto nível, estudantil, universitário e de cunho social;
- e) promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- f) respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos;
- g) informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das Entidades internacionais;

Entre outras funções, estas entidades se encarregam de ditar normas para a filiação das federações, determinar punições as que ferirem as regras por elas ditadas em seus estatutos, fiscalizar suas atividades, promover o registro obrigatório de pessoas físicas ligadas à prática desportiva (atletas, técnicos, árbitros, etc.), regular sobre os requisitos e meios de registro, e sobre as transferências de praticantes ou técnicos e árbitros entre entidades federadas ou estrangeiras, além de funções diversas e específicas para cada modalidade.

Nestes estatutos também estão esclarecidos os patrimônios de cada entidade, suas receitas e despesas, onde se percebe que cada uma declara quais são suas fontes de receitas. Em todos os documentos analisados, foi notável o fato de praticamente todas citarem a participação do governo através da subvenção de recursos públicos para o desenvolvimento

de suas ações. A única confederação que não citou a participação do poder público como fonte principal de sua renda foi a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), no entanto, não significa que esta não receba/tenha recebido financiamento público, pois, a CBV possui um histórico de patrocínio por uma empresa estatal, no caso, o Banco do Brasil, que suspendeu em 2015 o patrocínio após comprovação de irregularidades no contrato cometidas pela CBV¹⁴.

No entanto, esta se apropria de direitos de transmissão dos jogos, publicidade e propaganda, patrocínios e patrocínios de jogos realizados, demonstrando a sua capacidade de gerir-se enquanto empresa e angariar fundos através da espetacularização e promoção de sua marca¹⁵.

Não são todas as confederações no país que conseguem atrelar o esporte que gerenciam à ideia de uma marca a ser vendida, necessitando de auxílio e financiamento público para o seu desenvolvimento.

Estas instituições não somente se beneficiam de recursos do governo para sua manutenção e desenvolvimento, como também possuem muitos privilégios que as colocam em um patamar favorecido tanto para dentro do setor esportivo, quanto se articulando no setor político, como mostra a autora Castelan (2010, p.31):

No Brasil é impossível falar de campo esportivo sem falar dos Clubes, Federações e Confederações. *Com imenso poder e prestígio desde o início da institucionalização do esporte nacional, estas estruturas detém muito poder e formam a base do esporte nacional de alto rendimento, do esporte espetáculo, que move a paixão de milhões de pessoas e um volume altíssimo de dinheiro público e privado. São entidades que organizam e mantêm as estruturas do esporte nacional, recebem dinheiro público, subsídios fiscais, receita fixa em loterias federais, possuem a maioria dos assentos do Conselho Nacional do Esporte, estabelecem interlocução com dirigentes do Estado, possuem bancada no Congresso Nacional e que ampliaram poder após a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Apesar de receber tantas benesses do Estado são entidades de direito privado e reconhecidas pela falta de democracia interna e de transparência na gestão.* Sobre a falta de gestão democrática nestas entidades, os jornalistas Bruno Doro e Felipe Munhoz publicaram, em abril de 2010, um quadro com o tempo que cada dirigente de Confederação Esportiva permanece nos seus respectivos cargos. Neste quadro fica patente a necessidade de modificar a forma como o esporte vem sendo gerido no país, principalmente se considerado que muitos recursos públicos são colocados nestas entidades. Segundo a reportagem alguns dirigentes estão há mais de 20 anos à frente de suas entidades, um cargo praticamente vitalício. Os casos mais notáveis são os da Confederação Brasileira de Atletismo, de Desportos Aquáticos, de Futebol e de Handebol, que somados passam dos 108 anos no poder. (grifos meus)

¹⁴ Ver notícia a respeito: CBV descumpre acordo e Banco do Brasil suspende patrocínio ao vôlei. Disponível em < <http://esporte.uol.com.br/volei/ultimas-noticias/2015/05/15/cbv-descumpre-acordo-e-banco-do-brasil-suspende-patrocínio-ao-volei.htm> >

¹⁵ Sobre a espetacularização do voleibol no Brasil ver tese de doutorado de Marchi Jr. (2001).

Sobre a falta de democracia comentada pela autora, foi promulgada a Lei 12.868 de 15 de Outubro de 2013¹⁶, que veta a manutenção dos dirigentes esportivos no cargo por mais de oito anos, caso, esta exigência não seja seguida, as Confederações não poderão receber seus montantes de recursos públicos, além disso ela também prevê alternância no exercício dos cargos de direção.

Estas entidades, além de realizarem as funções já citadas, também exercem um papel essencial na execução de um programa do governo federal, o Bolsa-Atleta. Como visto, estas são responsáveis, em conjunto com suas filiadas de promover as competições esportivas em âmbito nacional, e para que o programa funcione, as Confederações precisam elencar quais competições serão válidas como critérios para concessão dos subsídios aos atletas.

O próximo capítulo procurou abordar como este programa se inseriu na pauta governamental e como foi o processo para elaboração de uma lei esportiva que é atualmente um dos maiores programas de financiamento e subsídio ao atleta no país.

¹⁶ Art. 19 da Lei 12.868 de 15 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm>

4 O CONTEXTO DA TRAMITAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA: DE UM PROJETO DE LEI À LEGISLAÇÃO ATUAL

Como sempre sucedeu, e há-de suceder sempre, a questão central de qualquer tipo de organização social humana, da qual todas as outras decorrem e para a qual todas acabam por concorrer, *é a questão do poder, e o problema teórico e prático com que nos enfrentamos é identificar quem o detém, averiguar como chegou a ele, verificar o uso que dele faz, os meios de que serve e os fins a que aponta.* (SARAMAGO, 2008, s.p., grifos meus)

O presente capítulo se configura através da análise do contexto histórico pelo qual se tem ciência, respaldado nas fontes elencadas, do processo legislativo que passou o projeto de lei 3.826/2000 da Bolsa-Atleta. O trabalho de remontar às fontes que compuseram o panorama do trâmite legislativo permite o entendimento da concepção de uma política pública¹⁷, como também observar disputas de interesses entre os agentes do campo político na articulação de suas ações, no caso, para o campo esportivo.

A tramitação do projeto levou três anos, oito meses e dez dias para aprovação final, neste sentido, pode-se afirmar que nem sempre uma proposição legislativa pode ser elaborada em prazos definidos e imediatistas. Visto que se trata de um moroso conjunto de ações sistemáticas, pode-se destacar alguns fatores para esta aparente letargia, como os períodos de recesso do Congresso Nacional (não podendo ser contado prazo), ou o início de cada legislatura, onde tomam posse os novos componentes das Casas, carecendo, portanto, de nomeação de novos responsáveis pelas tarefas legislativas, demandando também prazos previstos no regimento interno de funcionamento de cada Casa para fazê-los, entre outros casos, todos se tornarão evidentes no caso analisado.

Ocorre que nem todas as proposições legislativas demandam um prazo tão elevado quanto à proposição de lei ordinária, como no caso do projeto 3.826/2000. As medidas provisórias, por exemplo, são proposições legislativas somente do Poder Executivo, cuja normativa tem força de lei devendo ser executada na data de sua publicação e submetida à apreciação ao Congresso Nacional no prazo de 60 dias, caso não se obtenha nenhuma deliberação sobre a matéria, esta pode entrar em vigor de urgência (por solicitação do Poder Executivo) ou por determinação constitucional¹⁸ depois de decorridos 45 dias, sendo prorrogável por igual período de 60 dias, quando não se obtenha deliberação expressa.

¹⁷ Baseado no conceito de “policy cycle” esta análise será focada nas primeiras etapas de: seleção da agenda (“agenda-setting”) e elaboração de programas e decisão (“formulation”), e neste caso em específico as fases de reformulação do programa.

¹⁸ Ver CF, Art. 62, parágrafo 6º e Art. 64, parágrafo 1º.

Embora o prazo para apreciação de proposições legislativas seja, muitas vezes um entrave burocrático para aprovação/rejeição de matérias, é de certo modo, um regulador para garantir uma análise aprofundada sobre o julgamento da matéria, bem como, do embate entre os agentes políticos (“*policy-makers*”) previstos no sistemático processo democrático existente no sistema legislativo brasileiro, no qual somente será levada adiante uma proposição se julgada por maioria, através de posicionamento favorável ou contrário ao mérito desta.

4.1 CONHECENDO OS TRÂMITES ADMINISTRATIVOS PELOS QUAIS SE ENCAMINHOU O PROJETO DE LEI 3.826/2000

O projeto de lei¹⁹ 3.826 foi apresentado pelo seu idealizador, deputado²⁰ Agnelo Santos Queiroz Filho do Partido Comunista do Brasil (PC do B/DF) na época partido que fazia oposição ao governo; à CD²¹ em 28/11/2000 e publicado no DCD, configurando-se então no início da trajetória de qualquer proposição para que futuramente após sistemática avaliação viesse a se tornar uma lei. O início do processo legislativo se dá pela apresentação de uma proposição legislativa, em uma das Casas do CN.

Destaca-se que em toda forma de proposição existente o seu autor deve justificá-la a fim de esclarecer sua potencial importância para as políticas públicas do país. A saber, segue então a justificação do Autor da proposta legislativa:

O Brasil possui inúmeros atletas com potencial competitivo que afastam-se do esporte por falta de recursos. O Projeto de lei que ora apresento objetiva criar condições mínimas para que os atletas brasileiros que possuam potencial técnico possam competir, nacional e internacionalmente, além de propiciar incentivo para que os atletas busquem sempre os melhores resultados. Assim sendo, as bolsas atletas serão concedidas com base em critérios eminentemente técnicos, priorizando-se os melhores atletas, nas diversas modalidades olímpicas individuais. As fontes de recursos foram definidas de forma a não onerar o Tesouro Nacional. Convém ressaltar que a Bolsa-Atleta já é concedida, em âmbito regional, pelo Governo do Distrito Federal, com base em projeto aprovado na Câmara Legislativa de autoria do então Deputado Distrital, o Sr. Agrício Braga, atualmente Secretário de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

¹⁹ Uma proposta ou proposição é compreendida e hierarquizada nos termos dados pela Constituição Federal em seu Art. 59 do Capítulo I-Do Poder Legislativo, do Título IV-Da Organização dos Poderes: “O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos; resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.” (BRASIL, 1988)

²⁰ As proposições de leis complementares e ordinárias podem ser elaboradas não somente pelo poder legislativo e executivo, mas, também por iniciativa popular, pelo Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores, bem como, pelo Procurador-Geral da República, como indicado no art. 61 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

²¹ O órgão responsável pelo Poder Legislativo é o Congresso Nacional, cuja composição se dá pela instituição do Senado Federal e a Câmara dos Deputados (BRASIL, 1988).

A nível federal, a ideia assemelha-se à Bolsa Virtuose do Ministério da Cultura, a qual premia os artistas de maior potencial.

É conveniente ressaltar, no entanto, que o esporte não possui qualquer lei de incentivo fiscal, dificultando o investimento por parte da iniciativa privada.

Paralelamente, é legítimo sublinhar o papel relevante do esporte pode representar em nosso País, ao oferecer opções de entretenimento para os jovens, em especial, os carentes.

O crescimento da base da pirâmide esportiva, entretanto, é diretamente proporcional ao número de ídolos e de atletas de elite que o País possui. Desta forma, incentivando-se o desporto de rendimento, estaremos ampliando a prática de esportes em todo o Território Nacional, reduzindo gastos em saúde e em programas de combate às drogas e à violência. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 09128).

Nota-se que o autor da proposta elucida que a priori este projeto se destinaria a subsidiar atletas olímpicos de modalidades individuais, no entanto, essas ideias originais foram modificadas dentro das discussões ocorridas no plenário das comissões que o analisaram.

Convém ressaltar a relevância que tal temática encontrava-se em voga na época, afinal três projetos foram encontrados com a mesma finalidade e objetivos, que era prover aos atletas do país condições mínimas financeiras para que se mantivessem no seio da prática esportiva e assim pudessem continuar atingindo desempenhos esportivos significativos.

Uma possível explicação para o fato e que possivelmente seja uma das razões para esta pauta ter sido considerada relevante e colocada na agenda política nacional (fase de “*agenda-setting*”) foi o considerado “insuficiente” desempenho dos atletas brasileiros nas olimpíadas de Sidney em 2000, visível no discurso do deputado Eduardo Henrique Accyoli Campos²² do Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido que fazia oposição ao governo da época, mas, coligado ao partido do proponente do projeto Bolsa-Atleta. Sobre a justificação do projeto 4.648/2001 de sua autoria, percebe-se a relevância desta “*policy-issues*”: “o desempenho do esporte brasileiro nas olimpíadas de Sidney revela a necessidade da elaboração de uma política de médio prazo que permita ao Brasil atingir todo seu potencial.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 22136)

Há que salientar também que o esporte de alto rendimento sempre teve uma maior facilidade de angariar um espaço na agenda governamental (“*agenda-setting*”) como aponta Starepravo (2011, p. 182)

No caso do esporte, a repercussão midiática, simbólica e de propaganda do esporte de alto-rendimento parece influenciar as opções por políticas públicas voltadas a essa manifestação do esporte. Reproduz-se, de forma mimética, lógicas e valores do

²² Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97202&tipo=0>

alto-rendimento no processo de definição de problemas, que repercutem em um objeto tão plural quanto o esporte. Em síntese, parece-nos que o esporte de alto-rendimento (um *policy issues*) tem maior apelo para gerar um *policy cycles* do que outras manifestações do esporte.

O desempenho insatisfatório em olimpíadas também mencionado no discurso da deputada Nice Lobão²³ do Partido da Frente Liberal (PFL) da base aliada ao governo, em seu projeto 3.113/2000, mostrava-se como um “*policy issues*” de extrema relevância na agenda parlamentar neste período:

É justo o País orgulhar-se do desempenho de seus atletas em competições como os Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos e apropriar-se, como se fossem seus, dos louros arduamente conquistados nesses eventos. Mas isso não pode acontecer às custas de famílias, geralmente de poucas posses, que não medem sacrifícios para que seus filhos e filhas possam dedicar-se ao treinamento desportivo. Cumpre que o Estado faça a sua parte e estimule efetivamente, do ponto de vista financeiro, a formação do atleta de rendimento. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 28199)

Essa preocupação com o desempenho esportivo do país no cenário internacional não era uma novidade exclusiva dos parlamentares do segundo governo FHC, Veronez, (2005, p. 200-201) aponta que ainda no governo de João Goulart (Jango) esta era uma pauta (“*policy issues*”) na agenda governamental tão relevante que chegou a tornar-se um decreto-lei (Decreto n.º 53.741, de 18 de março de 1964), como completa o autor:

Em suas justificativas, explicitava a insatisfação do governo com os resultados em competições internacionais: “a atuação do Brasil nas competições internacionais, principalmente no atletismo e natação, tem sido pouco eficiente, não alcançando, por isso, resultados satisfatórios” (BRASIL, 1964b). Mencionava, ainda, “que as competições e vitórias no terreno desportivo internacional constituem fator de projeção do país no cenário mundial e de aproximação entre os povos” (BRASIL, 1964b). Nas justificativas, salientavam-se problemas de acesso dos jovens às práticas esportivas e de educação física, da insuficiência de equipamentos e da falta de pessoal técnico especializado para orientar e aprimorar as práticas físico-desportivas. (grifos meus)

O esporte de rendimento sempre esteve presente na agenda governamental desde sua primária normatização jurídica, bem como, o discurso do uso do esporte como um elemento para projeção do país no cenário mundial, sempre foi presente na justificação de elaboração de políticas públicas, normatizações, projetos, ações esportivas etc. E não escapou na proposição destes projetos de lei.

Também destaca-se no discurso do deputado Agnelo Queiroz sobre a falta de

²³ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99169&tipo=0>

incentivo fiscal para o esporte, esta matéria só tornou-se lei seis anos após a apresentação do projeto de concessão de bolsas, quando foi sancionada a Lei nº 11.438 de 29 de Dezembro de 2006, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, “na qual é possível obter deduções fiscais a partir do fomento de atividades esportivas, sob a forma de patrocínio ou doação. (ALMEIDA, p.58, 2010).

No caso do projeto sob análise, este era composto de 14 artigos e um anexo. Sua ementa²⁴ referia-se à instituição da Bolsa-Atleta e logo abaixo o direcionamento às comissões que seriam enviadas para análise.

O primário esboço do que seria futuramente a Lei 10.891 de 9 de julho de 2004, pretendia subsidiar somente atletas de modalidades olímpicas individuais reconhecidas pelo COB com mensalidades previstas no anexo do projeto de lei. O documento enquadrava apenas três categorias de bolsa, pensadas de acordo com as competições que os atletas de alto rendimento no país poderiam participar, fossem no âmbito nacional, internacional e olímpico.

No anexo encontrava-se o critério para concessão do benefício, quais os resultados esportivos seriam relevantes para que aquele atleta interessado em receber o subsídio devesse apresentar, bem como seu respectivo valor:

a) Categoria Nacional: até a 3ª colocação no evento máximo da temporada e/ou ranking da modalidade em âmbito nacional com valor de bolsa de R\$ 500,00;

b) Categoria Internacional: até a 3ª colocação nos campeonatos internacionais, no qual, representaram a Seleção Brasileira, seja em campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais com valor de bolsa de R\$1.000,00;

c) Categoria Olímpica: a composição da Delegação Olímpica Brasileira com valor de bolsa de R\$1.500,00.

Contudo, apesar de prever um investimento no desenvolvimento dos atletas de alto rendimento do país, ele se exime a um vínculo direto institucional entre atleta-administração pública federal.

Somados aos resultados esportivos, o atleta ainda precisava preencher os seguintes requisitos:

- I possuir idade mínima de 14 (quatorze anos);
- II estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;
- III estar em plena atividade esportiva;
- IV *não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular*

²⁴ Segundo o manual de redação da Câmara dos Deputados a ementa deve apresentar de forma concisa e abrangente o objeto da lei. (BRASIL, 2004)

diverso do salário;

V *não receber salário de entidade de prática desportiva;*

VI ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;

VII-*estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada.* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p.09125, grifos nossos).

Crítérios estes, comprovados através da apresentação de documentos previstos no artigo seguinte. Destaca-se o conteúdo dos incisos IV e V apesar de ser proibido recebimento de pecúnia para o desenvolvimento do atleta, eles poderiam até receber um auxílio às despesas com treinamento e competições.

O artigo 6º do projeto apresenta a seguinte informação, na qual, é delegada às entidades nacionais de administração do desporto fundamentar através de critérios técnico-desportivos suas razões em função dos resultados obtidos pelo atleta em competições esportivas oficiais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001). Nesta perspectiva, seria de precípua importância para um controle do rendimento dos atletas, através das instituições que respondem pelo desenvolvimento do esporte brasileiro. Assim, a título de exemplo, no caso de um atleta vir a lesionar-se em uma competição, sua confederação justificaria o “insuficiente” desempenho que impediu o atleta a dar sequência no programa de bolsa.

Neste artigo, que infelizmente foi descontinuado da proposição original quando esta foi direcionada às comissões afetas, observa-se uma tentativa do autor do projeto em indicar as Confederações Esportivas Brasileiras a realizar ações em coarticulação com o programa, responsabilizando-as com o papel de fiscalização do desempenho esportivo dos atletas-bolsistas. Sendo assim, o desenvolvimento dos bolsistas em termos de aquisição de resultados seria acompanhado de forma mais apropriada, uma vez que estas entidades privadas possuem um maior contato com o atleta do que a administração pública federal.

O projeto apresentava também as normativas para publicação quando deferido o pleito, quase todos modificados quando se observa a disposição atual da legislação que rege o programa, leia-se a seguir:

Art. 8º Deferido o pedido, a Secretaria Nacional do Esporte, do Ministério do Esporte e Turismo publicará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do deferimento, extrato resumido e numerado sequencialmente, que conterá as seguintes informações:

I nome completo e data de nascimento do atleta beneficiado;

II indicação da modalidade olímpica individual praticada pelo atleta beneficiado;

III nome e número do CNPJ da entidade de prática desportiva a que estiver vinculado o atleta beneficiado;

IV nome e número do CNPJ da respectiva entidade estadual ou distrital de

- administração do desporto;
- V nome e número do CNPJ da respectiva entidade nacional de administração do desporto;
- VI indicação dos valores mensal e total a serem transferidos ao atleta beneficiado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 09126).

Encontram-se também critérios para impugnação da concessão. No escopo de informações normalizadoras de como ocorrerá este processo, destaca-se que se previa o direito do atleta conjuntamente com o titular máximo da administração nacional do desporto comparecer ao órgão elencado para receber as impugnações, o CDDDB²⁵, para sua defesa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001).

Por fim, a forma de arrecadação para prover o programa:

Art. 12. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento público do Ministério do Esporte e Turismo, além das seguintes fontes:

- I 1% (um por cento) dos contratos dos atletas profissionais e não profissionais pertencentes ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pelas entidades de práticas desportivas contratantes;
- II 1% (um por cento) do valor da multa contratual, nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pelas entidades de prática desportiva cedentes; e
- III 1% (um por cento) da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional e não profissional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 09126)

Todas as formas previstas desoneram o Tesouro Nacional de responsabilizar-se por um orçamento dedicado ao programa. No entanto, esta proposta foi revisada por uma série de comissões especialistas que julgariam a relevância da matéria, bem como, teor financeiro e constitucional.

A próxima medida burocrática dentro da estrutura constituinte do seio político-legislativo, qual seja, CD, é o encaminhamento da proposição para a Mesa Diretora da Casa (órgão responsável pela gestão dos serviços administrativos e legislativos), ao conhecer o assunto na qual se trata a matéria ela faz o despacho para avaliação de seu teor nas respectivas comissões técnicas. Dentro de cada uma das comissões técnicas pelas quais a proposição é submetida à análise que se observam as disputas de poder, os consensos e dissensos que configuram a “*policy arena*” entre os autores do poder legislativo para favorecer a aprovação/rejeição de matérias que lhes sejam de interesse.

²⁵ Segundo explica Veronez (2005) O CDDDB (Conselho do Desenvolvimento do Desporto Brasileiro) foi um órgão criado quando da promulgação da Lei n.º 9.615/1998 – mais conhecida como Lei Pelé - que converteu o antigo órgão regulamentador do setor esportivo, o CSD (Conselho Superior de Desportos). Este era vinculado ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes.

É somente nelas, por sua composição reduzida de parlamentares que eles conseguem, como aponta Pacheco (2009, p.19) “Examinar mais detidamente os projetos que tramitam na Casa, descendo aos detalhes técnicos e jurídicos, identificando os méritos e as falhas de cada um, ouvindo autoridades e especialistas na matéria neles tratada, propondo-lhes eventuais alterações e aperfeiçoamentos”

As primeiras comissões a receberem as proposições no destino burocrático previsto dentro do sistema são as comissões técnicas as quais a matéria lhes for afeta, portanto, neste caso narrado, na época, a primeira comissão elencada foi a CECD, no qual, atualmente foi fragmentada em três: Comissão de Educação (Ced), Comissão de Cultura (CC) e Comissão do Esporte (CE).

Uma comissão é composta de acordo com uma representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares. Estas podem ser permanentes ou temporárias²⁶. Estabelecidas para tratar de assuntos específicos esclarecidos no Art. 58 da CF, em seu parágrafo segundo:

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;
- II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer. (BRASIL, 1988)

Como pode-se observar, é previsto na CF que as Comissões de ambas as Casas podem findar um parecer conclusivo sobre determinados projetos de lei, quando previsto e permitido no regimento interno, dispensando assim a ida ao Plenário, contudo, se houver interposição de um décimo dos membros da Casa, este deve ser enviado para decisão parlamentar. Semelhante caso ocorreu com a proposição analisada, posteriormente será apresentado.

Há também a possibilidade de realizar audiências com entidades da sociedade civil,

²⁶ As comissões permanentes do SF e da CD são aquelas cujas matérias de competência já estão designadas. As comissões temporárias são criadas para tratar ou de assuntos especiais, por exemplo: uma proposição precisa passar por mais de três comissões diferentes, é instalada uma comissão especial com os membros das comissões necessárias para avaliá-la, ou parlamentares de inquérito, na qual, será instalada para investigar sobre determinado assunto, ou externas, quando implicar em afastamento de um parlamentar. Assim que os trabalhos das comissões temporárias são finalizados, estas são extintas. Ver Regimento Interno de ambas as Casas.

como, por exemplo: a CECD organizou uma audiência pública no ano de 2011 com a temática de realizar a primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014.

O inciso III especifica que um Ministro de Estado pode ser chamado para prestar esclarecimentos sobre determinados assuntos, como por exemplo: quando uma comissão parlamentar de inquérito é instituída para investigar determinado assunto pela qual esta foi criada, ela pode exigir a presença de um Ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre o assunto da qual ela quer inferir.

Também é interessante apontar que estas podem solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. No caso da proposição analisada, uma das relatoras da comissão especialista, a deputada Tânia Soares da CECD, se reuniu com diversos membros do seio político e esportivo para discutir sobre teor de relevância, sugestões de melhorias, etc.

A CECD era permanente na Casa em relação à época, cuja função ao receber a proposta do deputado Agnelo era submetê-la à apreciação, o qual se dá através da indicação de um relator, para que posteriormente, os membros que compõem a comissão se manifestassem durante as etapas de discussão e votação. O Presidente da comissão²⁷ deve elencar um relator que será o agente responsável pela análise da proposta, cabe a ele estudar, julgar e elaborar um parecer²⁸ sobre a importância da apreciação ou rejeição da matéria, com a justificativa para que todos os membros da comissão a que pertence conheça a sua sugestão de encaminhamento da proposta através de seu posicionamento e o porquê.

Por meio desta ferramenta de relatoria os parlamentares das comissões detêm o poder legítimo de propor a adoção ou rejeição (parcial ou total) de quaisquer proposições a elas submetidas, sugerir arquivamento, formular projeto decorrente, apresentar emenda ou subemenda, ou fornecer substitutivo a matéria.

Em havendo sucesso por parte do relator em argumentar e convencer seus pares

²⁷ Na Câmara é o Colégio de Líderes, este órgão reúne dentro da Casa os líderes das maiorias, minorias, dos partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo, segundo art. 20 do Regimento Interno desta, (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 31) o responsável por indicar à mesa diretora os membros que devem compor as comissões, e a qualquer tempo, substituí-los, e a eleição do Presidente fica ao encargo de seus pares.

²⁸ O parecer é a redação formal pela qual uma comissão apresenta sua deliberação a respeito de uma matéria a ela sujeita. O relator deve apresentar seu parecer a partir de uma redação técnica, constituída de dois elementos: o relatório e o voto. Sobre este assunto, a autora Pacheco (2009) explicita sobre estes dois elementos, no qual, o relatório será espaço destinado dentro do documento para que o relator explique a respeito de matéria expressa de que trata a proposição, ou seja, na prática, colocar sucintamente de quem se trata o projeto e o escopo da matéria que ele propõe, o ritmo de tramitação pelo qual o documento passou e se houve emendas. A segunda parte que cabe neste parecer é o voto, no qual, o autor desenvolve a justificativa de sua posição (apreciação ou rejeição) e expõe as alterações propostas ao projeto original. O documento do regimento interno da Câmara dos Deputados ainda aponta a existência de uma terceira etapa, contudo, que não se trata especificamente ao parecer do relator, mas, da comissão responsável. Seria o parecer da comissão, contendo quais foram as conclusões que se obteve sobre a matéria sujeita e a indicação dos deputados votantes e seus respectivos votos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

sobre a relevância da adoção/rejeição da ação proposta, este tem seus interesses almejados alcançados, podendo-se valer posteriormente em campanhas eleitorais que votou a favor ou contra determinada matéria, inclusive sendo seu defensor/opponente fervoroso dentro da Casa legislativa.

Consequentemente, quando há a aprovação unânime da comissão sobre o parecer do seu ou seus relatores. O parecer da comissão é publicado no DCD, tornando assim a matéria pública para ciência de todos os parlamentares sobre o posicionamento deste órgão e segue o caminho burocrático pelo qual a matéria deve passar.

O Presidente da CECD²⁹ na época, o deputado Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na época coligado ao partido do Governo da República, o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), mas, na primeira gestão do governo seguinte, do Ex- presidente Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), o deputado foi nomeado Ministro do Turismo em 2003, devido algumas novas coalizões que foram feitas no segundo turno das eleições presidenciais.

O presidente designou o deputado Luis Barbosa do Partido Pacifista Brasileiro (PPB) na época partido coligado ao Governo, como relator da proposta 3.826/2000. Sua função como relator foi demasiadamente curta, não permanecendo nem três meses com a proposta em mãos, no entanto, não se pode afirmar que esta proposta não fora analisada dentro deste período, mas, o conteúdo desta relatoria não foi encontrado dentro do site da CD- fonte na qual foram retiradas todas as informações.

Neste caso, é necessário esclarecer que existe a possibilidade do relator não escrever o parecer dentro do prazo³⁰ e se, por parte da presidência, não lhe for outorgado um novo prazo (prorrogável por mais metade das sessões estipuladas para as comissões analisarem a proposição), a matéria pendente de parecer pode ser inclusa na Ordem do Dia das comissões, se o parecer não for entregue até o início da discussão da matéria, o presidente da comissão deve elencar novo relator responsável para analisar o caso, na presente reunião ou na seguinte.

²⁹ Segundo o Regimento Interno da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013) a eleição do presidente das comissões é feita por seus pares, cujo mandato dado por um ano, até a posse de novos componentes eleitos no ano subsequente. A reeleição para este cargo é vedada por seu regimento.

³⁰ Em relação à abertura de prazos é dado no Art. 52, incisos I, II, E III e IV do Regimento Interno da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013) que as comissões terão número definido de sessões para julgamento das proposições, estipulados de acordo com a natureza da matéria em mãos. Deve-se levar também em consideração que o prazo difere se a proposição tiver sua aprovação final somente no Plenário. Sendo cinco sessões para matéria de tramitação de urgência, dez sessões para matéria com regime prioritário e quarenta sessões para matéria de tramitação ordinária. Pacheco (2009) esclarece que se a matéria findar-se nas próprias comissões técnicas, então o prazo é de cinco sessões. Deve-se deixar claro também que tais sessões são para apresentação de emendas pelos deputados. Salientando que o prazo para que o relator elabore seu parecer é de metade do prazo concedido para a comissão analisar.

Pode-se dizer que existe certo grau de liberdade, através da qual o relator elencado pode não se manifestar para apreciar determinado projeto que possivelmente não lhe seja de interesse, pois, no regimento interno, não se encontram razões previstas para que o relator não se manifeste, ou não faça a relatoria, nem justifique esta falta.

Assim sendo, a tramitação prosseguiu³¹ sendo designado um novo relator para a matéria. Na sessão seguinte, o presidente da CECD designou o deputado Ivan Valente³² na época pertencente ao PT/SP (filiação ao PT de 1980 até 2005, após esta data passou para o partido que encontra-se atualmente o Partido Socialismo e Liberdade- PSOL/SP) para elaborar parecer sobre a proposição, na época o PT e o PC do B eram da mesma coalizão, opostos ao partido que encontrava-se no governo, leia-se PSDB.

Executando a função que lhe coube, o deputado Ivan Valente elaborou o seu parecer, nele o autor posicionou-se favorável à aprovação da proposta 3.826/2000, que continuou em decurso dentro dos trâmites burocráticos previstos no regimento interno da Casa. Novamente, a matéria retornou ao relator, onde este apresentou um parecer com substitutivo. Neste caso, a emenda substitutiva é uma opção dentre outras que o relator pode se utilizar. Trata-se de uma ferramenta de informação que todo parlamentar pode se apropriar de forma a contribuir com a proposição legislativa sob exame. Ademais, elas podem ser supressivas, aglutinativas, substitutivas, modificativas ou aditivas³³, cujo intuito é redigir uma proposição acessória aquela que se tem sob julgamento de apreciação/rejeição.

Assim que a proposta recebeu a emenda substitutiva, foi aberto prazo de cinco sessões para que os deputados colaborassem e pudessem apresentar emendas ao Substitutivo³⁴, mesmo quando não sejam da comissão técnica. Encerrado o prazo e nenhuma emenda foi apresentada. No ano seguinte (11/01/2002), o relator saiu da comissão, o que por consequência, provocou uma nova indicação de relatoria.

Após quatro meses da saída do deputado Ivan Valente da comissão, foi escolhida a

³¹ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97883&tipo=0>

³² Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97521&tipo=0>

³³ Emenda supressiva é aquela quando o autor possui a intenção de eliminar qualquer parte da proposição. A emenda aglutinativa se faz presente quando é feita a junção entre emendas ou desta com o texto. A emenda do tipo substitutiva seria a ferramenta que o autor possui de redigir uma proposição em vista a suceder parte da proposição existente, substancialmente, ou seja, em sua essência de conteúdo ou com intuito formal, ou seja, em função de um aprimoramento da redação legislativa correta. A emenda modificativa é aquela que não altera a essência do conteúdo, mas a proposição. E por último, o tipo de emenda aditiva que se acresce à proposição. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

³⁴ Como esclarece Pacheco (2009 p.40-41): “*Substitutivo* é uma espécie do gênero emenda, mas na verdade, assume na maior parte das vezes ares de proposição principal, porque uma vez aprovado por uma comissão, passa a ter preferência para apreciação sobre o texto original da proposição. Destina-se a alterar o texto original em seu todo, substituindo-o por outro mais adequado ou conveniente segundo a opinião de quem o propõe.”

próxima relatora da proposta: em 02/05/2002 a deputada Tânia Soares do PC do B mesmo partido do proponente Agnelo Queiroz.

Com a proposição em mãos, a relatora procurou reunir-se com autoridades do meio esportivo e político a fim de discutir relevância da matéria e sugestões, como pode ser observado em seu discurso de justificação do voto:

O Projeto de Lei do Deputado Agnelo Queiroz, visa o fortalecimento do Projeto BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA, e foi amplamente discutido no âmbito da Secretaria Nacional de Esportes do Ministério do Esporte e Turismo. Após reunião da qual participaram membros do referido Ministério, representantes do Comitê Olímpico Nacional e Comitê Paraolímpico Nacional, o Secretário Nacional de Esportes, e o deputado autor da proposta, diversas sugestões foram formuladas objetivando o enriquecimento do texto inicial. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003, p. 12044)

Na época os membros deste encontro foram o Ministro do Esporte e Turismo era o docente Caio Luiz Cibella de Carvalho, como Secretário Nacional de Esportes o atleta Lars Schmidt Graef, o presidente do COB na época e ainda vigente, Carlos Arthur Nuzman, e o presidente do CPB em 2002 era Vital Severino Neto, todos então reunidos para discutir melhorias ao projeto de lei conjuntamente com seu autor, o deputado Agnelo Santos Queiroz Filho, que neste mesmo ano tornou-se Ministro da pasta responsável pelo desenvolvimento do esporte no país: o ME.

Pode-se reparar que neste discurso realizado pela relatora Tânia Soares, apesar de ter ganhado publicidade no ano de 2003, refere-se a um projeto que fora criado no governo anterior, provavelmente influenciou na análise de mérito da proposta, ao ser citado pela mesma.

O projeto Brasil Potência Esportiva, cuja responsabilidade era do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) que fazia parte de um programa chamado Avança Brasil era de responsabilidade do Ministério do Esporte e Turismo em 2000. Este forneceu apoio as delegações Olímpicas e Paralímpicas do país em Sidney, contudo, o desempenho nos Jogos e o retorno da delegação com seis medalhas de prata, seis medalhas de bronze e nenhum ouro, podem ter alavancado uma reflexão para melhoria do desempenho esportivo do país. Pode-se dizer que este é outro possível fator que explique como esta temática de elaborar medidas para subsidiar atletas de alto rendimento no país se tornou algo precípuo e se introduziu na pauta governamental (constituindo então os primeiros elementos que compõem a “*policy cycle*”, percepção e definição de problemas e “*agenda-setting*” ou seleção da agenda), fomentando o empenho dos parlamentares (“*policy-makers*”) em elaborar

adequadas proposições para modificar este panorama social.

A análise da proposta levou aproximadamente 6 meses e a autora apresentou um parecer com 9 emendas e com voto favorável a aprovação do projeto de lei. Após, foi agendado uma reunião deliberativa ordinária para votar sobre a matéria. Nesta etapa, tanto as emendas quanto o parecer ou pareceres, (quando designados mais de um relator) são elementos regulados através do sistema democrático existente dentro do processo legislativo como um todo, pois, em muitos momentos se aplicará a subordinação de matérias sujeitas à votação dos parlamentares, cujos posicionamentos favoráveis ou contrários imperantes resultam em decisão por força de maioria sobre aprovação ou rejeição da matéria.

A discussão e aprovação do parecer e da proposição é realizada através de votação em Plenário dentro da comissão, cujo quórum exigido é de maioria absoluta, sendo considerada a maioria de votos, previsto se houver empate, será contabilizado o voto então do relator. Na reunião deliberativa ordinária que ocorreu no dia 11/12/2002 houve a aprovação com unanimidade do parecer da relatora Tânia Soares favorável à proposição 3.826/2000.

O parecer que foi aprovado após 1 ano e 6 meses de um moroso e infundável processo burocrático aqui narrado somente pela CECD, passou por um longo processo de julgamento, sendo que neste meio tempo esteve nas mãos de três relatores diferentes que contribuíram com seus estudos e ideias sobre a matéria, contudo, não existe na fonte na qual retirou-se os documentos, os pareceres de cada relator³⁵, sendo necessário deixar claro que o parecer último que foi publicado não permite julgar até que ponto as ideias foram de um ou outro relator. Não se tem conhecimento do parecer elaborado pelo deputado Ivan Valente, a não ser que sua estrutura textual tenha sido mantida pela relatora seguinte. O que se pode dizer é que o documento é fruto de uma construção em conjunto com vários deputados, os quais lhes foram outorgados a função de relatoria.

O corpo do texto da proposição após avaliação de sua comissão técnica teve os seguintes adendos: a extensão do benefício aos atletas de modalidades paraolímpicas, não-olímpicas vinculadas ao COI e componentes dos Jogos Pan-americano e Parapan-americano, por sugestão do Presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, estender a bolsa a modalidades coletivas, modalidades de criação nacional e de ampla difusão (ex.: Capoeira), criação da categoria de Bolsa Talento Estudantil para os participantes de competições organizadas pelo Ministério do Esporte e Turismo, restringindo a idade para esta categoria de bolsa somente para jovens de 12 a 16 anos, no valor de R\$300,00, e mediante comprovação de matrícula

³⁵ **Fonte no qual os documentos foram acessados.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20285>>

regular em instituição de ensino, restrição ao prazo máximo de um ano a concessão, foi requisitada a correção monetária dos valores citados na proposição original, dado o tempo decorrido para análise deste dentro da Câmara, e a incumbência da fonte dos recursos partir do Ministério do Esporte e Turismo, (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

Cabe salientar que o projeto ainda incipiente, em sua fase de tramitação já apresenta resultados/modificações ao processo de análise desenvolvido pela comissão na qual passou, corroborando com a teoria da “*policy analysis*” onde Frey (2000, p.2019) afirma que “As disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados.”. Esta comissão técnica foi a responsável pela apresentação de maiores mudanças e precípuas para o desenvolvimento do projeto apresentado. Deve-se destacar também, estas disputas não necessariamente concentram-se dentro do seio político, pois, ao observar que este projeto teve contato com instituições e representantes do setor esportivo, pode-se dizer que muitas destas “marcas” foram legados de discussões e disputas de interesses entre os representantes do meio político e esportivo, materializado na fala da própria relatora ao citar a contribuição de Carlos Arthur Nuzman.

Uma das “marcas” das disputas ocorridas na “*policy arena*” durante esta fase de tramitação analisada refere-se quando no Projeto de Lei inicial o autor incumbiu as Confederações Esportivas de fiscalizarem o desempenho dos atletas como critério para entrada no programa, como se observa na citação abaixo:

Art. 6º A indicação de que trata o artigo anterior fundamentar-se-á única e exclusivamente em critérios técnico-desportivos, devendo a respectiva entidade nacional de administração do desporto fundamentar suas razões em função dos resultados obtidos pelo atleta em competições esportivas oficiais realizadas no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 09128)

Durante a fase de discussões (destaca-se a reunião já citada entre a relatora do parecer aprovado e membros do setor esportivo e político) a autonomia da vontade das Confederações Esportivas prevaleceu, de modo que esta passou a ser responsável a entregar apenas uma declaração que comprovasse filiação do atleta à entidade e este passou a ser responsável por comprovar seus resultados esportivos.

Após a aprovação do parecer da deputada Tânia Soares, a proposição sofreu mais uma medida burocrática, explicada no Art. 105 do regimento interno da CD é previsto que:

Ao findar-se uma legislatura serão arquivadas todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles [...]

Parágrafo único: A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 90)

Acordado ao regulamento a proposição conjuntamente com seu respectivo parecer, foi arquivada ao fim da legislatura³⁶ pela qual ela se encontrava sendo apreciada e somente desarquivada aproximadamente um mês e meio depois e enviado para a sua comissão técnica, (CECD) e prosseguindo para a próxima comissão a fazer análise: a CFT.

Neste caso, uma observação pertinente deve ser feita, pois, o projeto de lei manteve-se sob análise na CECD por um longo período de tempo, no entanto, durante este período houve um processo de eleições presidenciais e a consequente mudança de governo, no qual, o ex-presidente FHC deixou de presidir o país e o então candidato eleito Lula assumiu a posse da Presidência da República em 2003. Destaca-se também que durante a corrida presidencial muitas coligações foram desfeitas entre partidos e refeitas entre outros.

Mesmo havendo mudança no governo, o serviço legislativo é desarquivado na Legislatura seguinte e dado sequencia no caminho burocrático que toda proposição deve seguir. Neste caso, através das comissões e apreciadas antes de serem levadas para discussão e votação em Plenário, ou quando esta for dispensada, como são dados nos incisos do Art. 53 do regimento interno da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p.65):

I – pelas Comissões de mérito a que a matéria estiver afeta;

II – pela Comissão de Finanças e Tributação, para o exame dos aspectos financeiro e orçamentário públicos, quanto a sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, e para o exame do mérito, quando for o caso;

III – pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e, juntamente com as Comissões técnicas, para pronunciar-se sobre o seu mérito, quando for o caso;

O relator designado pelo Presidente desta comissão o deputado Enivaldo Ribeiro³⁷ do PPB, partido que foi coligado ao governo no primeiro mandato do FHC, mas, que no ano de

³⁶ Segundo o Manual de Redação da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004, p.359), compreende-se que a *Legislatura* se refere ao “período de quatro anos coincidente com o mandato parlamentar. A contagem é idêntica no Senado Federal, embora o mandato dos senadores seja de oito anos.”

³⁷ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97259&tipo=0>

1995 mudou a nomenclatura para Partido Progressista ³⁸ (PP) e passou a apoiar a base do governo em 2003. Sua primeira ação foi abrir prazo de quatro sessões para emendas ao caso.

Após reunião deliberativa extraordinária realizada na CFT, o parecer foi entregue ao deputado Carlos Willian ³⁹ do Partido Social Trabalhista (PST) partido que incorporou-se ao Partido Trabalhista Reformador (PTR) adotando a nomenclatura de PP, tornando-se aliado da base do governo Lula. Este foi designado para fazer vista ⁴⁰ ao parecer do relator.

Consoante prazo dado de dois dias para análise do deputado, o parecer foi entregue à comissão e submetido à discussão e votação no Plenário da comissão. No dia 11/06/2003 foi realizada a reunião deliberativa ordinária que aprovou por unanimidade o parecer do relator deputado João Correia Lima Sobrinho ⁴¹ do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) partido de oposição ao governo.

Por fim, a proposição de lei 3.826/2000 foi enviada para a última comissão de destino antes de ser enviada para apreciação no Senado Federal. Na CCJC, o presidente na época, Luiz Eduardo Greenhalgh ⁴² do PT designou o deputado Wagner Rubinelli ⁴³ também do PT, como relator da matéria.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto, após abertura de prazo para emendas, ambas provenientes do deputado Asdrúbal Mendes Bentes ⁴⁴ do PMDB, partido de oposição ao governo.

Julgadas todas as emendas feitas por todas as comissões anteriores quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e suprimidas todas consideradas anticonstitucionais, antijurídicas e antirregimentais, o parecer do relator foi submetido à discussão e votação no Plenário da comissão e aprovado por unanimidade na reunião

³⁸ História dos Partidos Políticos. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>

³⁹ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109337&tipo=0>

⁴⁰ Segundo o Glossário Legislativo do SF, o pedido de vista é uma solicitação feita por um parlamentar para fazer um exame mais aprofundado de um projeto, adiando, portanto, sua votação. A concessão de vista é feita pelo presidente da comissão na qual a matéria encontra-se sob exame. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/pedido-de-vista>>. Segundo o inciso XVI do Art. 57 do regimento interno da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013) o prazo para vista de uma proposição é de no máximo duas sessões para tramitação ordinária, e em caso de mais de um deputado requerente ela será feita em conjunto na comissão, sem atendimento de pedidos sucessivos.

⁴¹ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109376&tipo=0>

⁴² Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99048&tipo=0>

⁴³ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=112347&tipo=0>

⁴⁴ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99032&tipo=0>

deliberativa ordinária.

Retomando o inciso I do Art. 58 da Constituição Federal, já anteriormente citado, uma proposição pode ser discutida e votada dentro das comissões em forma de parecer conclusivo, dispensado ida ao Plenário da Casa⁴⁵. Existem dois tipos de matérias que o relator pode receber: a proposição que se findará nas comissões sem ir ao Plenário e as proposições que devem ser dirigidas para serem votadas no Plenário, cada qual determina um prazo e o processo burocrático que deve seguir, como aponta Pacheco (2009, p.40):

Após a designação do relator, a presidência verificará se se trata de proposição sujeita ao poder conclusivo das comissões ou se dependerá da deliberação posterior do Plenário. Essa verificação é importante porque os procedimentos serão diferentes em cada caso. Quando a proposição se sujeita ao seu poder conclusivo, a comissão tem de abrir prazo – cinco sessões – para a apresentação de emendas pelos deputados; se, ao contrário, a proposição tiver de passar pela apreciação final do Plenário, a oportunidade para apresentação de emendas ocorrerá somente no Plenário, durante a fase de discussão da matéria, não havendo abertura de prazo para emendas nas comissões.

Quando a proposição terá sua aprovação final somente no Plenário, o prazo estipulado dependendo do caráter da proposição será diferente. Sendo cinco sessões para matéria de tramitação de urgência, dez sessões para matéria com regime prioritário e quarenta sessões para matéria de tramitação ordinária⁴⁶. Contudo tratava-se esta de uma proposição com apreciação conclusiva das comissões, onde o resultado das análises destes órgãos, prevaleceriam como o posicionamento da Casa Legislativa responsável pela análise da proposta. No entanto, se houver interposição através da apresentação de recurso contra a apreciação conclusiva, é previsto que a proposta tome outro curso burocrático, e seja submetida à discussão e votação em Plenário.

Em 12/11/2003 foi aberto prazo de cinco sessões para apresentação de recursos contra a apreciação conclusiva das comissões. O deputado José Carlos Aleluia Costa⁴⁷ do PFL, partido que possuía uma tradição de ocupação de cargos políticos no governo e que sempre esteve próximo ao poder, mas, no mandato do ex-presidente Lula, fazia parte da oposição ao

⁴⁵ Acordado ao Art. 24 do regimento interno da CD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 37): “As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e as demais Comissões, no que lhes for aplicáveis, cabe: I – discutir e votar as proposições sujeitas a deliberação do Plenário que lhes forem distribuídas; II – discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário, salvo o disposto no § 2º do art. 132 e excetuados os projetos: a) de lei complementar; b) de código; c) de iniciativa popular; d) de Comissão; e) relativos a matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o § 1º do art. 68 da Constituição Federal; f) oriundos do Senado, ou por ele emendados, que tenham sido aprovados pelo Plenário de qualquer das Casas; g) que tenham recebido pareceres divergentes; h) em regime de urgência.”

⁴⁶ CF. Art. 52, incisos I, II, E III. Regimento Interno da CD.

⁴⁷ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts/deputados_biografia?pk=97702&tipo=0>

governo. Essa transferência do partido para o lado da oposição acabou culminando no seu enfraquecimento, levando-o a se recriar, como explica Ribeiro (2014, p. 14-15):

A passagem do PFL para a oposição foi o evento determinante para a refundação do partido e para o surgimento do DEM. Segundo Lavareda “a refundação do PFL foi uma estratégia de sobrevivência na oposição” (Entrevista). Para os dirigentes pefelistas estava claro que a transferência para a oposição colocaria a legenda diante de um desafio complicado. Afinal, desde que surgiu, o PFL sempre manteve relações próximas com o poder federal, tendo participado de todos os ministérios formados pelos presidentes que governaram o Brasil do final do governo militar até a ascensão de Lula.

Na época, com apoio de um décimo dos membros da Casa, o deputado do PFL apresentou recurso contra a apreciação conclusiva e pela solicitação de que a proposta fosse apreciada em Plenário, publicado no DCD (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003, p. 63832-63834).

Sob justificativa de que havia outras proposições na Casa, inclusive mais antigas que a proposta 3826/2000 que versavam sobre o mesmo assunto, sendo ponderado pelos autores, que era merecido de consideração em conjunto pelo Plenário da Casa decidir pela proposição adequada. Outro argumento apresentado foi relacionado ao fato da proposta apensada⁴⁸ à 3826/2000 ter sido aprovada pela CECD e reprovada pela CFT, representando um conflito no pronunciamento das comissões sobre as matérias. Além da CECD ao aprovar ambas as propostas não ter apresentado um substitutivo, configurando um desacordo com as regras regimentais.

Neste caso, é evidente a disputa entre os membros constituintes do seio político, nesta “*policy arena*” os deputados da oposição combatendo uma decisão na qual discordavam, pois, havia três proposições versando sobre o mesmo assunto (patrocinar o desempenho esportivo dos atletas brasileiros), na qual, uma delas era justamente do partido do deputado que entrou com recurso sobre a decisão tomada pelas comissões.

No entanto, como afirmam Amorim Neto e Santos (2003), as aprovações das proposições legislativas na CD independem dos partidos dos proponentes, se tal fator fosse imperante neste cenário, partidos menores encontrariam uma maior dificuldade de aprovação de seus projetos, e grandes partidos (principalmente aqueles coligados ao governo) apresentariam uma taxa de aprovação superior ao seu peso na CD, caso, que não se observou

⁴⁸ Segundo Art. 142: “Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica e correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara, observando-se que: [...] II- considera-se um só o parecer da Comissão sobre as proposições apensadas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 106). No caso, a proposição apensada era a 4.648/2001 de Autoria do Deputado Eduardo Campos do PSB/PE (Partido Socialista Brasileiro).

nos dados que os autores analisaram.

Portanto, pode-se afirmar que apesar da insatisfação da oposição com o resultado da escolha feita pelas comissões, estas podem ter sido influenciadas a aprovar a primeira proposição provavelmente devido outros fatores que possuem maior peso no seio das negociações políticas, como, por exemplo, a ocupação de cargos por parlamentares na estrutura da CD, ou no executivo, como mostram Amorim Neto e Santos (2003, p. 689):

O fato de a variável que identifica se os deputados já exerceram ou não um cargo na estrutura de poder da Câmara influir significativamente na probabilidade de eles obterem a aprovação de uma lei é uma prova da presença de um importante componente distributivista na atividade legislativa desses parlamentares. O que explica essa relação é que, por ocupar um cargo na Câmara, o político tem acesso a recursos que poderá negociar com os colegas em troca de votos para os projetos que ele apresentou.

Neste caso, o proponente Agnelo Queiroz ao ocupar um cargo de relevância no Poder Executivo, a frente do ME.

O deputado José Carlos Aleluia Costa, quatro meses após ter entrado com um pedido de veto à apreciação conclusiva em comissões para ser concluída em Plenário, fez uma petição, não justificada em seu requerimento, ou mesmo, no site onde foi retirada tal informação, para retirada do recurso movido anteriormente. Não foi possível inferir as causas para que tal ação tenha sido retirada, as fontes foram sucintas quanto a apenas informar o procedimento burocrático desta medida.

Neste caso, é necessário pontuar que para todas as proposições apresentadas em ambas as Casas, os parlamentares devem justificá-las, como apresentado neste trabalho, contudo, para um requerimento desta relevância, esta não se fez necessária, sendo um empecilho para esta análise, pois, impede de conhecer as razões que levaram um parlamentar a não seguir com seu recurso, e quais possíveis negociações políticas que ocorreram nos bastidores que resultaram na revogação do pedido.

O requerimento foi deferido, e a apreciação conclusiva por parte das comissões foi mantida, por consequência, a proposição foi enviada para elaboração da redação final pela CCJC.

O deputado José Eduardo Cardozo⁴⁹ do PT foi designado para a elaboração da redação final, havendo dez sessões para fazê-la considerando que a proposta encontrava-se em regime de tramitação ordinária. Uma vez que fosse regime de tramitação em ordem de prioridade o

⁴⁹ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107516&tipo=0>

prazo para elaboração da redação do vencido seria de cinco sessões e apenas uma sessão se o caso fosse de urgência.

A proposta da redação final recebeu um pedido de vista, sendo o deputado Vilmar da Silva Rocha⁵⁰ do PFL. Encerrado o prazo de vista, a proposição entrou na ordem do dia da comissão e em 30/04/2004 sua redação final foi aprovada por unanimidade pelos membros do CCJC.

O documento foi enviado ao SF, pois, de acordo com o sistema legislativo brasileiro, há uma regulação da qualidade e adequação de qualquer proposição de uma Casa por outra. Como esta proposta iniciou-se na CD esta é designada como a Casa iniciadora e o envio da matéria aprovada ao SF o torna a Casa revisora como pode-se observar nos artigos 65 e 66 da CF:

“Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que aquiescendo, o sancionará.” (BRASIL, 1988)

No dia 13/05/2004 foi enviada a proposta para receber análise de mérito pela outra Casa que compõe o CN. No SF a proposição primeiramente tomou rumo burocrático, onde foi protocolada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado e enviada, onde foi aguardada a leitura em Plenário.

Realizada a leitura foi despachado à CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte) do SF, sendo avocado pelo presidente da comissão o cargo de relatoria da matéria⁵¹, o Senador Osmar Fernandes Dias do PDT, da oposição, que apresentou após treze dias úteis⁵² seu parecer, sendo favorável a aprovação da matéria com quatro emendas⁵³. 18 dias depois o parecer foi aprovado pela CE.

Convém informar que o site do SF relata de forma sucinta a tramitação da

⁵⁰ Ver carreira política completa no site da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=98581&tipo=0>

⁵¹ Segundo o Art. 129 do regimento interno do SF, é previsto que o Presidente pode funcionar como relator. (SENADO FEDERAL, 2011)

⁵² Os prazos para exame das proposições (exceto PEC- Proposta de Emenda à Constituição, ou outros casos previstos no seu regimento interno) no SF são de vinte dias úteis para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avaliar e de quinze dias úteis para as demais comissões. (SENADO FEDERAL, 2011)

⁵³ As emendas feitas pelo SF ao texto foram atualizações referentes aos respectivos órgãos responsáveis pela administração do projeto de lei, no caso, com a extinção do antigo CDDB (Conselho do Desenvolvimento de Desporto Brasileiro) pelo CNE (Conselho Nacional do Esporte); a substituição da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte por Ministério do Esporte, bem como, a substituição das Olimpíadas Colegiais e Jogos da Juventude por Jogos Escolares e Universitários brasileiros.

proposição⁵⁴, nele há a informação de que houve manifestações de diversas entidades esportivas solicitando a aprovação do presente projeto, apesar dos esforços de pesquisa, não se obteve sucesso ao acesso de tal documentação que possa apresentar quais seriam as possíveis entidades esportivas que encontravam-se interessadas na aprovação desta proposição⁵⁵. Pode-se dizer que o autor da proposição fora nomeado para o cargo de Ministro do recentemente criado ME no ano de 2003. Segundo Starepravo (2011) dois motivos são conhecidos que possam ter pesado na escolha deste: Primeiramente, o Deputado Agnelo Queiroz já era conhecido pela sua contribuição no âmbito da legislação esportiva com a promulgação em 2001 da Lei Agnelo-Piva. Segundo, o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva recebeu o apoio desde sua primeira candidatura, quando o presidente tomou posse foram feitas as divisões dos ministérios entre os partidos. O único partido que faltava contemplar era o então PC do B que não queria aceitar o Ministério que lhe queriam incumbir, como explica Starepravo (2011, p. 233):

Ainda segundo essa fonte, corroborada por Adital (2002), pesava naquele momento que o PCdoB tinha pretensões em assumir preferencialmente o Ministério da Defesa ou ainda o Ministério da Cultura. Outros aliados do governo foram sendo acomodados nesses espaços, mas o PCdoB ainda resistia contra a criação do Ministério do Esporte, almejando um espaço maior ou de mais visibilidade no novo governo. Entretanto nesse momento surge uma pessoa que “já vinha falando, se manifestando, que assumiria o Ministério do Esporte. Então o pessoal [*do PCdoB*] de São Paulo dizendo que não queria o esporte, mas o Agnelo Queiroz, em Brasília [...] dizendo não, eu aceito, eu quero”¹⁵⁰. De acordo com Bueno (2008), na repartição dos ministérios entre a base aliada do governo, na época composta apenas pelo próprio PT, o PCdoB, o PSB e o PL, Lula, prevendo a necessidade de negociar ministérios com outros partidos, ofereceu o Ministério do Esporte ao PCdoB. Com a intenção do PT em destinar esse espaço ao PCdoB e perante a assertiva de um importante deputado do PCdoB em assumir como ministro fica decidido a criação do novo Ministério do Esporte.

A influência da ocupação de um cargo junto ao Poder Executivo Federal, conferiu ao autor da proposta em tramitação um status de peso para reclamar urgência na aprovação do

⁵⁴ Cf. **PLC- Projeto de lei da Câmara, nº 22 de 2004**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=67151>

⁵⁵ A dificuldade da busca de fontes históricas que recontem de forma detalhada eventos passados é uma constante impertinente na pesquisa historiográfica, nem sempre o pesquisador possui acesso aos arquivos onde suas fontes se encontram, muitos documentos se perdem ao longo dos anos. Em se tratando de remontar fatos sobre a história de um trâmite legislativo, muitos elementos idiossincráticos da arena política (negociações, entraves, dissensos e consensos) não são registrados em documentos oficiais, nos quais se pautou esta pesquisa, portanto, limitando esta pesquisa. Os autores Freitas JR e Hirata (2014,p.149) ao analisarem os caminhos legislativos percorridos pelo PL da Lei Pelé exemplificam a mesma dificuldade: “Esses discursos contribuem no entendimento histórico da construção da Lei Pelé. Entretanto, há de se ressaltar que muitas “jogadas” políticas podem ter acontecido sem que os microfones do plenário tenham gravado. O convencimento dos parlamentares para votar a favor ou contra algum tema pode ter acontecido durante um jantar informal, ou ainda, pode ter sido alvo de uma troca de favores ou interesses. Enfim, o limite deste estudo não possibilita uma análise que vá além do que está documentado.”

projeto. Condizente com afirmação dada em estudo realizado por Neto, Santos (2003, p. 685): “Ocupar por certo período um cargo no Executivo, seja na esfera local, estadual ou federal, proporciona a um político uma experiência inigualável que obviamente poderá traduzir-se em influência na arena parlamentar.”, influência esta visualizada em frase de justificação do voto favorável à aprovação da proposta pelo relator João Correia Lima Sobrinho da CFT: “[...] o Projeto de Lei nº 3.826/2000, nos parece mais completo, além da circunstância de ter como Autor o atual responsável pela política nacional do setor.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003, p. 39004).

Soma-se a este fato, o peso que o partido à frente do setor esportivo brasileiro tinha dentro da CD, com um de seus representantes à frente da Presidência desta Casa Legislativa, como informa Starepravo, (2011, p. 234)

Em relação ao segundo argumento, o PCdoB tinha em seus quadros o líder do governo na Câmara dos Deputados a partir de 2003 e, depois, ministro da Coordenação Política e Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo. Antes disso, Aldo fora presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisou o contrato entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa patrocinadora Nike. Já o deputado Agnelo Queiroz havia sido membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados durante oito anos.

Assim que a CE aprovou o parecer do relator no dia 01/06/2004, foi também solicitado requerimento de urgência à matéria (SENADO FEDERAL, 2004, p. 19278), no qual foi lido e aprovado pelo Plenário da Casa no dia 23/06/2004 e publicado no DSF (Diário do Senado Federal) (SENADO FEDERAL, 2004, p. 19358-19360). Incluído na ordem do dia, para votação em Plenário, foi então aprovado no dia 30/06/2004 o parecer da CE e a redação final dada pelo relator Senador Romeu Tuma do PTB e enviado à sanção pelo Chefe da Casa Civil.

A sanção é o ato do poder executivo pelo qual um projeto é aprovado em lei e torna a matéria pública (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004). Caso, o chefe do poder executivo vete total ou parcialmente o texto, este será novamente entregue ao CN, no qual, será então realizada votação sobre a manutenção do veto ou rejeição. Em caso de aprovação do veto total, será encaminhada a proposta ao arquivamento, caso mantido veto parcial ou rejeitado, será encaminhado para promulgação⁵⁶.

O projeto de lei 3.826/2000 foi convertido em lei pelo Presidente da República na

⁵⁶ A Promulgação é exclusiva do CN e possui o mesmo efeito que a sanção. Considerada o ato do poder Legislativo mediante o qual se comunica aos destinatários da lei a sua feitura e respectivo conteúdo. Através dele um projeto se transforma em lei ou em dispositivo constitucional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004)

época Luiz Inácio Lula da Silva, entretanto, com veto parcial da matéria, sob justificativa de inconstitucionalidade após consulta ao Ministério da Justiça, que vetou os seguintes artigos 4º, 7º, 8º, 9º, 10 e 14, que referiam-se respectivamente: a comprovação dos requisitos através de documentos; o pedido de inscrição deveria ser formalizado por escrito pelo atleta requerente conjuntamente com a entidade nacional de administração do desporto; a entidade deveria fundamentar através de critérios técnico-desportivos a indicação do atleta que fosse submetido ao pleito por uma bolsa; a impugnação da bolsa foi vetada, não havendo mais esta opção em lei; o valor mensal seria depositado em conta do atleta beneficiado ou responsável legal pelo órgão administrados (ME); e por fim, o artigo 14 versava sobre os procedimentos referentes a celebração do convênio entre o Ministério e o beneficiado.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal “tem sido invariável no sentido de fulminar qualquer lei que apresente vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada constitucionalmente ao Poder Executivo”⁵⁷ (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004, s.p.) e estes 6 artigos que foram vetados versavam sobre detalhes referentes a ato regulamentar, a imposição de procedimentos que deveriam ser executados pelo ME e fixavam prazos, no entanto, a organização e funcionamento dos órgãos federais são dados na CF como sendo reservados ao Poder Executivo e somente a ele cabe “uniformizar as disposições operacionais necessárias à execução da lei” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004, s.p.). Neste sentido, a lei foi publicada, com vetos parciais. O projeto retornou ao CN⁵⁸, como convém na legislação⁵⁹, e a determinação de manter o veto presidencial foi acolhida em Plenário.

Indubitavelmente, ao observar a trajetória desta proposta, o processo legislativo, do ponto de vista das etapas de tramitação em seus meios burocráticos e democráticos é um processo moroso de sistemática avaliação e que nem sempre finda em aprovação, propostas

⁵⁷ Razões do veto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Msg/Vep/VEP-386-04.htm

⁵⁸ Quando o Congresso se reúne é formada uma comissão mista para tratar dos assuntos que lhe afetem, para compor esta comissão é reconhecida a representação parlamentar por líderes partidários, responsáveis pela indicação ao Presidente do Senado os membros que farão parte da comissão mista, sendo 11 senadores e 11 deputados respeitados os critérios de proporcionalidade de representatividade partidária. A composição da Mesa do Senado que conduzirá a organização dos trabalhos e seguirá as normas de funcionamento previstas no regimento comum do CN, será feita conforme parágrafo quinto do art. 47 da Constituição Federal (1988), pelo Presidente do SF e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na CD e no SF.

⁵⁹ Segundo parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 66 da Constituição Federal (BRASIL, 1988): § 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. § 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. § 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção. § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

de lei podem levar anos sob análise de mérito, seguirem o trâmite burocrático previsto e ainda assim podem acabar muitas vezes arquivadas. Como foi o caso de duas propostas existentes que tramitaram em consonância ao projeto 3.826/2000, na qual, seguiram as etapas burocráticas de análise, mas, acabaram por serem arquivado, uma vez recebido votos de rejeição, foram as propostas: 4.648/2001 do deputado Eduardo Campos e o projeto 3.113/2000 da deputada Nice Lobão.

Ambas as propostas apresentavam o mesmo escopo que o projeto do deputado Agnelo Santos Queiroz Filho, convertido em lei, que era fornecer subsídio por parte do governo federal aos atletas do país, contudo, na opinião da relatora Tânia Soares era o projeto mais amplo e completo, mas, provavelmente tal opinião fora vetada, e este primeiro parecer não foi publicado oficialmente⁶⁰.

Também pode-se destacar do processo aqui narrado a reunião que a relatora realizou com os membros do setor político e esportivo, no qual, ressalta-se o esforço, interesse e participação ativa do autor da proposição para acompanhar a análise e avaliação do mérito da matéria pela comissão (CECD) e as demais contribuições que enriqueceram o texto, desde seu primário esboço apresentado.

O deputado Agnelo Queiroz já se encontrava na época que esta proposição foi submetida à análise na CECD, em sua segunda legislatura, portanto, já possuía experiência com o processo legislativo, corroborando com resultados de um estudo realizado por Amorim Neto, Santos (2003, p.684-687) em que os autores apontam sobre a importância de uma longevidade na carreira legislativa, como possível fator de influência sobre a aprovação de um projeto de lei, bem como, as probabilidades com relação ao número de legislaturas do parlamentar:

Um primeiro recurso essencial é a longevidade de suas carreiras na Câmara Federal. Quanto mais tempo de Câmara eles têm, mais tempo terão acumulado para: (a) acompanhar a tramitação de seus projetos; (b) familiarizar-se com as normas formais e informais do processo legislativo; (c) especializar-se em uma área de política pública; (d) conhecer as preferências de outros deputados e partidos; (e) aprender a fazer acordos com os colegas; (f) adquirir prestígio e, portanto, influência sobre seus pares. [...] Um deputado recém-chegado à Câmara dos Deputados tem uma probabilidade de 6,7% de obter a aprovação de uma lei; com quatro anos de carreira, a probabilidade sobe para 8,1%; com oito anos, passa para 9,6%; e com doze anos alcança 11,4%.

Também cabe relevar, na análise da aprovação deste projeto de lei o papel que os

⁶⁰ Cf. **Fonte no qual os documentos foram acessados.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20285>

parlamentares exercem como relatores das comissões, sendo o maior responsável pelo sucesso ou fracasso de uma proposição, pois, ele pode exercer uma influência sobre os colegas parlamentares da comissão através de seu discurso sobre a relevância de teor da matéria. Ccujo posicionamento pode ser determinante para a aprovação ou rejeição da matéria, como apontam Santos e Almeida (2005, p. 699-701):

Nosso argumento é que o relator é um agente informacional da comissão, cuja função consiste na coleta e divulgação de informação sobre as conseqüências de uma política pública específica [...] nós propomos que o poder do relator decorre da sua função informacional ou, mais especificamente, da delegação que ele recebe da comissão para coletar e transmitir informação sobre o impacto da proposta que está relatando.

Em vista disso, e da probabilidade de ocorrência de aprovação de uma proposição ser de apenas 8,4% Amorim Neto, Santos (2003, p.688), pode-se afirmar que a aprovação do projeto de lei 3.826/2000 deveu-se, ao papel precípua dos relatores em estudarem a matéria, convocarem reuniões com especialistas, membros responsáveis pela administração de instituições esportivas na época, para aperfeiçoar a ideia principal da proposição e lhe conferirem mérito para firmar-se como política pública nacional e interesses específicos de agentes de entidades esportivas que votaram a favor da apreciação (ainda que não seja considerado um voto válido dentro do sistema de confecção de leis, mas, sim de peso simbólico), encerrando assim na Lei 10.891 de 09 de Julho de 2004.

A partir deste ano, a lei passou a entrar em vigor, com isso o ME encarregou-se de abrir as inscrições para os atletas, selecionar os contemplados e em 19 de Julho de 2005 publicou a primeira Portaria concedendo o benefício aos primeiros bolsistas do programa, neste edital foram 305 atletas selecionados. No mesmo ano, foi divulgada a listagem da 2ª etapa de concessão de bolsas, no dia 29 de Dezembro de 2005, sendo mais 670 contemplados. Sendo um grande número de esportistas amparados pelo programa em seu primeiro ano de vigência.

O programa manteve certo padrão de crescimento ano a ano, e não deixou de conceder benefícios em nenhum ano, ou seja, não houve uma descontinuidade desta política pública. Após relativamente cinco anos em vigor, a referida lei aqui analisada entrou novamente na pauta da agenda governamental, reiniciando a fase da “*policy cycle*”, como é relatado no próximo subcapítulo...

4.2 A MEDIDA PROVISÓRIA 502/2010: MODIFICAÇÕES NA LEI DA BOLSA-ATLETA ATRAVÉS DO PODER EXECUTIVO

Neste subcapítulo será explorado outro modelo de proposição legislativa, pelo qual veio sofrer modificações a então instituída desde o ano de 2004, Lei da Bolsa-Atleta. Neste sentido, serão apresentados os trâmites burocráticos pelos quais a MP 502/2010 passou dentro do CN, sendo um exemplo de contraste em relação ao projeto de lei anterior, uma vez que esta proposição provém do Poder Executivo, entrando em vigor com força de lei na data de sua publicação, enquanto, submetida à apreciação pelo CN. Entretanto, um enfoque que será dado é ao entendimento das razões pelas quais a lei vigente veio a ser modificada.

Esta “*policy*” já consolidada no cenário nacional desde o ano de 2005, acabou retornando à agenda governamental brasileira e a “*policy arena*”, retomando o ciclo da “*policy cycle*”. No entanto, essa reformulação da “*policy*” não se deu de uma forma tradicional, como visto no processo primário de sua elaboração, ocorreu de forma emergencial, sobrepôs processos burocráticos do regime de tramitação tradicional, do processo político, da “*politics*”.

O Ministro do Esporte na época Orlando Silva de Jesus Junior, conjuntamente com o Ministro do Estado da Fazenda Guido Mantega e o então secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão João Bernardo de Azevedo Bringel apresentaram à Presidência da República no dia 15/09/2010 a apreciação de MP que versava sobre a mudança de algumas das principais leis esportivas do país, Lei de nº 9.615 de 24 de março de 1998; 10.891 de 09 de julho de 2004.

Vale lembrar que quando o programa passa a ser revisto pelas autoridades e apresentado ao poder executivo como alteração à lei em vigor, esta se mostra como um efeito de concatenação linear inversa das três dimensões da “*policy analysis*”, onde se tem que a ação política (“*policy*”) retomou o processo de negociação política (“*politics*”) para imposição de novas reformulações impostas por agentes com certo grau de influência na estrutura política legislativa (“*polity*”), à legislação vigente sob novos interesses na agenda governamental.

Em carta justificando a apresentação da MP ao Presidente da República os autores argumentam a necessidade de reformulação da legislação como uma ferramenta de melhoria do esporte de alto rendimento no país:

As normas supracitadas têm sido importante ferramenta na constante busca pela melhora do desempenho do atleta de alto rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, promovendo a imagem do País no exterior. Entretanto, é

preciso considerar que passamos por um momento singular em nossa história, com o compromisso de realizarmos os maiores eventos esportivos internacionais e, assim sendo, alterações se fazem necessárias para possibilitar que seja atingido o objetivo de tornarmos o Brasil uma grande potência esportiva mundial e, além disso, consolidamos a prática do esporte como instrumento de desenvolvimento e inclusão social. (BRASIL, 2010, s.p.)

Pode-se observar nesta fala, que o fato do Brasil ter sido eleito para sediar os Jogos Olímpicos/Paralímpicos de 2016 serviu como um possível elemento propulsor destas ações, como a revisão da legislação que regulamenta o desporto no país e outra que subsidia os atletas, modificando o enfoque do programa para o esporte de rendimento olímpico/paralímpico, separando o pleito das modalidades não-olímpicas e não-paralímpicas, assim ficará claro no decorrer do texto, ao serem apresentadas estas mudanças. O documento ainda traz uma passagem falando especificamente dos Jogos:

Há, também, a preocupação de propiciar-se a renovação no esporte, e se torna indispensável a implementação de um processo de apoio à participação olímpica e paraolímpica, com a amplitude necessária para criar-se ininterruptamente, as melhores condições de preparação para os atletas abrangidos nos vários projetos que integram a preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, principalmente assegurando os meios necessários aos segmentos das modalidades que, face à competitividade internacional, manifestem elevada probabilidade de obtenção de resultados.

Sabemos que o permanente aumento da competitividade esportiva internacional impõe um plano de preparação a médio e longo prazos de forma a assegurar condições de disputa similar àquelas dos países esportivamente mais desenvolvidos. Estamos, Senhor Presidente, no limiar dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil e para que as entidades nacionais de administração do desporto possam cumprir com sua missão principal atribuída em lei (“desenvolvimento da modalidade, treinamento dos atletas, e a preparação de suas delegações, para a disputa de competições internacionais, nacionais e principalmente os Jogos Olímpicos”) torna-se necessária a mudança do “status quo” da atual legislação. (BRASIL, 2010, s.p.)

Estes argumentos apresentados mostram como esta temática se tornou relevante aos interesses dos “*policy-makers*” e deram início às primeiras etapas da “*policy cycle*”: a percepção e definição de problemas e “*agenda-setting*” ou seleção da agenda de uma temática, no caso, redefinição dos tópicos abrangidos pelo programa político que foram detectados (através de avaliações realizadas) como carentes de melhoria.

Ao receber a minuta de MP, o Chefe do Poder Executivo na época, Presidente Luis Inácio Lula da Silva a publicou no dia 21/09/2010, visto, que tratava-se de uma modificação relevante para buscar melhorias que suportassem a preparação dos atletas brasileiros para os Jogos. Uma vez publicada, o CN tomou conhecimento sobre matéria, sendo sua função enquanto órgão representante do Poder Legislativo deliberar sobre a apreciação da matéria, a

fim de ser convertida em lei.

O trâmite legislativo pelo qual uma MP encaminha-se dentro do CN é diferenciado de uma proposição de lei ordinária (como observado anteriormente), na data em que esta entrou em vigor, dentro do CN foram estipuladas as devidas datas para o encaminhamento da proposição: seis dias para apresentação de emendas pelos parlamentares, uma comissão mista foi prevista para ser instalada a fim de analisar a proposição, devendo elencar um relator e apresentar parecer no prazo de 14 dias contados da data de sua publicação. Prazo de envio à CD: 05/10/2010 a 18/10/2010, posteriormente ao SF: 19/10/2010 a 01/11/2010. Revisão pela outra Casa (se houver): 02/11/2010 a 04/11/2010, prazo para Sobrestar Pauta⁶¹: a partir de 05/11/2010.

O CN possui o prazo determinado na CF de 60 dias para apreciar uma MP, prazo este que foi da data de sua publicação 21/09/2010 a 19/11/2010, contudo se não houver manifestação sobre a matéria, pode-se tramitar em regime de prorrogação por igual período de 60 dias pelo CN, sendo que os períodos de recesso⁶² do CN não são válidos, portanto, a casa legislativa possuía até a data de 20/11/2010 a 28/02/2011 para publicar sua determinação final sobre a matéria.

O Plenário da Casa tomou ciência do conteúdo da MP, passado o prazo para a formação e apreciação por uma comissão mista, não havendo esta sido instalada, a proposição foi enviada à Mesa Diretora da CD, na qual, foram oferecidas 11 emendas, sendo, portanto, enviadas ao Plenário para apreciação das emendas, contudo, não havendo um “quórum” mínimo para que a votação fosse realizada e validada, a proposição foi direcionada então à Presidência da Câmara dos Deputados que designou um relator para proferir parecer em Plenário à comissão mista, o deputado José Rocha do Partido da República (PR/BA).

A matéria então entra na pauta das sessões deliberativas em Plenário na Casa, contudo, não é apreciada por acordo dos Líderes (representantes de cada partido que compõem o Colégio de Líderes). O projeto segue entrando nas pautas das sessões e sem apreciação por acordo dos Líderes até expirar o prazo de sua apreciação, e iniciar o regime de tramitação com prorrogação de prazo.

Antes de expirar o prazo da prorrogação a matéria é aprovada com aceite de apenas

61 É previsto na CF que quando decorridos 45 dias da data da publicação de uma medida provisória, esta não sendo apreciada perante o CN passa a ter prioridade dentro das matérias a serem discutidas e colocada na pauta da Ordem do Dia sobrestando outras matérias, sob regime de urgência.

62 É previsto na CF os prazos de recesso do CN em seu Art. 57. O CN reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (EC no 19/1998, EC no 32/2001 e EC no 50/2006)

uma emenda, a de nº 5 e rejeição das demais. Segue então decurso burocrático para que o projeto de conversão de lei seja sancionado.

O projeto de lei de conversão nº 01/2011 é remetido ao SF que propõe uma emenda/Substitutivo ao projeto e é aprovada em sessão no Plenário desta Casa, sendo comunicado pelo CN o posicionamento desta Casa para a CD.

Submetida emenda para aprovação no Plenário da CD, esta é aprovada e então sua redação final é publicada no DCD, comunicado ao SF, o projeto de conversão de lei é enviado à sanção.

Sancionado a Lei Ordinária 12.395 de 16 de março de 2011, vetado parcialmente alguns textos relacionados às reformulações da Lei nº 9.615, de 1998. Entretanto, o enfoque nesta etapa da pesquisa será somente nas modificações que a Lei nº 10.891/04 sofreu neste período de cinco meses e vinte e seis dias que submeteu-se ao Congresso até tornar-se nova lei ordinária.

As modificações que a Lei sofreu foram especificamente em seus artigos 1º, 3º e 5º, no qual, passaram a vigorar com a seguinte redação:

A concessão do benefício passa a ser aos atletas de alto rendimento olímpico e paralímpico, obviamente, ao afirmar isso, seriam excluídos de prévia aqueles atletas de modalidades não-olímpicas e não-paralímpicas, contudo, a fim de não prejudicar estes beneficiários, estipula-se no Art. 5º que o Conselho Nacional de Esporte (CNE) passa a ser responsável pela análise e deliberação do pleito destes, passando a ser atendido um exercício depois pelo programa.

Considerando para efeito de comparação, a antiga redação da Lei previa a concessão para os seguintes beneficiários: destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao COI e ao CPI. Além de não separar o pleito das modalidades não-olímpicas e não-paralímpicas, desde que indicados por entidades nacionais dirigentes, referendada por resultados e ranking.

Pode-se reparar nesta modificação da redação da Lei 10.891/04 em seu Art. 1º que seu escopo passa a ser focado em beneficiar os atletas do esporte de alto rendimento no país.

Uma novidade que a MP trouxe para o escopo da Lei anteriormente em vigor foi a criação de duas novas categorias de bolsa, são elas: categoria de bolsa Base e categoria de bolsa Pódio, passando ao Poder Executivo a revisão sobre os valores fixados.

Além de o programa compor-se então por seis categorias de bolsa, o que é significativo em termos de ampliação do benefício; ele também atribui a escolha das

competições que serão consideradas válidas a cada ano para as entidades máximas de administração do desporto, autonomia esta não existente na antiga legislação, pois, as competições já eram previstas em anexo da lei (excetuando-se a categoria Nacional, pois ambas as legislações não especificavam quais eram os eventos máximos da temporada nacional). São elas:

Categoria de bolsa de base: Não existia tal categoria de bolsa na antiga legislação. Passou a vigorar com os seguintes critérios: atletas com idade entre 14 e 19 anos que tenham obtido até a terceira colocação em competição máxima de modalidade individual estipulada pela entidade de administração do desporto, ou que tenha sido indicado entre os dez melhores de modalidade coletiva no ano anterior na categoria indicada pela entidade.

Categoria de bolsa estudantil: A redação anterior previa que o atleta deveria ter a idade de 12 a 16 anos e que tenha obtido até a terceira colocação nos Jogos Escolares e Universitários Brasileiros; ou selecionados dentre os 24 melhores de sua modalidade coletiva, indicado por entidade regional (federações) e nacional (confederações) de administração. A nova redação estabelece uma idade maior de 14 a 20 anos (a fim de abranger atletas em idade universitária) e reduzindo a quantidade de beneficiários de modalidades coletivas, uma vez, que a bolsa base por sua vez, também contempla atletas em idades escolares; sendo então seis melhores de modalidades coletivas e até o terceiro lugar em modalidades individuais de competições nacionais reconhecidas pelo ME.

Categoria de bolsa nacional: Somente nesta categoria de bolsa a antiga legislação não estipulava uma competição considerada máxima, sendo de autonomia das federações e confederações estipulá-las, quem obtiver até o 3º lugar, ou do ranking nacional, poderá concorrer ao pleito. A nova legislação não apresenta nenhuma diferença em relação à antiga. Manutenção da autonomia da entidade.

Categoria de bolsa internacional: Na antiga redação da lei era precípua que o atleta compusesse a equipe nacional de sua modalidade e representasse o país nas competições sul-americanas, pan-americanas e mundiais, no qual, obtido até o terceiro lugar, poderiam concorrer. A nova redação passa às Confederações o direito de escolher as competições máximas desta categoria, desde que seja reconhecida pela entidade internacional e os atletas participem da seleção nacional.

Categoria de bolsa olímpica/paralímpica: O atleta deve ter integrado a delegação olímpica ou paralímpica de sua modalidade. Não houve alteração.

Categoria de bolsa pódio: Outra categoria de bolsa criada, que não pertencia à antiga legislação. Atletas de modalidades individuais olímpicas e paralímpicas, que estejam

ranqueados entre os vinte melhores do mundo em sua modalidade, e sejam indicados pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o COB ou CPB e o ME, obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio.

O artigo 3º da antiga legislação também sofreu reformulação:

Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional e Atleta Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos e máxima de 16 (dezesesseis) anos para obtenção da Bolsa Atleta Estudantil;

II – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;

III – estar em plena atividade esportiva;

IV – não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário;

V – não receber salário de entidade de prática desportiva;

VI – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta; e

VII – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada. (BRASIL, 2005, s.p.)

A legislação nova altera as idades dos atletas contemplados no programa para uma idade mínima de 14 anos para as demais categorias de bolsa que não a estudantil que possui o máximo de 20 anos de idade. Além disso, o inciso quatro passa a permitir patrocínio, desde que declarados os valores recebidos, incluindo-se qualquer montante recebido eventual ou regularmente, bem como, qualquer apoio em troca de vinculação de marca. Novos dois incisos foram inseridos a fim e contemplar os requisitos para a categoria de bolsa criada:

VII - encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo Ministério do Esporte; e

VIII - estar ranqueado na sua respectiva entidade internacional entre os vinte primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Pódio. (BRASIL, 2010, s.p.)

Tais modificações promovem uma abrangência maior de atletas pelo programa, que ficavam impedidos de concorrer ao benefício por razões de não contemplar cumulativamente todos os requisitos exigidos pela antiga legislação, como por exemplo: ao criar categorias de bolsa em que os atletas podem concorrer, passar a aceitar que atletas patrocinados ou apoiados em troca de vinculação à marca pudessem concorrer para receber o benefício. Outro fator importante para o crescimento do programa que esta pesquisa pretende inferir é a modificação

que fizeram sobre os critérios das competições vistos acima, serem de autoridade das entidades administrativas nacionais de cada modalidade esportiva, promovendo, portanto, que cada qual eleja uma competição máxima para a base, nacional, e internacional. Assunto que será abordado no capítulo a seguir...

5 OS NOVOS CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO E DEMAIS NORMAS JURÍDICAS: A AUTONOMIA DA VONTADE DAS CONFEDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

Com a reformulação na legislação que rege o programa percebem-se algumas modificações em seu perfil, quando comparados aos anos anteriores. Neste sentido, podem-se estabelecer as seguintes comparações nas redações das leis:

a) Transferência de responsabilidade para as confederações nacionais esportivas, na escolha das competições máximas de determinadas categorias de bolsa, com o acompanhamento e supervisão do ME, ou seja, um novo papel a ser desempenhado por estas entidades, como pode ser observado a seguir:

I - Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, *a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto*, em conjunto com o Ministério do Esporte; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

II - Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

III - Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, *indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto e que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte*; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

IV - Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, *reconhecida pela respectiva entidade internacional e indicada pela entidade nacional de administração da modalidade*; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

V - Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

VI - Categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas, *de acordo com os critérios a serem definidos pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e o Ministério do Esporte*, obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011). (BRASIL, 2011, grifos meus)

Responsabilidade esta que não era demarcada em redação anterior da legislação, contudo, com competições já previstas em seu teor:

I - na categoria atleta estudantil, o atleta que tenha participado *dos jogos estudantis organizados direta ou indiretamente pelo Ministério do Esporte*, no ano anterior ao do pleito, *e tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar nas modalidades individuais* ou tenha sido *selecionado entre os vinte e quatro melhores atletas nas modalidades coletivas*;

II - na categoria atleta nacional, o atleta que tenha conquistado na *competição*

máxima da temporada nacional, no ano anterior ao do pleito, o primeiro, segundo ou terceiro lugar ou esteja em primeira, segunda ou terceira colocação no ranking nacional de sua modalidade;

III - na categoria atleta internacional, o atleta que tenha *integrado a seleção nacional de sua modalidade, no ano anterior ao do pleito, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos, parapan-americanos ou mundiais e obtido a primeira, segunda ou terceira colocação;*

IV - na categoria atleta olímpico e paraolímpico, o atleta que tenha integrado *as delegações brasileiras nos jogos olímpicos ou paraolímpicos imediatamente anteriores ao pleito.* (BRASIL, 2005, grifos meus)

Apesar de parecer repetitivo, esta comparação tem um intuito, salientar que ao ser revisado esta política pública pelos “*policy-makers*” do poder Executivo Federal, **novos atores passaram a ser responsáveis pelo processo de seleção de competições.**

Atente-se que a lei 12.395 de 16 de Março de 2011 ainda refere-se à determinação de critérios a serem adotados pelo ME como balizadores das escolhas das confederações nacionais, “Art. 7º- A. Os critérios para **reconhecimento de competições válidas para a concessão do benefício** serão estabelecidos pelo Ministro de Estado do Esporte.” (BRASIL, 2011, grifos meus).

O ME é um órgão da Administração Pública Federal, este possui poder regulamentar, e a lei inclusive o incumbiu de fazê-lo, esta ação, é explicada pelo autor Moreira (2011, s.p.):

Poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de *editar atos gerais para complementar as leis e possibilitar sua efetiva aplicação. Seu alcance é apenas de norma complementar à lei*; não pode, pois, a Administração, alterá-la a pretexto de estar regulamentando-a. Se o fizer, cometerá abuso de poder regulamentar, invadindo a competência do Legislativo.

O poder regulamentar é de natureza derivada (ou secundária): somente é exercido à luz de lei existente. Já as leis constituem atos de natureza originária (ou primária), emanando diretamente da Constituição. (grifos meus)

Em observância à norma jurídica, o órgão da administração pública, no caso, o Ministério, elaborou e publicou quais seriam estes critérios, são eles:

Art. 3º Para fins do disposto nos incisos II,III e V do art. 2º desta Portaria, *o(s) evento(s) máximo(s) da temporada, para a Bolsa-Atleta internacional, nacional e de base, será(ão) indicado(s) anualmente, antes da abertura de inscrições online, pela respectiva Entidade Nacional de Administração do Desporto*, observada a forma prevista nos §14 e §15 deste artigo.

§1º As respectivas entidades *poderão indicar ao Ministério do Esporte 1 (um) evento mundial, 1 (um) evento pan-americano, 1 (um) sul-americano e 1 (um) evento nacional* por **modalidade, prova, subcategoria etária (principal, intermediária, iniciante) e sexo**, conforme o caso.

§2º No caso de categoria Atletas de Base, *a entidade poderá indicar 1 (um) evento nacional* por **modalidade, prova, subcategoria etária (principal, intermediária, iniciante) e sexo**, conforme o caso.

§3º As Entidades Nacionais de Administração do Desporto *também poderão indicar ao Ministério do Esporte 1 (um) ranking nacional* **por sexo, por modalidade e, se**

for o caso, por prova. (BRASIL, 2011, grifos meus)

Os incisos II,III e V mencionados são referentes aos critérios discriminados na lei para concessão do benefício de bolsa, especificamente para as categorias internacional, nacional e base. No que tange aos parágrafos quatorze e quinze, define-se que as confederações preencherão na página do ME um modelo de formulário para informação da escolha de competições, e que estas serão somente aceitas, obedecidos às normas impostas nesta Portaria.

O documento apresenta em seu art. 3º, parágrafo 13º “A indicação dos eventos esportivos é de **competência exclusiva** das **Entidades Nacionais de Administração do Desporto** ou dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, no período fixado pelo Ministério do Esporte, ficando a **Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento responsável pelo controle** da indicação conforme o disposto neste artigo.” (BRASIL, 2011, grifos meus).

Pode-se reparar nas informações dadas pelo ME às Confederações Esportivas Nacionais que o encargo que lhes foi delegado através da legislação, não pode fugir ao escopo ditado por esta normativa. Neste sentido, pode-se afirmar que apesar de a legislação fornecer autonomia às Confederações Esportivas, pode outorgar a tarefa de elencar as competições válidas, estas entidades não podem tomar decisões deliberadas quaisquer, pois esta Portaria visa coibir a liberdade destas em indicar competições que melhor lhes convir e as obriga a fornecer exatamente o que está imposto, no caso: um evento mundial, pan-americano, sul-americano, um nacional e um ranking nacional, qualquer evento competitivo fora deste limiar não será aceito pela respectiva secretaria de controle.

Neste caso, as confederações estão amarradas à letra da lei no que tange o processo decisório e seletivo de eventos esportivos válidos, como também não podem ignorar esta responsabilidade, pois é de sua competência exclusiva, e com penalizações aos atletas⁶³ se estas não o fizerem.

Pertinente seria salientar que na redação do ato normativo, foram apresentadas algumas novas subcategorias que devem ser esclarecidas: modalidade, prova, sexo e subcategoria etária, no entanto, a Portaria explicita somente a última:

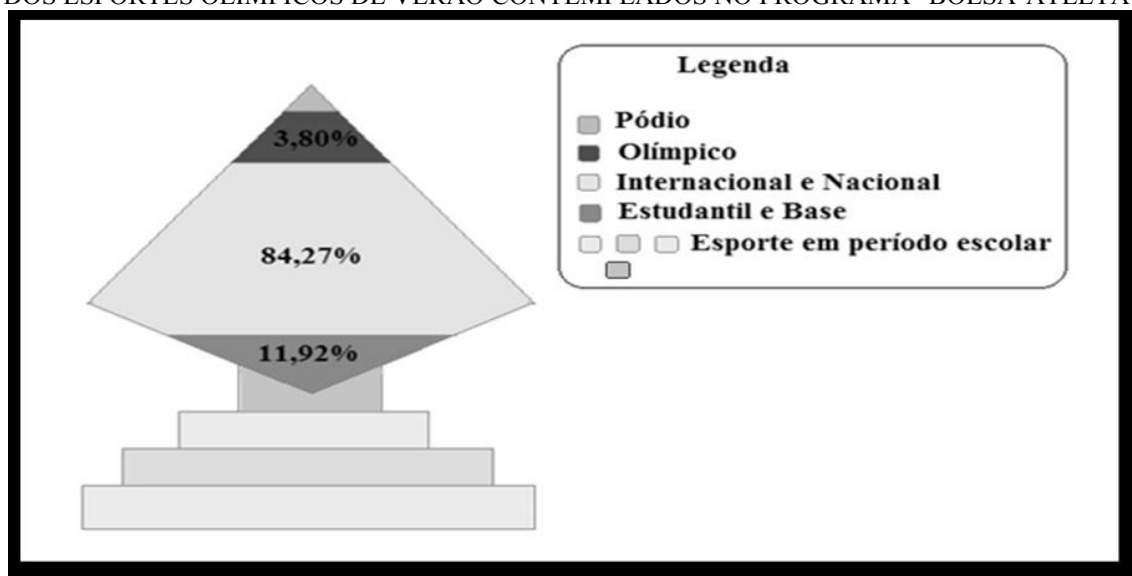
§5º As categorias dos incisos II e III, para efeito de concessão da Bolsa-Atleta, serão

⁶³ No parágrafo 12 do 3º artigo tem-se o seguinte: “Os atletas das categorias descritas nos incisos II,III e V do art. 2º desta Portaria *não poderão solicitar inscrição perante o Programa Bolsa-Atleta, caso a Entidade Nacional não informe os eventos máximos da temporada.*” (BRASIL, 2011, grifos meus).

subdivididas nas três subcategorias etárias principal, intermediária e iniciante, também conhecidas, respectivamente, por adulta, juniores/juvenis e infantil. (BRASIL, 2011)

Este é um dado precípuo para a compreensão do crescimento do programa em suas faixas intermediárias (categorias de bolsa internacional e nacional, respectivamente), pois, em pesquisa anterior sobre o programa Corrêa, et. al. (2014) aponta que estas categorias apresentavam a maior concentração de bolsistas contemplados pelo programa. Como se observa na figura abaixo:

FIGURA 6: DIAGRAMA DO FINANCIAMENTO ESPORTIVO ATRAVÉS DAS CATEGORIAS DE BOLSA DOS ESPORTES OLÍMPICOS DE VERÃO CONTEMPLADOS NO PROGRAMA “BOLSA-ATLETA”.



FONTE: CORRÊA, et. al. (2014).

Neste período observado, a autora mostra que 84,27% dos bolsistas contemplados no programa variavam entre as categorias de bolsa internacional e nacional.

O fato da criação desta nova subcategoria não dada na letra da lei, mas, criada pelo ME, a fim de contemplar os critérios adotados e informar às Confederações que devem cumprir a indicação da competição subdividida pelas faixas etárias de cada qual, impactam no panorama geral do programa de duas formas:

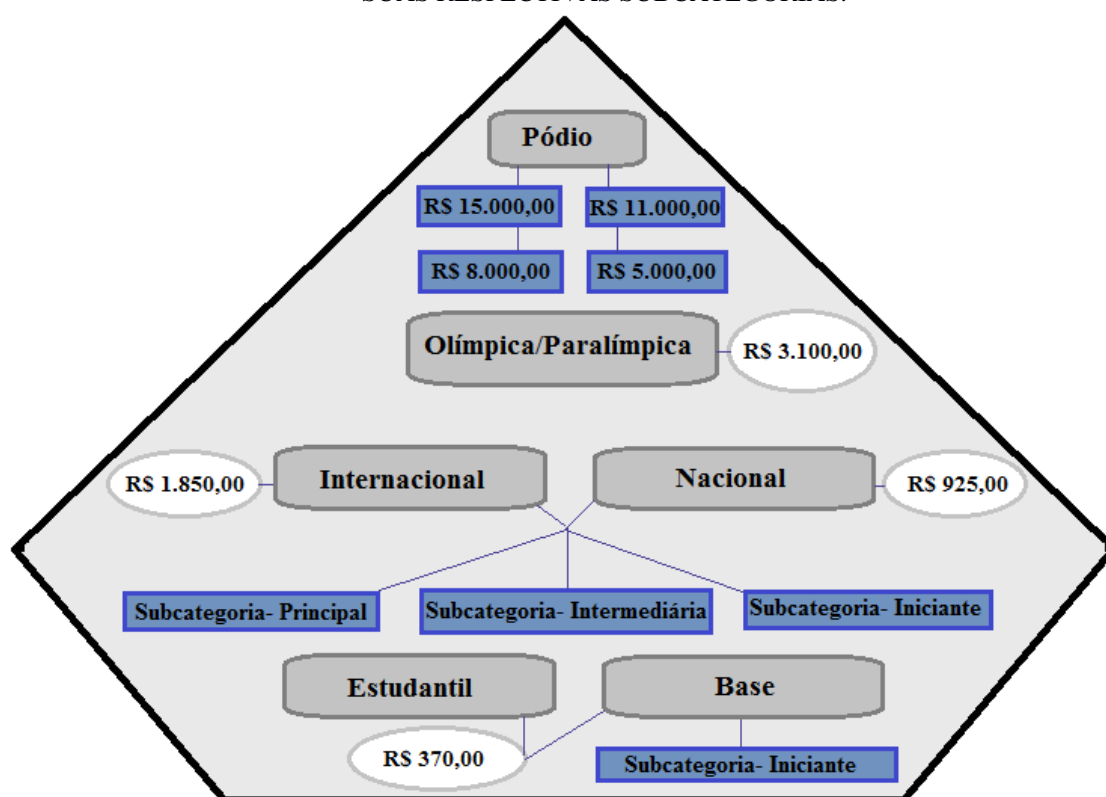
I) Aumenta-se de forma expressiva o número de eventos válidos para os atletas concorrerem pelas bolsas do programa. As confederações podem indicar um evento mundial mas nas três categorias: etárias, por provas, por sexo; promovendo assim o crescimento das competições válidas. Isso faz com que o programa tenha uma abertura maior na quantidade de bolsas a serem ofertadas nestas duas categorias (nacional e internacional) conforme fica

esclarecido no esquema apresentado logo abaixo.

II) Essa normativa modifica a concorrência pelo benefício. Outrora, uma configuração de concorrência geral para uma categoria de bolsa, atualmente, uma concorrência categorizada de atletas pelo mesmo benefício, mas, em subcategorias etárias e por provas.

O esquema abaixo apresenta as categorias de bolsa existentes no programa e as subcategorias respectivas:

FIGURA 7: ORGANOGRAMA DAS CATEGORIAS DE BOLSA DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA COM SUAS RESPECTIVAS SUBCATEGORIAS.



As subcategorias da bolsa Pódio, (definidas segundo valores fixados através de critérios estabelecidos- vide anexo) somadas às subcategorias das bolsas internacional e nacional promovem um aumento substancial na disponibilidade de bolsas que os atletas podem concorrer.

Neste sentido, pode-se apreender que com a criação destas subcategorias etárias muitos atletas jovens de 14 anos de idade podem ser contemplados com uma bolsa internacional, caso a confederação indique que uma competição sul-americana seja a competição máxima válida para a categoria. Neste ponto, têm-se não só um dado de relevância para o aumento exponencial na quantidade de bolsistas que o programa passou a

contemplar nos últimos anos, mas, também pela nova configuração que o programa passou a ter, com muito mais vantagens aos atletas, mas em contraponto, sendo “reféns” das decisões que as Confederações tomarão.

Esta situação fica mais clara, ao se observarem dados referentes às competições escolhidas como máximas na época em que a legislação antiga era válida e quando houve a reformulação, toma-se a primeira modalidade Olímpica de análise desta pesquisa, a Canoagem.

5.1 ANÁLISE DE DADOS: COMO AS CONFEDERAÇÕES VÊM EXERCENDO SEUS PAPÉIS DENTRO DO PROGRAMA

A Legislação atribuiu novas responsabilidades às Confederações Brasileiras Esportivas, nas quais estas devem obedecer critérios fixados pelo ME, apresentados no capítulo anterior. Este capítulo realizará a análise dos campeonatos antes da reformulação da legislação (2006-2009) elencados pelo ME e após com a publicação da MP nº 502/2010 os eventos (2010-2013) estabelecidos por estas entidades.

Realizou-se também uma análise por subcategoria de prova, pois, esta é uma categoria que ajuda muitas modalidades a expandir a quantidade de contemplados, mas, que conforme será observado, foge ao escopo ditado pela normativa.

As modalidades sorteadas para análise conforme explicado no capítulo de metodologia foram: Canoagem, Ciclismo, Handebol, Hipismo, Futebol, Levantamento de Peso, Natação, Tae-kwon-do, Triátlon e Voleibol. Os dados foram concedidos pelo ME, conforme explicitado, e são referentes aos eventos válidos como critérios para concessão de bolsas pelo programa. Os dados obtidos são referentes aos anos de 2006 a 2013.

Segue uma breve análise do papel que as Confederações vêm exercendo ou não sobre o programa.

5.1.1 Canoagem

A primeira modalidade analisada é a Canoagem, ela vem apresentando um aumento expressivo desde o ano de 2010 no programa, lembrando que na Introdução deste estudo foi exposto que esta ficou em terceiro lugar no ranking elaborado pelos autores Corrêa, et. al. (2014).

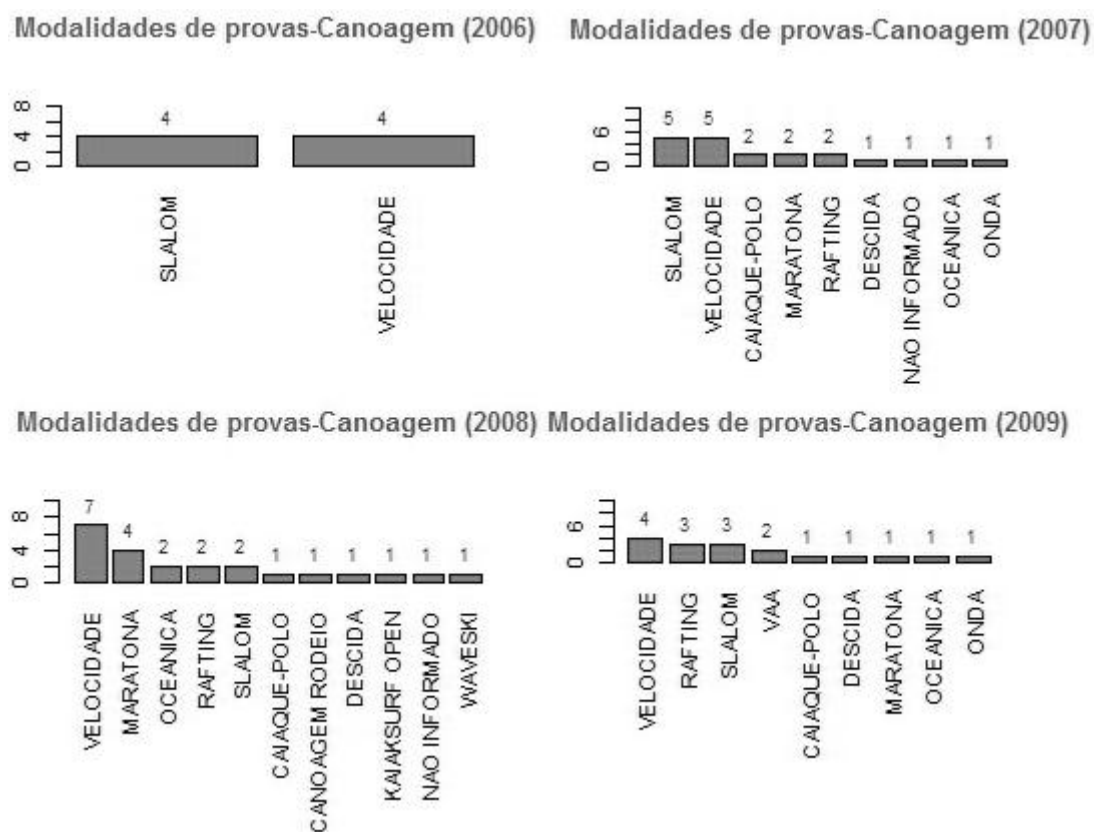
Ao se examinar com mais profundidade a modalidade, percebe-se que esta possui

muitas provas que podem ser indicadas pela Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa), assim, este esporte olímpico consegue ampliar o número total de bolsistas em decorrência de um número substancial de competições válidas classificadas por modalidades de provas e categorias etárias para cada uma delas.

As provas da Canoagem que participam dos Jogos Olímpicos de Verão segundo o site do COI são: velocidade e slalom. Recentemente a Paracanoagem foi votada para compor os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, gerenciadas pela CBCa.

O gráfico a seguir apresenta as modalidades de provas da Canoagem listadas pelo ME:

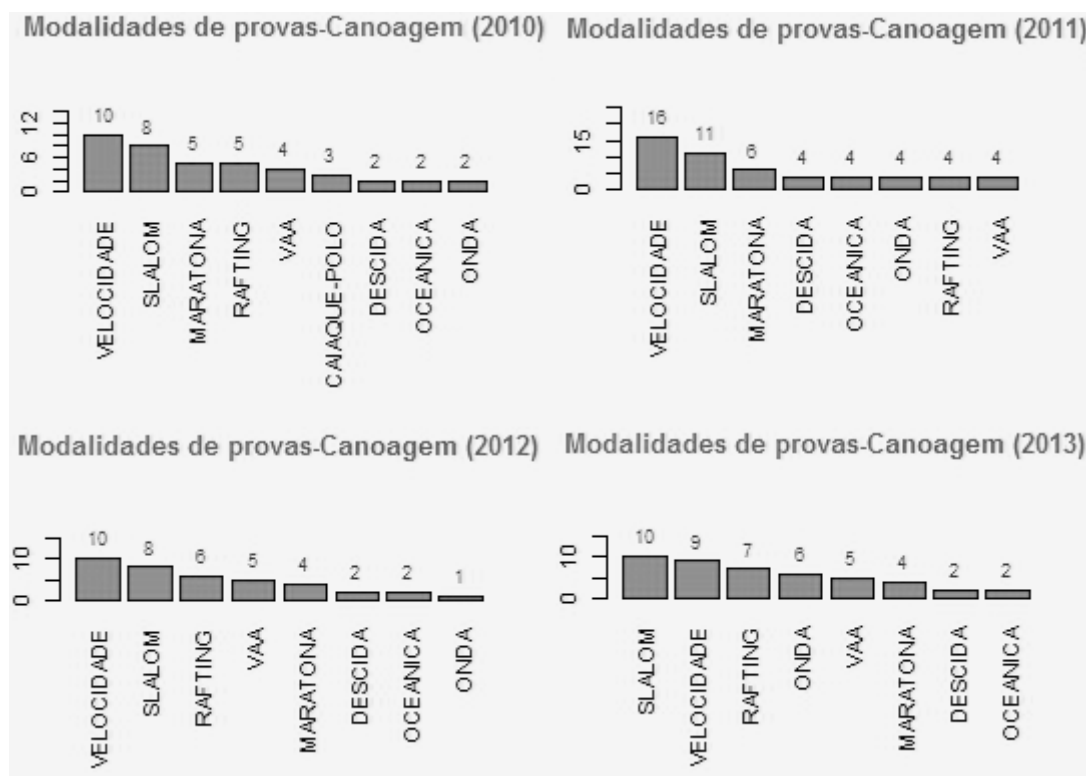
GRÁFICO 2: MODALIDADES DE PROVAS DE CANOAGEM ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Pode-se reparar que as modalidades de provas foram aumentando em relação ao primeiro ano, no qual, só foram indicados campeonatos em apenas duas categorias, aquelas que participam dos Jogos Olímpicos. Não existia uma restrição da Lei ao contemplar as modalidades esportivas, tanto as manifestações olímpicas e paralímpicas quanto as não-olímpicas e não-paralímpicas.

No entanto, quando se compara com os dados de dois anos após a modificação da legislação e sua implementação, tem-se a seguinte configuração:

GRÁFICO 3: MODALIDADES DE PROVAS DE CANOAGEM ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

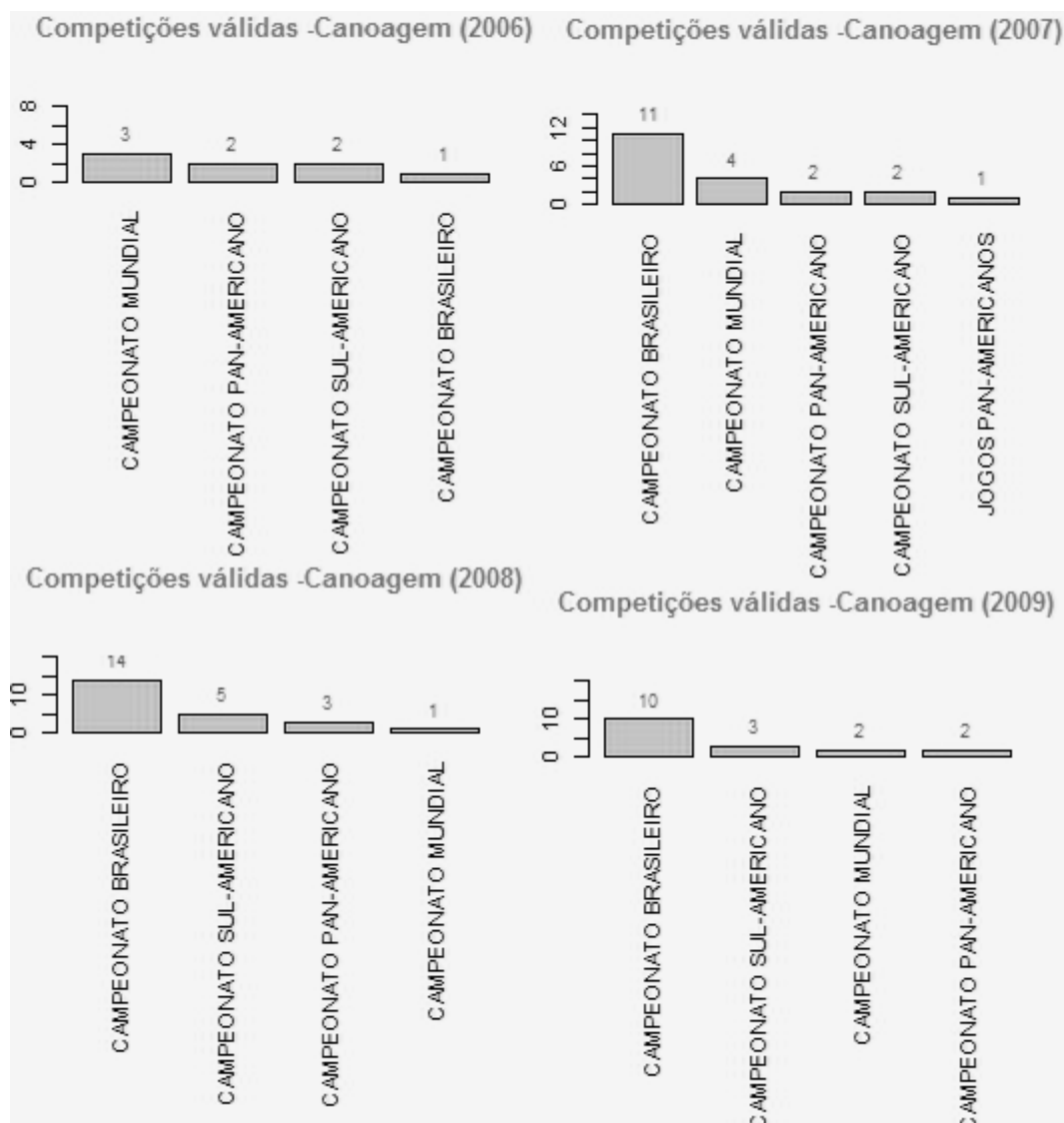


Nota-se que as modalidades de provas apresentaram um aumento expressivo, e que estas indicações feitas pelas Confederações incluem todas as provas, inclusive aquelas que nem sequer compõem os Jogos Olímpicos/Paralímpicos como a canoagem onda, de descida, oceânica, maratona, rafting e va'a.

Pode-se observar que a partir do ano de 2010, data que a CBCa passou a indicar os campeonatos válidos para o programa, e identificado como período em que a modalidade elevou a sua quantidade de bolsistas em estudo já citado, o número de provas quase dobrou em relação aos anos anteriores, saindo de um total de 8 provas no ano de 2006, 20 provas em 2007, 23 provas em 2008 e 17 provas em 2009 para um total de 41 provas no ano de 2010, 53 provas em 2011, 38 provas em 2012 e 45 provas em 2013. Este valor refere-se à quantidade de campeonatos que estas provas compuseram e seus respectivos rankings, quando indicados, como apresenta o gráfico a seguir:

GRÁFICO 4: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DA CANOAGEM ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO

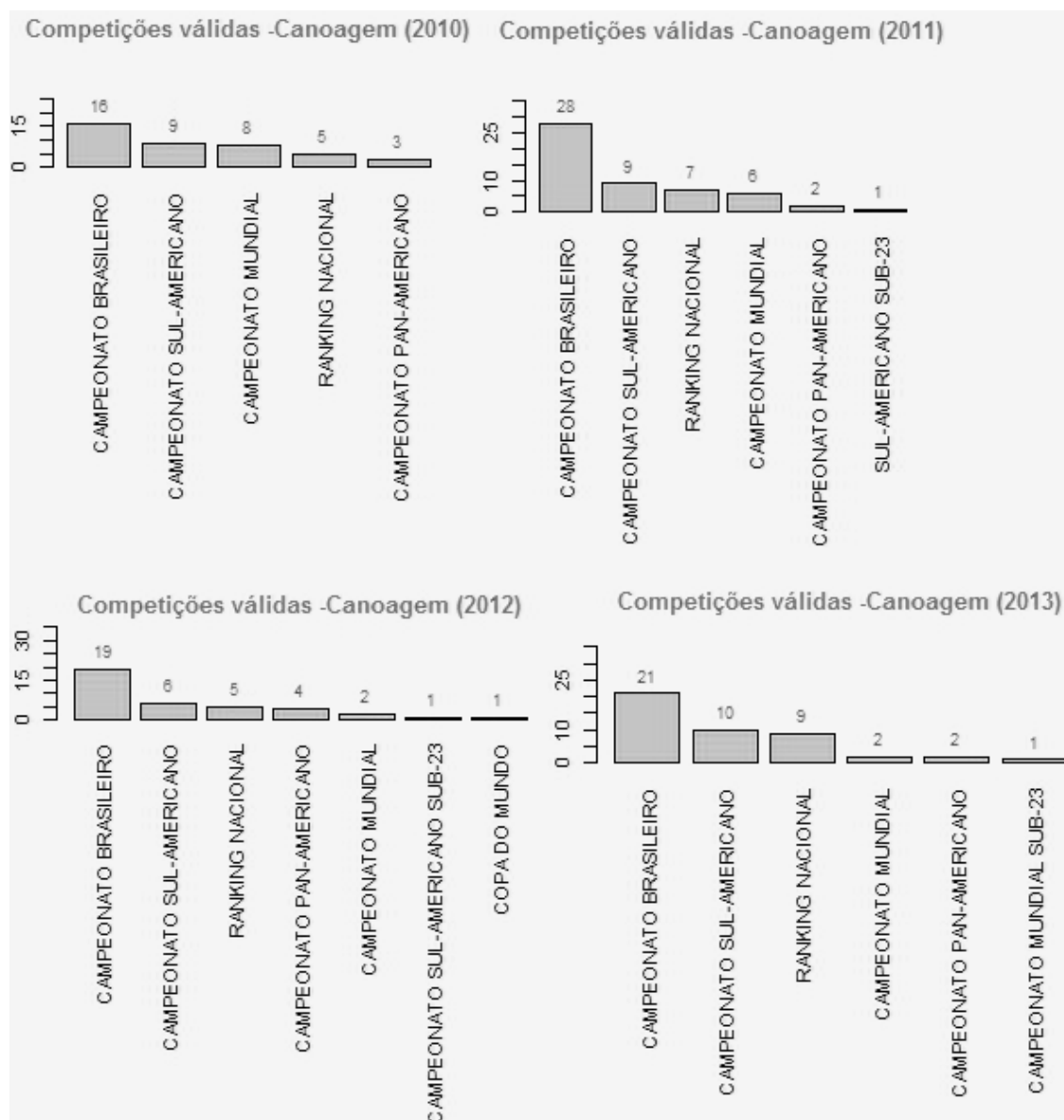
PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Nos primeiros anos do programa as competições válidas eram exatamente como previa a Legislação, validando campeonatos mundiais, sul-americanos e pan-americanos, incluindo os Jogos Pan-americanos de 2007.

O gráfico a seguir apresenta as competições elencadas pela Confederação, de acordo com as modificações na legislação:

GRÁFICO 5: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DA CANOAGEM ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



A partir do ano de 2010, a CBCa passou a indicar as competições válidas para concessão do benefício, também passou a ser incluso o ranking nacional da modalidade, por categorias de provas, sexo.

Os campeonatos não fogem aos critérios publicados pela Portaria, sendo indicados 1 evento máximo da temporada nacional, 1 mundial, 1 Pan-americano, 1 sul-americano.

Os Jogos Pan-americanos antes considerados como critério válido, em sua próxima edição, no ano de 2011 não foi listado pela CBCa, como a normativa não considera este campeonato como principal para concessão, talvez a Confederação tenha acatado e indicado somente o que foi estabelecido.

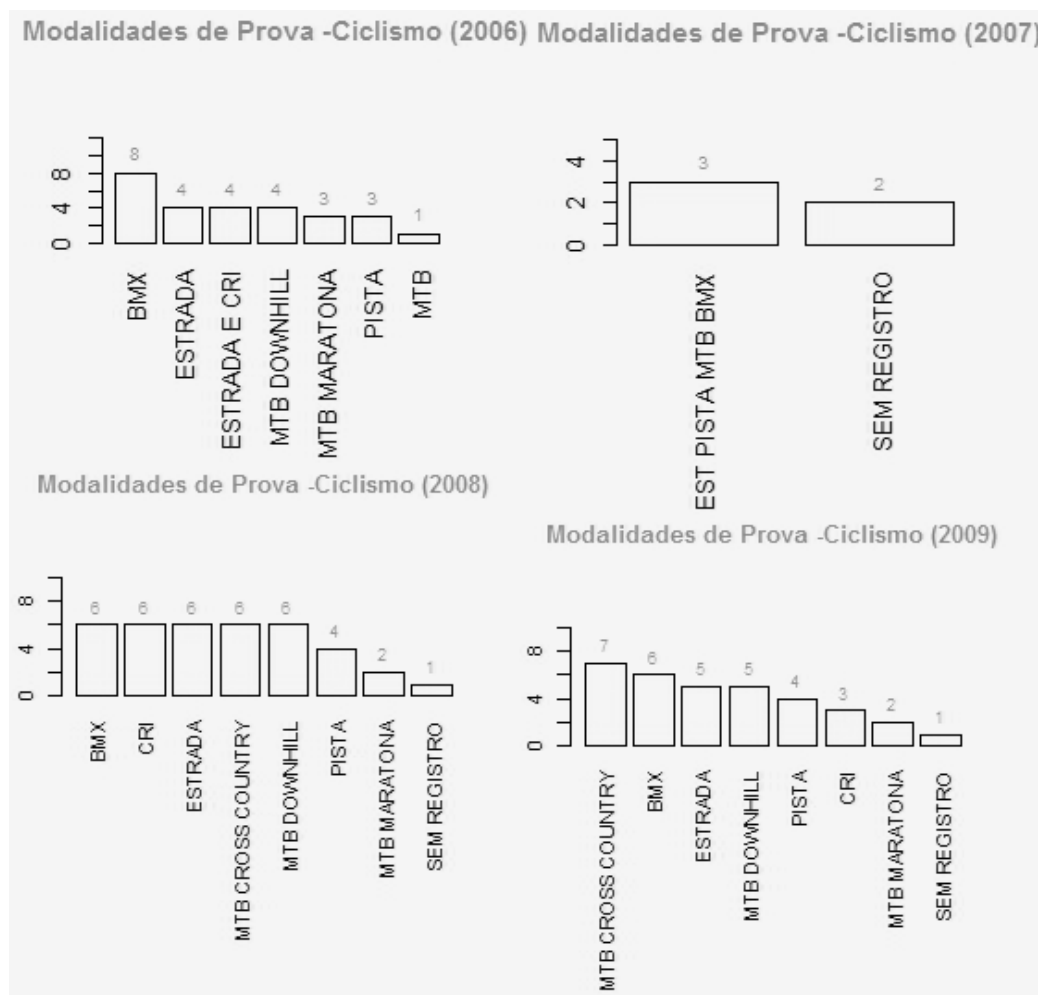
Esta primeira Confederação, acatou a normativa cunhada pela Portaria quanto à

indicação de campeonatos válidos, mas, não se pode dizer o mesmo ao se observar as provas elencadas, já que Lei e Portaria são claros quando afirmam a priorização da concessão de benefícios às modalidades Olímpicas e Paralímpicas.

5.1.2 Ciclismo

A Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) também elencada para análise possui diversas modalidades de provas, das quais nem todas são participantes dos Jogos Olímpicos de Verão⁶⁴. As competições referentes aos anos de 2006-2009 são apresentadas a seguir:

GRÁFICO 6: MODALIDADES DE PROVAS DO CICLISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À LEGISLAÇÃO.



⁶⁴ As modalidades de provas componentes do ciclismo nos Jogos Olímpicos de Verão são: BMX, Ciclismo de Estrada, provas Contrarrelógio Individual (CRI), Mountain Bike (MTB) Cross-Country, e Pista, que compreende as provas Ominium, Keirin, Velocidade, Perseguição por equipe e Velocidade por equipe. A modalidade Omnium é uma prova que constitui-se de 6 provas: Volta-Lançada (Contrarrelógio); por Pontos; Corrida de Eliminação; Perseguição Individual; Pista Scratch; e Contrarrelógio (1km para o masculino e 500m para o feminino).

Neste primeiro bloco vê-se que as modalidades de provas componentes do ciclismo eram consideradas sem restrição, afinal, a lei costumava contemplar todas as modalidades em suas manifestações olímpicas, paralímpicas, não-olímpicas e não-paralímpicas.

Também não haviam muitas provas selecionadas, não ultrapassando 10 competições por prova elencadas para os atletas concorrerem. Nos anos de 2007-2009 existem lacunas sobre os tipos de provas (sem registro), no qual, uma hipótese possível para explicar este fenômeno seria quando os campeonatos compõem todas as modalidades de provas principais (BMX, MTB, Pista e Estrada).

Este gráfico também mostra a evolução do programa, onde se tem que nos dois primeiros anos não havia muitas modalidades de provas sendo contempladas em relação aos dois últimos. Estes dados conseguem justificar o porquê em pesquisa anterior Corrêa (2013) apresentou no panorama sobre a concessão de bolsas aos atletas pelo programa, um padrão de comportamento de seus dados com relação ao aumento expressivo de algumas modalidades em um determinado ano e a queda de bolsistas contemplados nesta em outro.

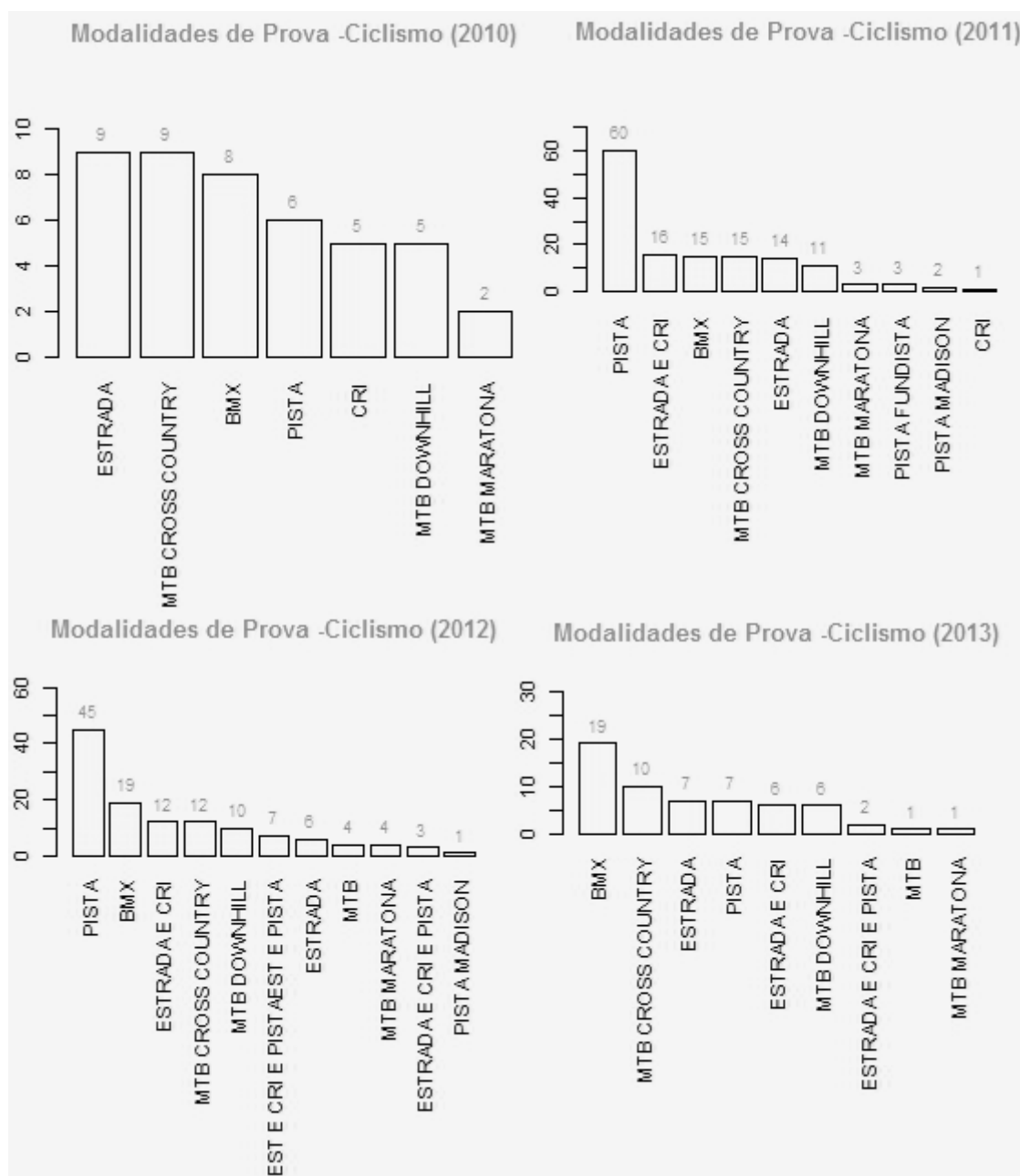
Neste caso, o ano de 2007 não se tem muitas provas (campeonatos) válidas para concessão de bolsa aos atletas (como se pode observar no gráfico acima), justificando assim, porque várias modalidades dentro do programa apresentam muitos bolsistas em alguns anos e em outros quase não se tem registro de atletas.

O ano de 2007 foi um ano que para o programa houve um crescimento de bolsistas em relação ao ano anterior, como afirma a autora Corrêa (2013, p. 48) “Aqui se tem um corpulento aumento se comparado ao ano anterior, 590 bolsistas foram contemplados a mais. Nota-se uma expansão do programa com maior concorrência pelo benefício”. Portanto, a diminuição de bolsistas nesta modalidade deve-se muito mais ao fato de não ter tido muitos campeonatos válidos para os atletas se inscreverem, do que propriamente uma falta de verba, já que foram beneficiados mais atletas neste ano.

Estes não conseguem concorrer ao benefício caso não haja competições válidas consideradas como critério balizador para o pleito. Infelizmente, esta pesquisa não consegue inferir as causas para que em determinados anos não haja campeonatos válidos para os atletas se inscreverem no programa.

O próximo gráfico apresenta as modalidades de provas após a reformulação da legislação:

GRÁFICO 7: MODALIDADES DE PROVAS DO CICLISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Quando a Confederação passou a indicar os campeonatos válidos segmentados pela subcategoria de modalidades de provas, estas aumentaram expressivamente em relação aos anos anteriores. Também aumentaram as indicações de provas que compõem o ciclismo, mas não os Jogos Olímpicos.

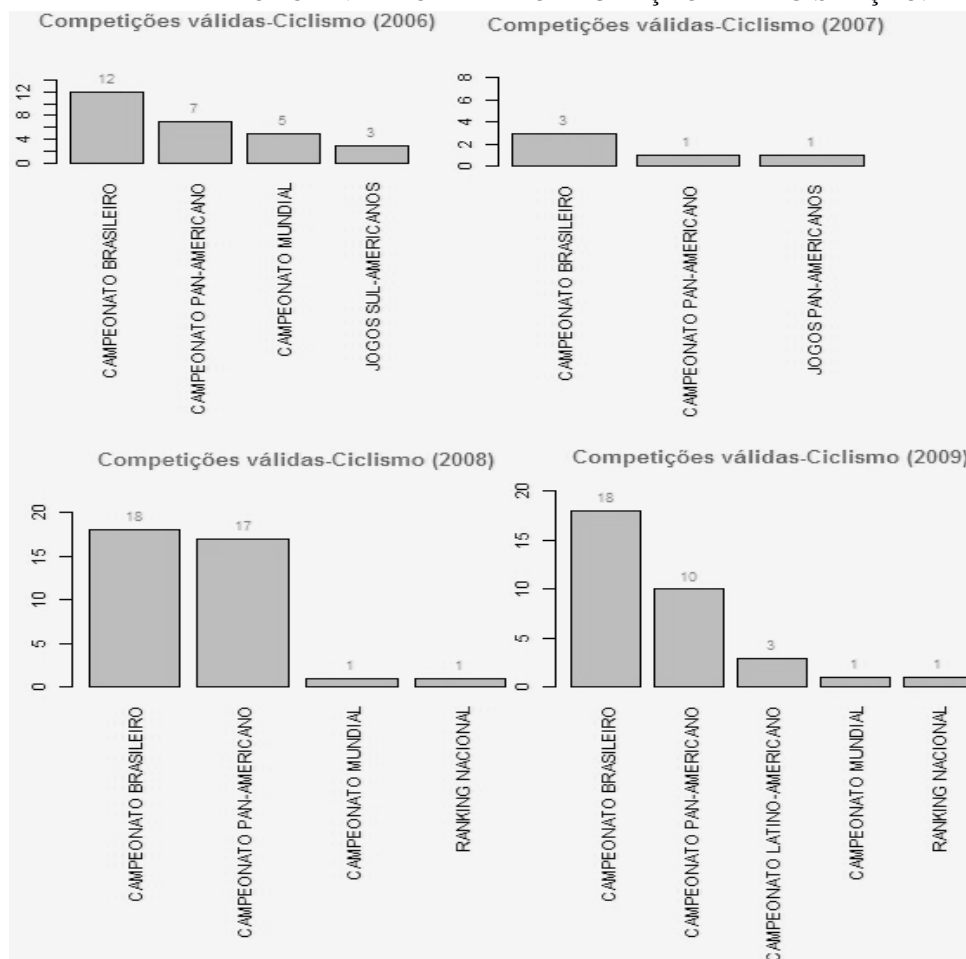
Deve-se destacar que o ano de 2010 foi o primeiro ano a contemplar as reformulações dadas na MP 502/2010 convertida em Lei 12.395/2011. Nesta nova configuração foram inseridas duas novas categorias de bolsa no programa, a categoria de

bolsa Pódio e Base. Segundo estudo de Corrêa, (2013), o ciclismo foi uma das modalidades a conseguir contemplar bolsistas no primeiro ano de existência da categoria de bolsa Base, já que não houve contemplados na categoria Pódio.

A CBC, através destes dados analisados, passou a exercer seu papel destinado por Lei desde a sua promulgação, não é o comportamento de todas, como poderá ser percebido nas próximas entidades analisadas.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos considerados válidos desde os primeiros anos:

GRÁFICO 8: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO CICLISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Como era previsto na legislação anterior, estas competições vão de encontro a categoria de bolsa Nacional englobaria a competição máxima da temporada nacional e para a categoria de bolsa Internacional englobaria campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais.

Analisando a quantidade de campeonatos, pode-se reparar que no ano de 2007 teve uma mínima indicação de competições, mas foram previstas a realização de 36 competições pela CBC no ano de 2007, segundo documento fornecido pelo ME- Calendário Nacional Esportivo (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007).

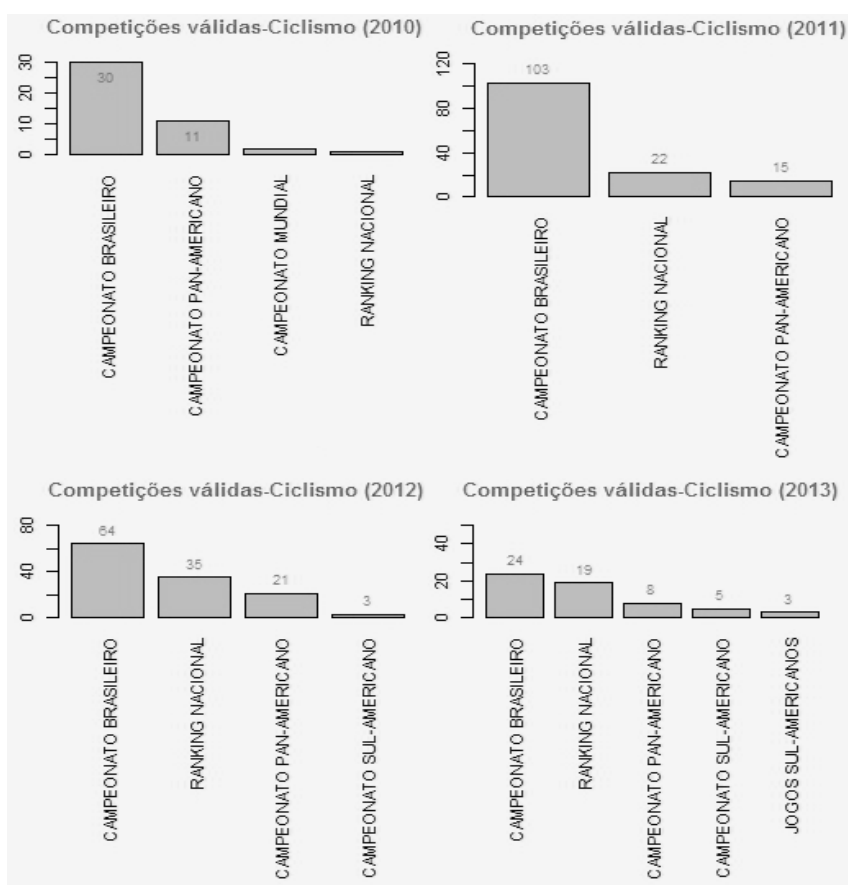
Houve a realização dos Jogos Pan-americanos no Rio/2007, não havendo campeonato mundial indicado neste ano. Os Jogos Pan-americanos são relevantes para o desenvolvimento do esporte nacional, principalmente pelo país sediá-los naquele ano, mas não substitui a indicação de um campeonato mundial, já que este pertencia ao rol de campeonatos esportivos previstos no calendário nacional do ano de 2007 do ME⁶⁵, e não foram considerados como campeonatos válidos para concessão do benefício.

Como os Jogos Pan-americanos acabam englobando as diversas modalidades de provas do ciclismo, entende-se porque não foi registrado as provas que o compõem, apresentado no gráfico de provas (ano-2007) anteriormente.

O gráfico a seguir apresenta as competições elencadas pela Confederação, de acordo com as modificações na legislação:

GRÁFICO 9: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO CICLISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

⁶⁵ Campeonato Mundial de BMX em Victoria no Canadá de 26/07/07-29/07/07; Campeonato Mundial de MTB Maratona na Bélgica em 12/08/07; Campeonato Mundial de MTB (Cross-Country, Downhill e Four-Cross em Fort William na Inglaterra de 03/09/07-09/09/07, BRASIL (2007)

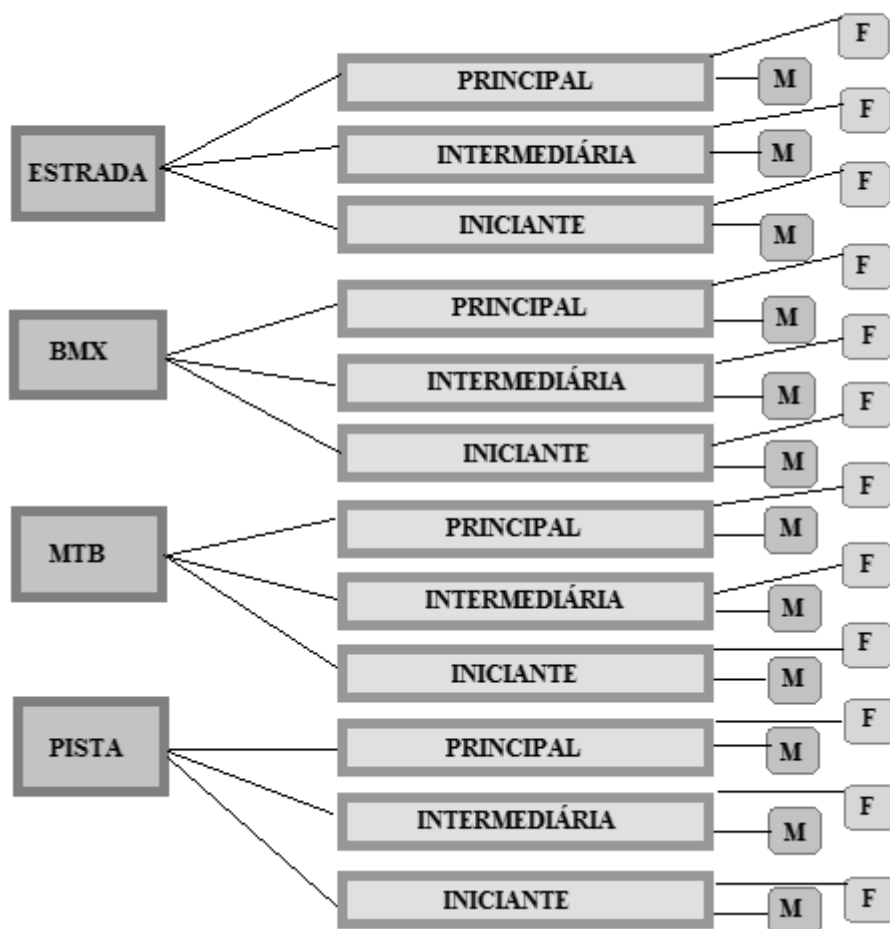


Vê-se que no ano de 2011, quando ocorreram os Jogos Pan-americanos de 2011 em Guadalajara, estes não entraram como critérios de competição, quando comparado a 2007, embora a delegação de ciclismo tenha participado. A CBC também não considerou indicar um evento mundial para o ano de 2011.

Os campeonatos tiveram um aumento significativo, isto se deve à própria reformulação da Lei, mas, também pela indicação de modalidades de provas do ciclismo em suas subcategorias, a figura abaixo exemplifica como é possível expandir o programa através do acréscimo destas subcategorias, quando a modalidade possui várias provas:

FIGURA 8: ILUSTRAÇÃO DAS PRINCIPAIS MODALIDADES DE PROVAS DO CICLISMO SUBDIVIDIDAS PELAS CATEGORIAS ETÁRIAS DADAS NA LEGISLAÇÃO E POR SEXO.

TOTAL DE SUBCATEGORIAS PARA A MODALIDADE DE CICLISMO



Esta figura ilustra apenas as principais provas do ciclismo Olímpico, se for considerado as subcategorias destas provas, para o Mountain Bike inclui-se as provas de Downhill, Maratona, Cross-Country e Four-Cross, além das provas de pista como: Ominium, Keirin, Perseguição por Equipe, Velocidade e Velocidade por Equipe, a possibilidade de campeonatos torna-se cada vez maior.

Isto pode explicar porque em 2011 foram elencados 103 campeonatos nacionais. Desde o mesmo ano é possível observar que a CBC não elencou mais campeonatos mundiais como válidos. Esta competição é relevante, pois, na maioria das modalidades que compõem os Jogos Olímpicos, os mundiais são utilizados como critérios para classificação das delegações dos países que pleiteiam uma vaga neste megaevento.

Pode-se afirmar que a CBC, vem acatando o encargo que a legislação lhe atribuiu, no entanto, não cumpre exatamente os critérios fixados pela Portaria 164/2011 do ME, já que os campeonatos mundiais não estão sendo contemplados, ela ainda se vale do fato de poder indicar subcategorias, para contemplar mais modalidades de provas, expandindo a quantidade

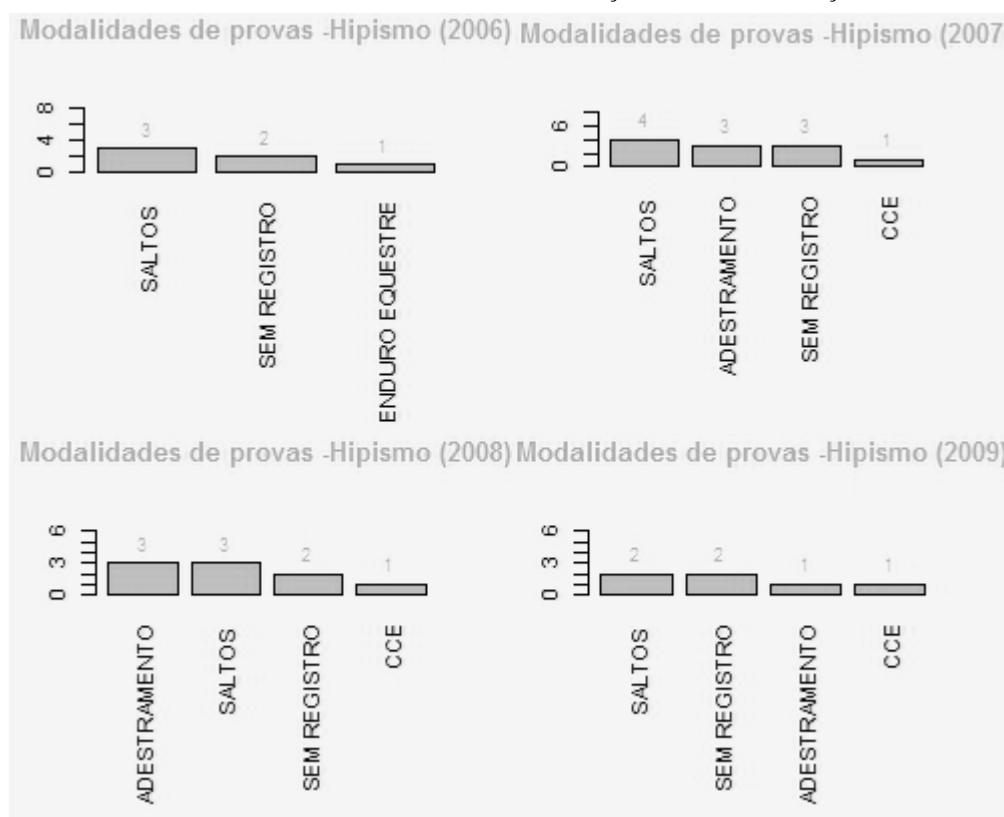
de bolsistas principalmente em competições nacionais.

5.1.3 Hipismo

As provas do Hipismo Olímpico são: adestramento, CCE (Provas combinadas de adestramento, cross-country e de saltos) e saltos. Mas as provas componentes da modalidade hípica, gerenciadas pela Confederação são, além das citadas: enduro equestre, paraequestre, volteio, tambor, rédeas e atrelagem⁶⁶.

O gráfico a seguir, apresenta todas as modalidades de provas do Hipismo consideradas como válidas para concessão de bolsa dentro do programa Bolsa-Atleta dividida por ano. A categoria sem registro no gráfico refere-se quando nos dados fornecidos pelo ME havia a informação do campeonato, mas não das provas que a compõem:

GRÁFICO 10: MODALIDADES DE PROVAS HIPISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

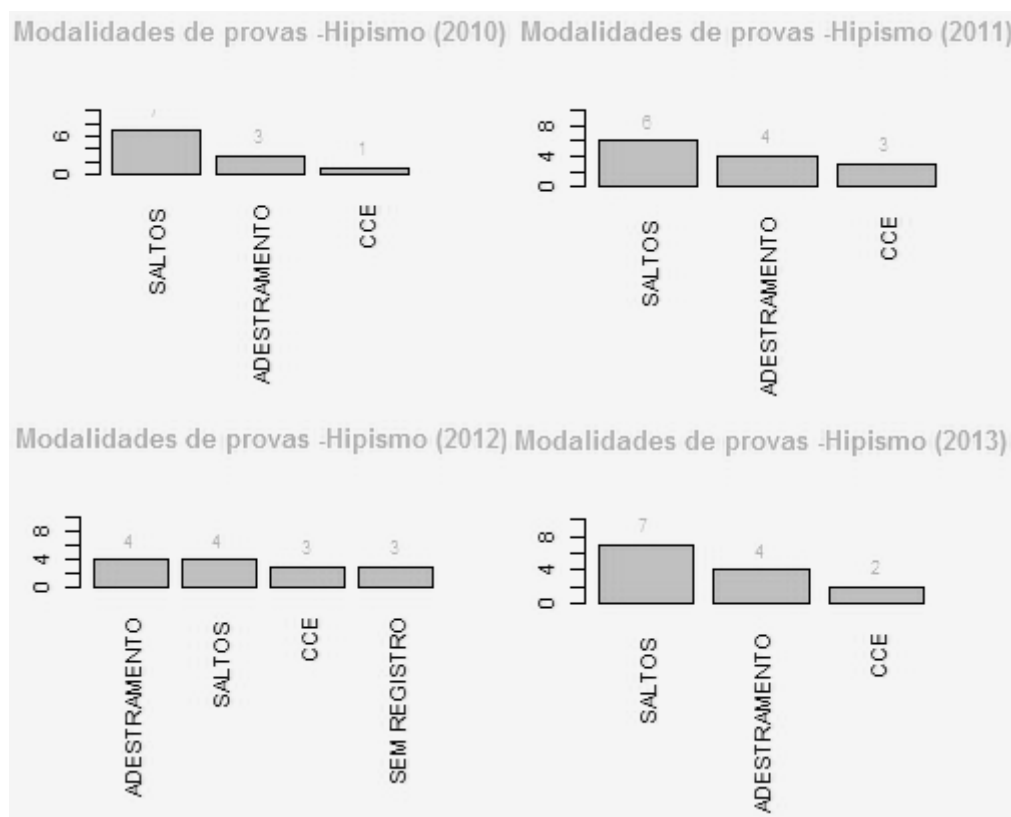


⁶⁶ Não é intenção desta pesquisa apresentar as características de cada modalidade e suas provas, caso, o leitor queira mais informações sobre as modalidades de provas citadas acima, buscar informações na CBH. Disponível em: <http://www.cbh.org.br/noticias-geral/6683-uma-das-modalidades-h%C3%ADpicas-que-mais-crescem-no-mundo,-o-enduro-equestre-pode-ganhar-mais-esp%C3%A7o-tamb%C3%A9m-no-brasil.html>

Pode-se observar que esta modalidade não indica muitas provas por ano para ao atletas concorrerem. Dentre todas as provas componentes, apenas o enduro equestre foi indicado, em apenas um ano quando a legislação permitia que todas as manifestações esportivas fossem contempladas pelo programa.

O gráfico a seguir compara as indicações de provas a partir do ano em que esta tarefa ficou ao encargo da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH):

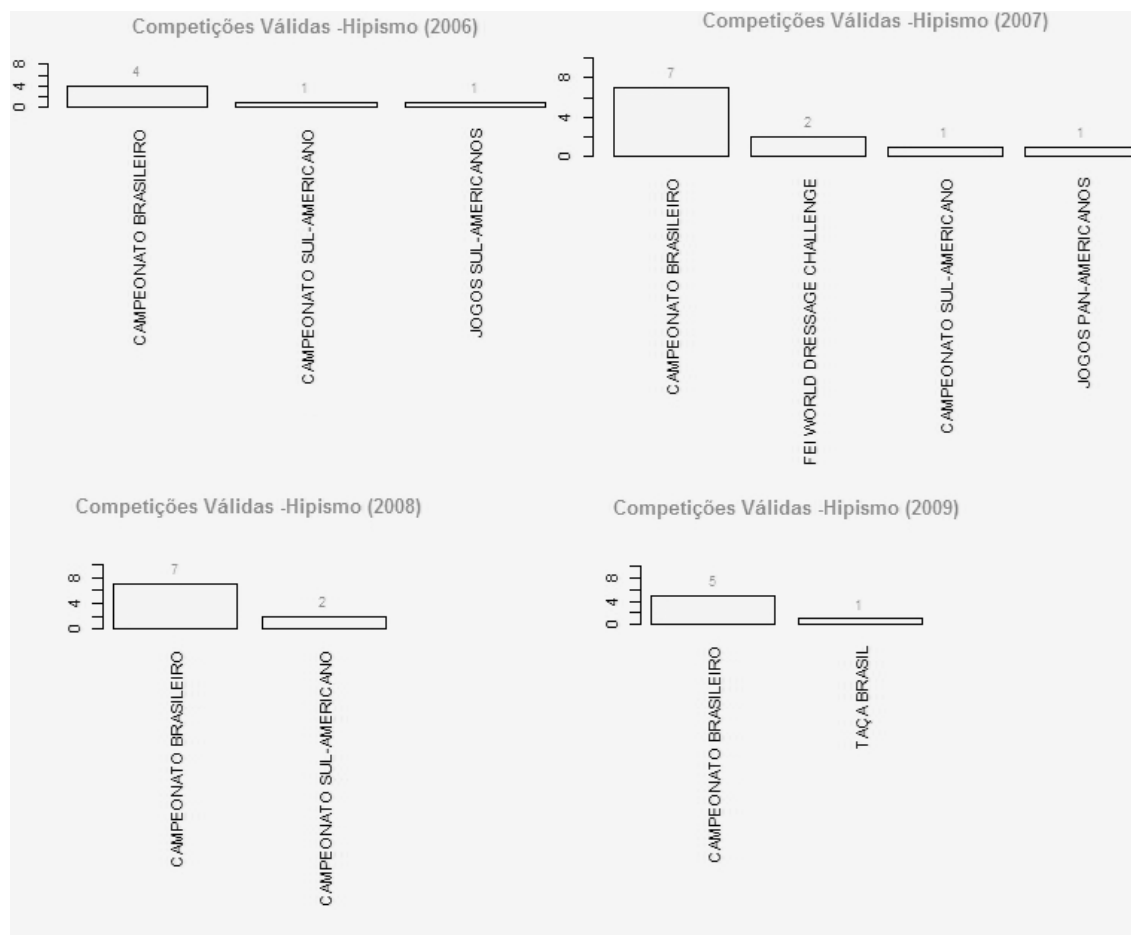
GRÁFICO 11: MODALIDADES DE PROVAS DO HIPISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Esta é a primeira Confederação, dentre as já analisadas que estão promovendo somente as provas que são participantes das olimpíadas dentro do programa, conforme prescreve a Legislação.

Observa-se que mesmo havendo um crescimento no programa, esta modalidade o acompanha timidamente. Os próximos gráficos apresentam os campeonatos elencados no programa:

GRÁFICO 12: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HIPISMO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Comparados às modalidades anteriores, o hipismo possui um rol de campeonatos válido muito pequeno. O ano de 2007 foi o ano que mais se escalonou campeonatos, sendo dois deles de grande relevância, um mundial e a participação nos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro.

Baseado no Calendário Esportivo Nacional⁶⁷, que é um documento publicado todo ano pelo ME e registra a previsão de realização dos campeonatos mais relevantes para o desenvolvimento do esporte nacional. Só foi possível encontrar as publicações disponibilizadas no site, referentes ao ano de 2007 e 2008, no qual, os campeonatos nacionais previstos foram apenas dois, e em 2008 foram previstas a realização de 81 eventos esportivos.

Infelizmente, a CBH não disponibiliza o calendário esportivo anterior ao ano de 2009, para tentar entender porque o Calendário Esportivo Nacional do ME apresentou apenas dois eventos.

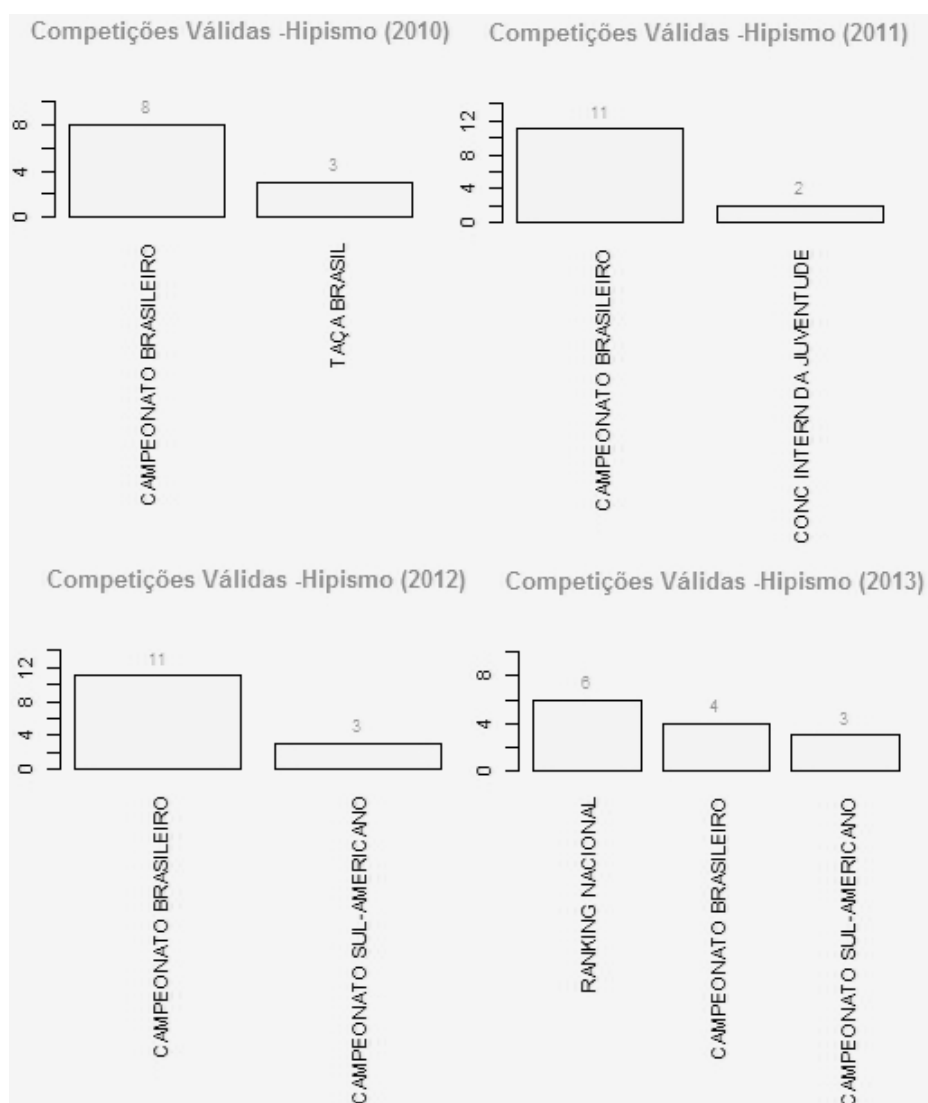
Mesmo assim, se no ano de 2008 foram realizados 81 eventos esportivos da

⁶⁷ Publicações do Calendário Esportivo Nacional disponibilizadas online pelo ME. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/snear/cdn/publicacoes.jsp>

modalidade, questiona-se porque apenas 09 campeonatos foram escolhidos e porque esta decisão não seguiu a prescrição da lei: eventos nacionais e campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais. Foram indicados apenas os dois primeiros.

Este cenário para a modalidade de hipismo não fica melhor quando a CBH passa a exercer a função de indicar os campeonatos:

GRÁFICO 13: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HIPISMO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Como se pode observar, houve um aumento na indicação de campeonatos, porém, não condizentes com as normativas preconizadas pelo ME.

Nos gráficos acima, percebe-se que a qualidade da indicação destes eventos é muito inferior às competições que a modalidade participa, há um excesso de indicações de

campeonatos nacionais, nenhum pan-americano. Neste cenário não há campeonatos mundiais, nem mesmo no ano de 2011 em que esta modalidade participou dos 5º Jogos Mundiais Militares realizado na cidade do Rio de Janeiro, e os Jogos Pan-americanos de 2011 em Guadalajara. Indaga-se porque esta Confederação não indicou os Jogos Pan-americanos, considerado como critério válido em 2007?

Também, questiona-se a pequena quantidade de eventos elencados já que no ano de 2009 a CBH declarou em seu site⁶⁸ a participação em 77 eventos (entre nacionais e internacionais); em 2010 houve 101 campeonatos realizados; em 2011 foram 118; em 2012 somou-se um total de 89 eventos e em 2013 teve um total de 80 competições registradas. Já dentro do programa, cadastrou-se em média de 10 a 13 competições.

Ao investigar as competições elencadas, passa-se a entender um pouco o porquê que o hipismo, dentro do estudo realizado por Corrêa (2013) era uma modalidade que recebia poucas bolsas pelo programa (35 no total dentre os anos analisados (2005-2011)), provavelmente pela pouca quantidade de competições válidas, e talvez, pela falta de procura destes esportistas, já que este esporte é distinto em relação aos anteriores.

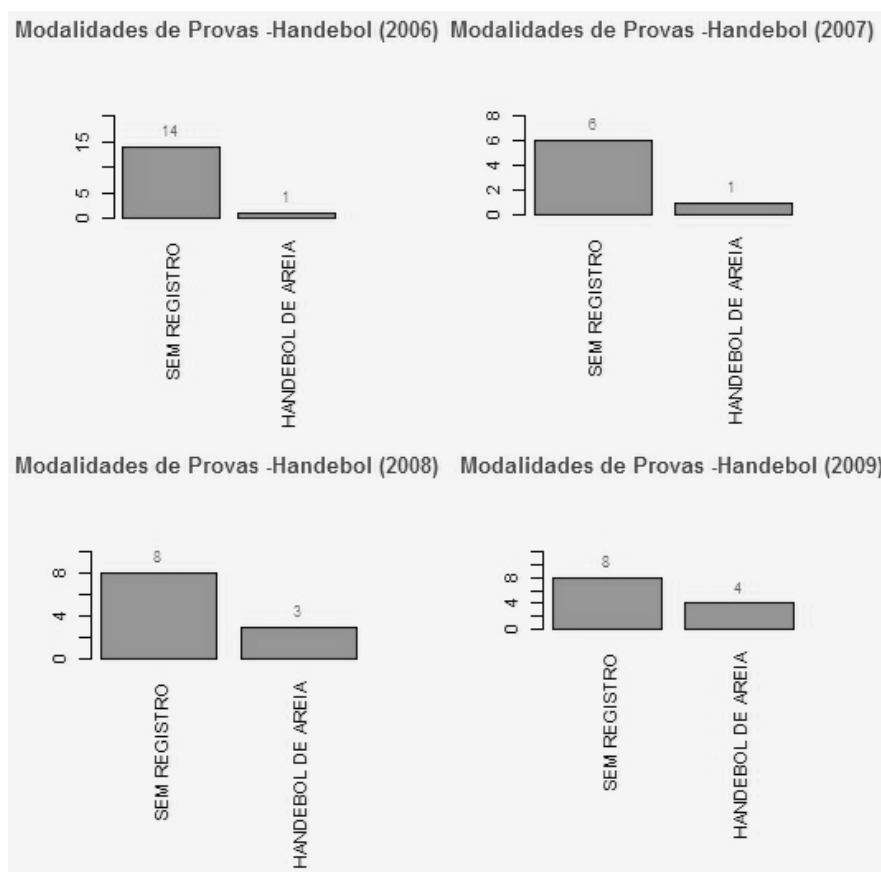
5.1.4 Handebol

Esta modalidade possui apenas uma prova nos Jogos Olímpicos, o handebol de quadra. Mas sua Confederação coordena também a realização de campeonatos do handebol de areia, que esta reconhece como modalidade não-olímpica.

O gráfico a seguir apresenta estas modalidades divididas por ano. Estes dados sem registro provavelmente sejam referentes ao handebol de quadra, já que este é conhecido no país somente como handebol, somente informado o handebol de areia que seria a outra modalidade:

GRÁFICO 14: MODALIDADES DE PROVAS HANDEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

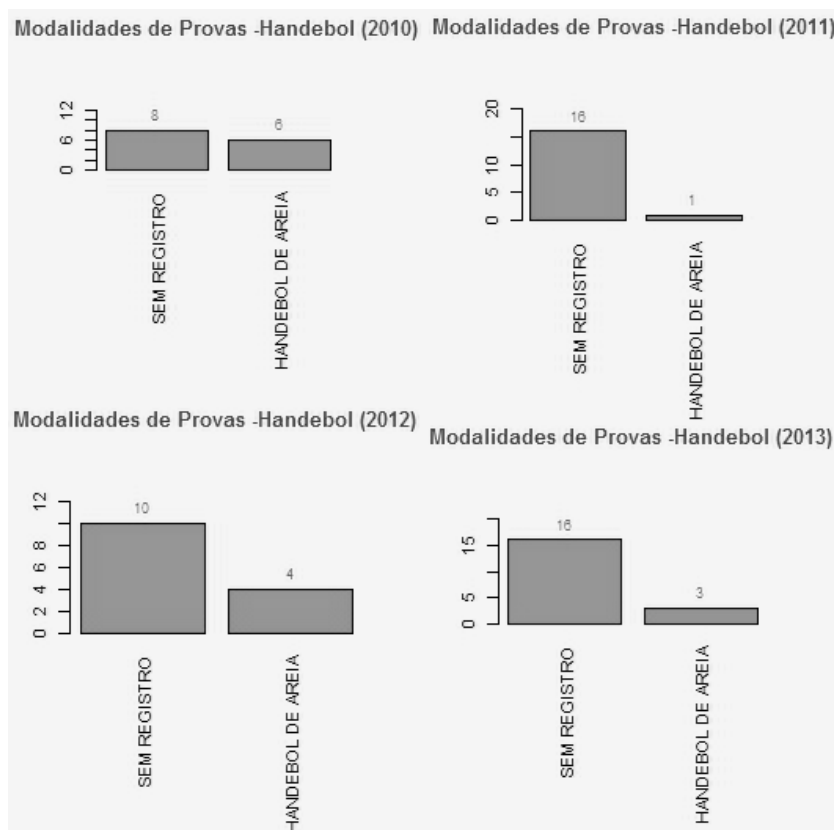
⁶⁸ Calendário Esportivo da CBH. Disponível em: http://www.cbh.org.br/index.php/calendarios_eventos/year.listevents/2013/1/16/-html



O handebol de areia é contemplado em todos os anos, no entanto, a lei não restringia esta modalidade de ser contemplada pelo programa.

O próximo gráfico apresenta as modalidades indicadas pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb):

GRÁFICO 15: MODALIDADES DE PROVAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

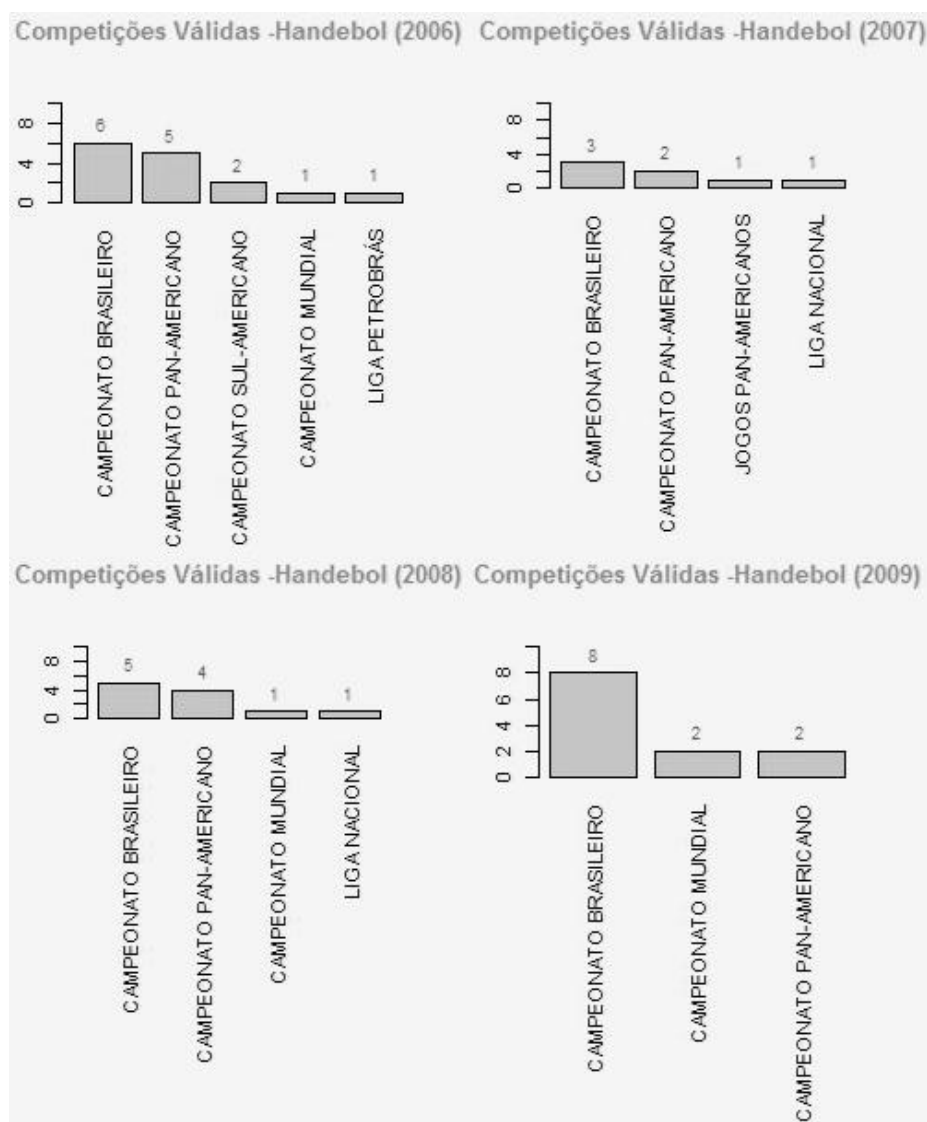


Observa-se que a CBHb, continuou mantendo a indicação das duas modalidades por ela gerenciada. Esta se responsabiliza por indicar as competições do handebol de areia reconhecendo-o como uma modalidade não-olímpica⁶⁹. A CBHb classifica a categoria de prova como sendo por equipe. Neste sentido, esta modalidade deveria concorrer ao pleito junto com as modalidades não-olímpicas, seleção realizada após a divulgação da concessão de bolsas para os esportes olímpicos e paralímpicos.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos base para concessão das bolsas:

GRÁFICO 16: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

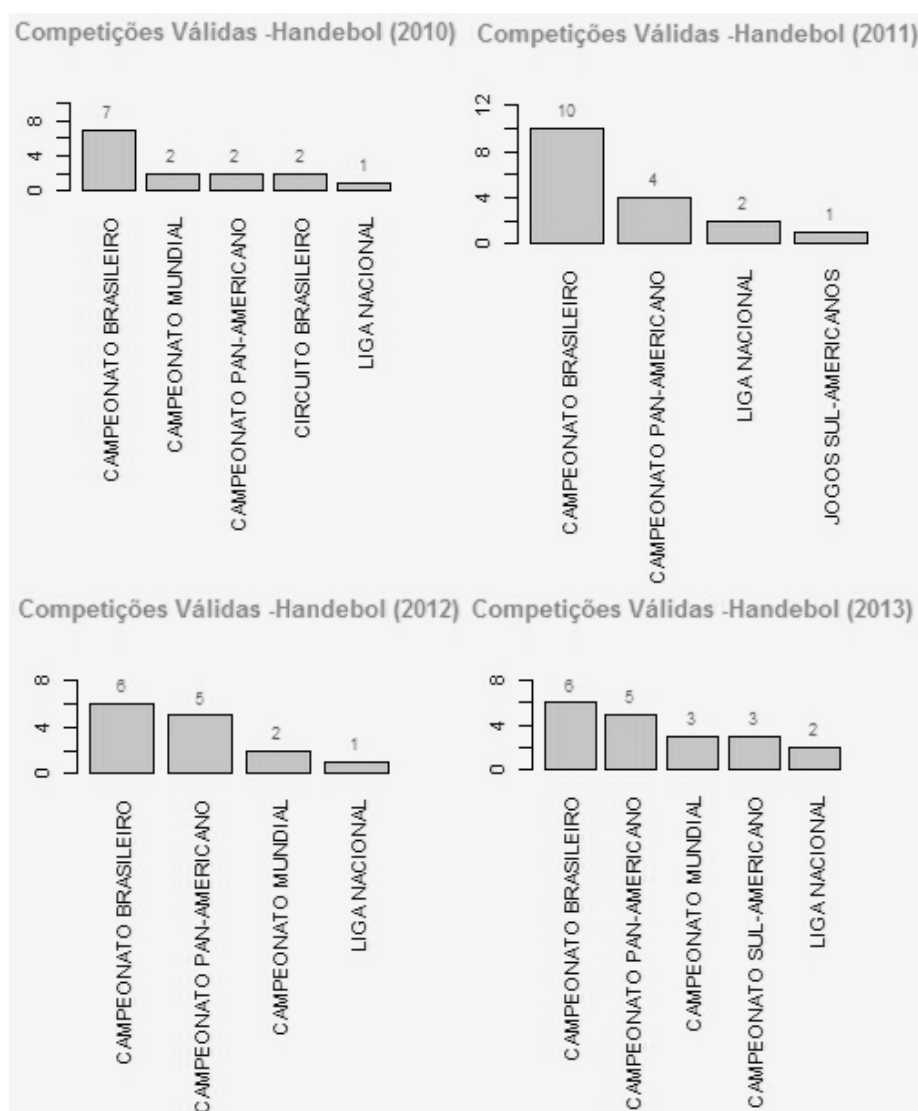
⁶⁹ Eventos 2013- Bolsa-Atleta: Esporte não olímpico da CBHb. Disponível em: http://www.brasilhandebol.com.br/Admin/Anexos/001085_Calend%C3%A1rio%20Eventos%202013%20Bolsa%20Atleta%20Handebol%20de%20Areia%20I.pdf



Pode-se dizer, que para esta modalidade as competições válidas eram condizentes com a legislação. O handebol é uma modalidade coletiva, mesmo que não sejam indicados muitos campeonatos, já será suficiente para conseguir atender uma enorme quantidade de atletas, diferentemente das individuais, que só permitem 3 atletas por modalidade.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos escolhidos pela CBHb:

GRÁFICO 17: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO HANDEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Assim como foi questionado, porque os Jogos Pan-americanos foram contemplados como critérios em 2007, mas não em 2011?

Observa-se que a Liga Nacional foi elencada para todos os anos, junto com o Campeonato brasileiro, sendo considerados dois eventos máximos da temporada nacional, quando a normativa publicada esclarece que deve ser somente um.

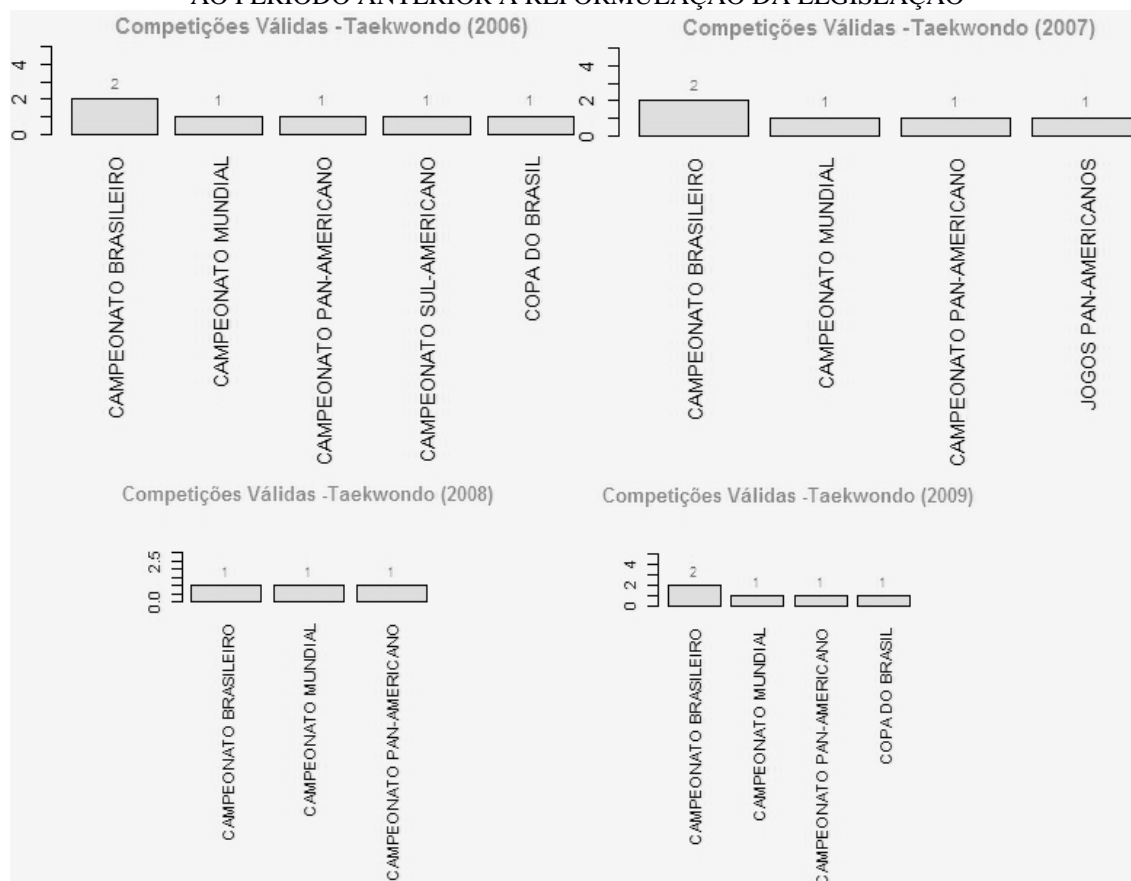
O Handebol é uma modalidade que sempre conseguiu tem certo sucesso dentro do programa, segundo estudo realizado por Corrêa et al. (2014), estava em quarta posição no ranking das modalidades olímpicas de verão que possuíam mais bolsistas desde 2005-2011, elaborado pelos autores.

Como visto, a CBHb não se manteve atrelada aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte. Ela cumpre a responsabilidade de indicar os campeonatos, conforme exige a lei, mas, não cumpre exatamente a portaria publicada pelo Ministério.

5.1.5 Tae-kwon-do

O Tae-kwon-do é uma única modalidade que se subdivide por categorias de peso e ela compõe os Jogos Olímpicos de Verão. Como este esporte não preenche a subcategoria de estilos de provas, não será realizada nenhuma análise das provas indicadas pela Confederação Brasileira de Tae-kwon-do (CBTKD), mas, o gráfico a seguir apresenta os campeonatos válidos para concessão de bolsa:

GRÁFICO 18: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TAE-KWON-DO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO



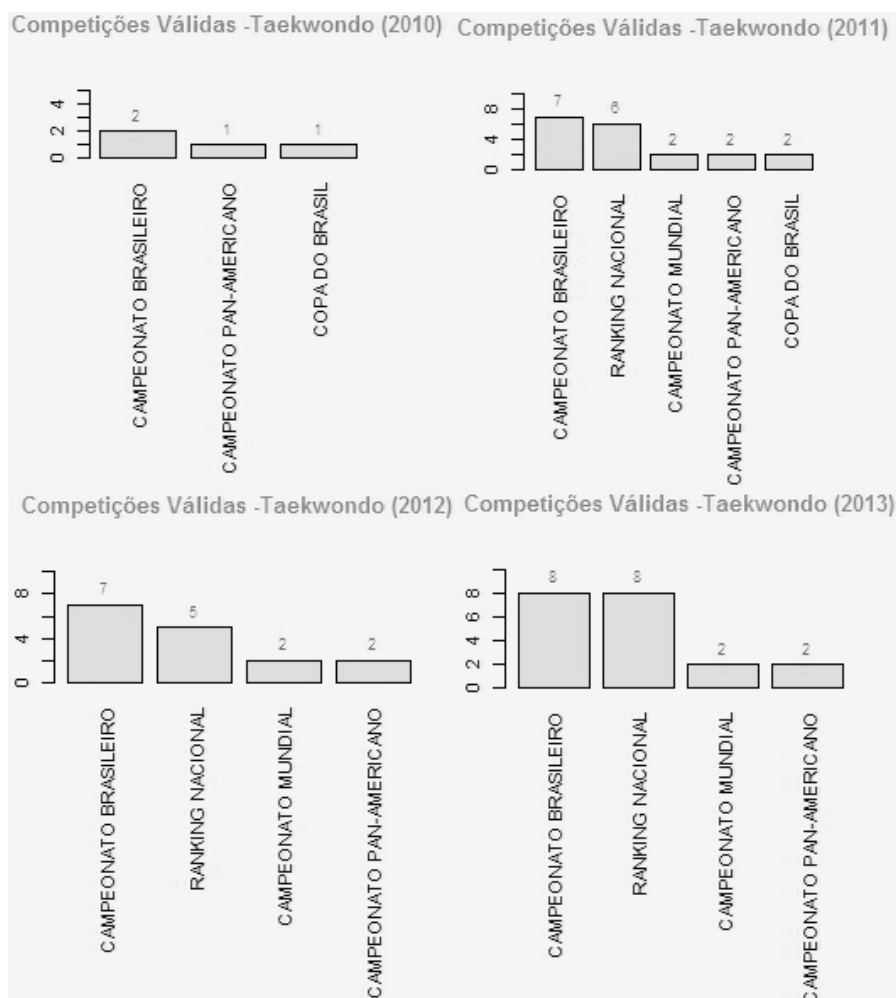
Pela primeira vez, foi escolhido um campeonato mundial junto com os Jogos Pan-americanos. Este gráfico também parece cumprir a legislação, evento máximo nacional é a única exceção, pois, encontram-se dois no gráfico de 2006 e de 2009.

Esta também é a primeira modalidade que nos primeiros anos apresentava competições de níveis mais elevados como critérios em todos os anos (leia-se campeonatos mundiais, pan-americanos), não encontrados com frequência nos mesmos anos das

modalidades anteriormente analisadas.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos válidos escolhidos pela CBTKD:

GRÁFICO 19: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TAE-KWON-DO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Esta Confederação também acolhe alguns critérios do Ministério. Passou a indicar o ranking nacional da modalidade, provavelmente por faixas etárias e sexo, não por provas, já que esta não possui.

Junto com a CBHb, estas são as únicas Confederações dentre as analisadas que mantiveram certa regularidade na indicação de campeonatos mundiais como critério válido para concessão de bolsa.

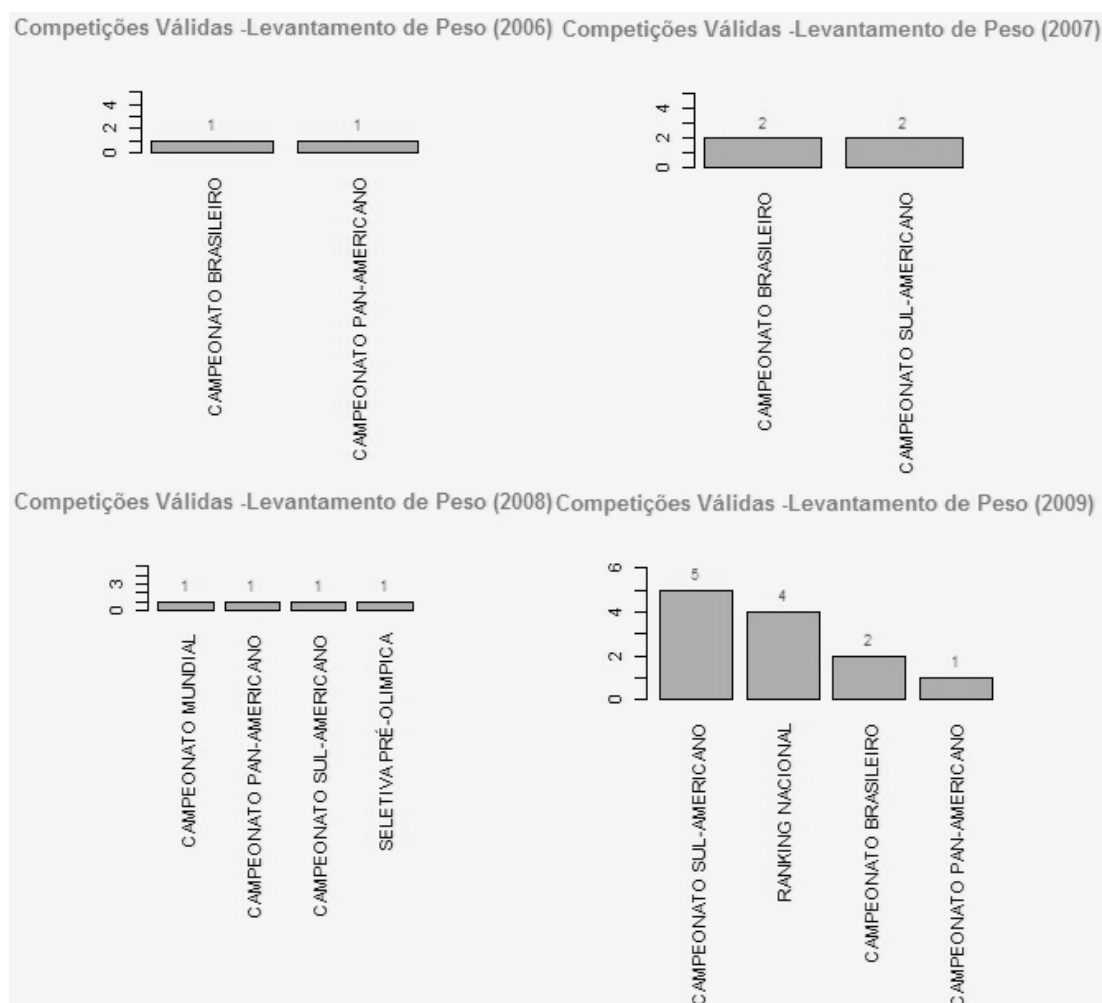
Esta Confederação pode indicar os campeonatos por faixas etárias de acordo com as subcategorias estabelecidas e por sexo, desta forma conseguem indicar uma maior quantidade de competições.

Pode-se dizer que esta foi a primeira Confederação analisada que aderiu os critérios fixados, exceto pelos anos de 2010 e 2011, com a indicação de dois campeonatos máximos para a categoria de bolsa Nacional.

5.1.6 Levantamento De Peso

O Levantamento de Peso é uma modalidade que se subdivide em categorias de peso, e este compõe os Jogos Olímpicos de Verão. Como também não possui modalidades de prova, o gráfico a seguir apresenta os campeonatos válidos para concessão de benefícios pelo programa:

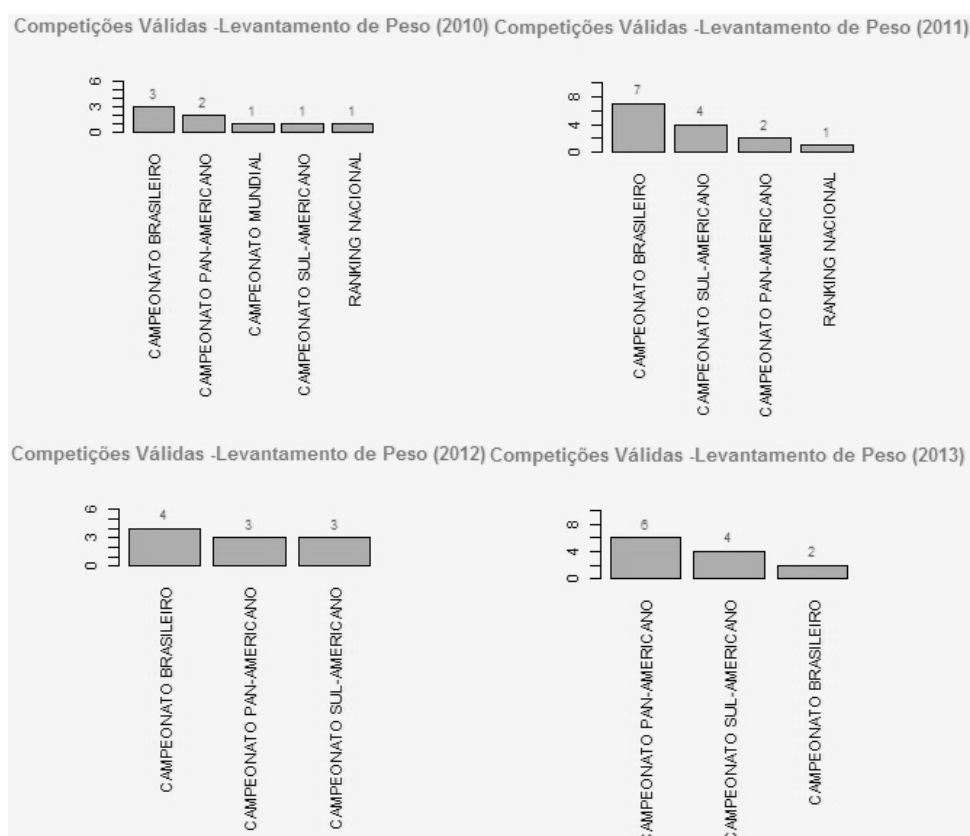
GRÁFICO 20: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE LEVANTAMENTO DE PESO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Esta modalidade foi crescendo em competições ao longo do programa. É também a primeira que não considerou os Jogos Pan-americanos de 2007, como as anteriores havia fazendo. Infelizmente, não se sabe quais eram os critérios que o ME utilizava para indicar as competições válidas para cada modalidade, percebe-se que de início não havia critérios fixos e que estes foram se moldando ao longo dos anos e das experiências que este órgão foi obtendo ao reger o programa. Já que não existe um padrão quando analisamos todos os gráficos elaborados e apresentados no ano de 2006 a 2009, período em que esta tarefa pertencia exclusivamente ao Ministério.

Foram previstos pelo Calendário Esportivo Nacional a realização de 5 campeonatos em 2007, infelizmente, há um problema no site da Confederação Brasileira de Levantamento de Peso (CBLP) e não foi possível comparar com os eventos previstos pela entidade. Em 2008 foram previstos 6 competições. Mas, sem acesso ao site da confederação torna-se difícil traçar uma comparação, a fim de tentar entender se realmente esta modalidade possui esta mínima quantidade de competições dados pelo Calendário Esportivo Nacional e vistos no gráfico a escassa quantidade de campeonatos indicados. O gráfico a seguir mostra as competições elencadas pela CBLP:

GRÁFICO 21: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO LEVANTAMENTO DE PESO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Pode-se reparar que a partir de quando a CBLP passou a indicar as competições, estas tiveram certo aumento. Ela também cumpriu os requisitos para indicação dos campeonatos, ao menos no ano de 2010, depois não vê-se mais campeonatos mundiais sendo elencados, após 2011, não indicou rankings.

Esta manteve em 2012 e 2013 um cumprimento parcial dos critérios, indicando o campeonato brasileiro, sul-americano e pan-americano. Mas foi a primeira a contemplar os critérios dados na Portaria, ao menos por um ano.

5.1.7 Natação

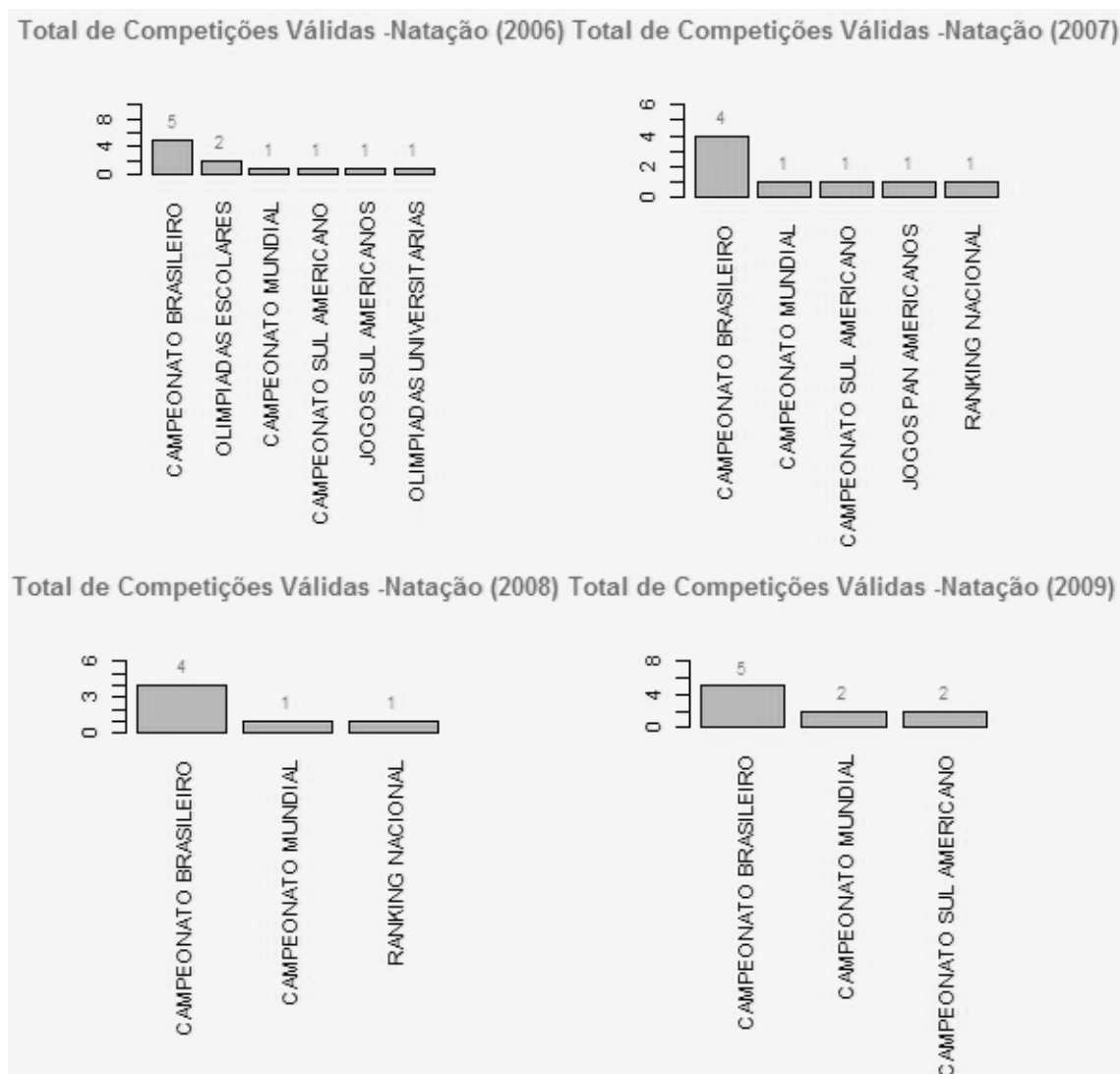
Esta é uma modalidade pertencente à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA). A entidade gerencia outras modalidades olímpicas além da nataçã⁷⁰, como o nado sincronizado, maratona aquática, polo aquático e saltos ornamentais, contudo, selecionou-se apenas a primeira.

A natação possui diversas modalidades de provas, mas, os campeonatos elencados fornecidos pelo ME não os separava, possivelmente estas competições englobavam todas as provas existentes.

O gráfico a seguir apresenta as competições selecionadas como válidas para concessão do benefício:

GRÁFICO 22: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE NATAÇÃO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

⁷⁰ A natação nos Jogos Olímpicos de Verão é uma modalidade composta pelas seguintes provas para a categoria feminina: 100 metros nado costas, 100 metros nado peito, 100 metros nado borboleta, 100 metros estilo livre, 200 metros nado costas, 200 metros nado peito, 200 metros nado borboleta, 200 metros estilo livre, 200 metros individual medley, 400 metros estilo livre, 400 metros individual medley, 4 x 100 metros revezamento estilo livre, 4 x 100 revezamento medley, 4 x 200 revezamento estilo livre, 50 metros estilo livre, 800 metros estilo livre e 10 quilômetros de maratona. Para a categoria masculina as provas são: 100 metros nado costas, 100 metros nado peito, 100 metros nado borboleta, 100 metros estilo livre, 200 metros nado costas, 200 metros nado peito, 200 metros nado borboleta, 200 metros estilo livre, 200 metros individual medley, 400 metros estilo livre, 400 metros individual medley, 4 x 100 metros revezamento estilo livre, 4 x 100 revezamento medley, 4 x 200 revezamento estilo livre, 50 metros estilo livre, 1500 metros estilo livre e 10 quilômetros de maratona.



É no mínimo estranho que as Olimpíadas Escolares⁷¹ e Universitárias⁷² compuseram o rol de competições válidas para a modalidade analisada e o handebol e ciclismo não.

A natação é outra modalidade que também considerou os Jogos Pan-americanos de 2007. Pode-se reparar que neste gráfico os campeonatos elencados não encontram-se em

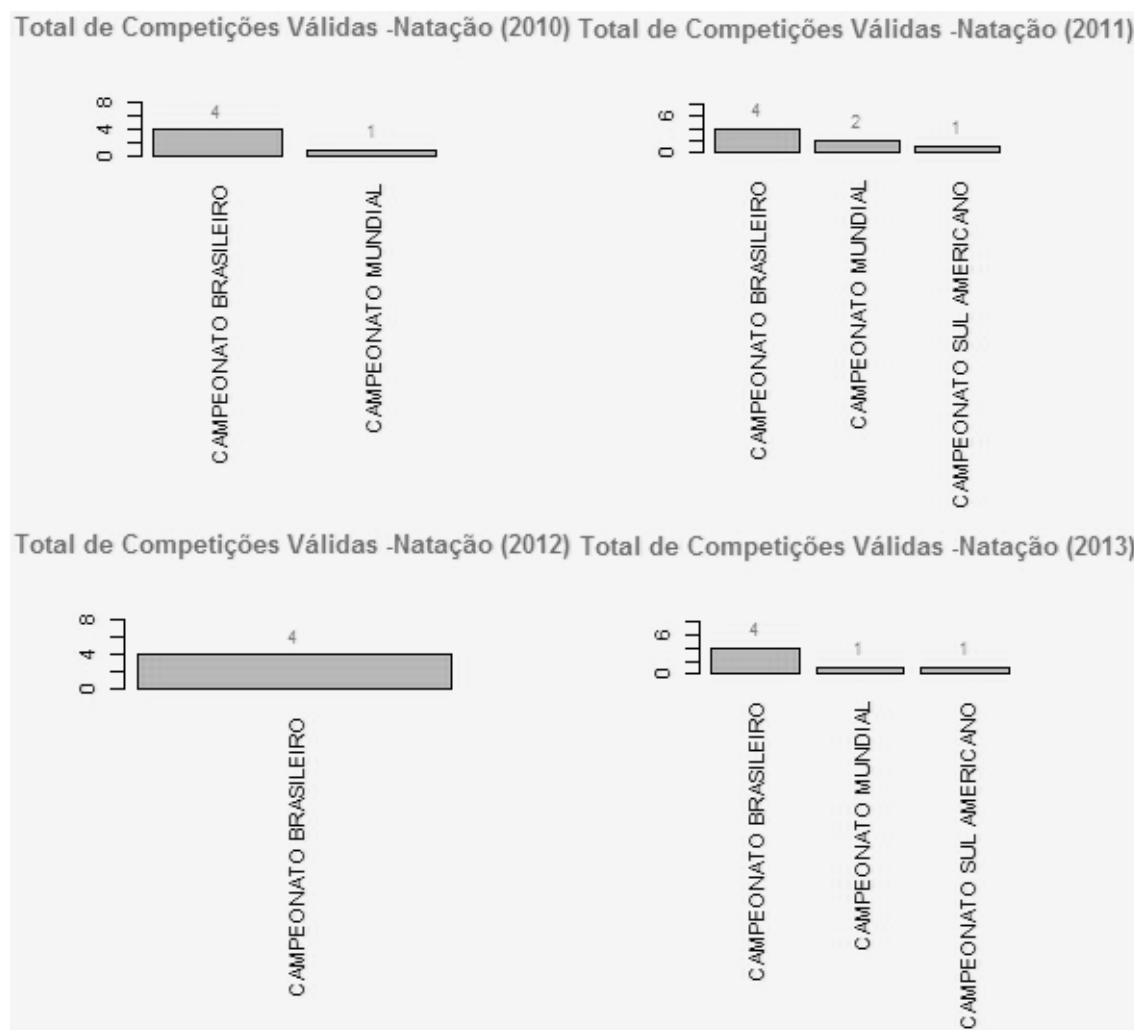
⁷¹ Segundo o Ministério do Esporte, as Olimpíadas Escolares atualmente se configuram com as seguintes modalidades: “O evento é realizado em duas etapas – em cidades diferentes –, com faixas etárias distintas, 12 a 14 e 15 a 17 anos. Atualmente, são disputadas 13 modalidades, sendo 11 comuns às duas etapas (atletismo, judô, natação, tênis de mesa, xadrez, basquetebol, futsal, handebol, vôlei, ciclismo e ginástica rítmica). A etapa de 12 a 14 anos também contempla o badminton e, a de 15 a 17, o tae-kwon-do” Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/jogos-escolares-brasileiros/olimpiadas-escolares-2>

⁷² Já as Olimpíadas Universitárias, atualmente designados como Jogos Universitários Brasileiros, são compostos por 13 modalidades. As individuais são: atletismo, badminton, judô, natação, tênis, tênis de mesa, vôlei de praia e xadrez, todas nos gêneros feminino e masculino e a ginástica rítmica (GR) apenas no gênero feminino. As modalidades coletivas são: basquetebol, futsal, handebol e voleibol, todas nos gêneros femininos e masculinos. Disponível em: <http://www.cbdu.org.br/cbdu/userfiles/file/RG%20JUBs%202015%20%281%29.pdf>

crescimento, ao contrário, os eventos foram sendo reduzidos ao longo dos anos.

O próximo gráfico compara as competições elencadas pela CBDA:

GRÁFICO 23: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE NATAÇÃO ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Este é o gráfico mais preocupante, pois percebe-se que a partir do momento que a Confederação passou a ser responsável pela indicação dos campeonatos, estes sofreram uma redução, contrariando o padrão observado até o presente momento, onde conforme foram passando os anos, o programa foi crescendo e concedendo mais bolsas, conforme mostra a autora Corrêa, (2013, p.81):

TABELA 3: TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA-ATLETA.

Ano	Total de Bolsas Esporte Olímpico	Total de Bolsas Ministério do Esporte
2005	493	975
2006	379	854
2007	948	1075
2008	1374	3313
2009	724	2958
2010	2067	3614
2011	3164	4998

Tabela 39: Comparação entre a amostra da pesquisa e o total de bolsas concedidas pelo ME.

FONTE: CORRÊA, (2013)

Não se pode explicar porque a modalidade de natação possui indicação de tão poucos eventos esportivos, nem porque a partir do momento que esta responsabilidade passou para a CBDA, o quadro de eventos reduziu mais ainda, ao invés de aumentar, conforme vinha sendo notado em todas as outras modalidades analisadas.

Mas, devido a grande quantidade de provas que a natação possui, esta acaba premiando muitos atletas em apenas um campeonato, que por sua vez, atendendo os critérios estabelecidos pelo programa podem concorrer ao pleito.

Este cenário pode explicar porque a natação ficou em quinto lugar no ranking de modalidades que mais obtiveram bolsistas contemplados no programa apresentado por Corrêa, et.al (2014), ficando atrás do handebol e canoagem.

Infelizmente, os dados fornecidos pela autora limitam-se ao ano de 2011, não sendo possível analisar quantos bolsistas no ano de 2012 puderam se inscrever na categoria Nacional e serem contemplados, já que foi considerado apenas um evento, e justamente para concessão de bolsas nacionais.

Destaca-se também que a ausência de campeonatos válidos para a categoria internacional, prejudica os atletas por não conseguirem se inscrever junto ao programa. A não indicação além de contraproducente ainda descumpra a norma jurídica estabelecida.

Pode-se reparar que esta foi a primeira modalidade em que a Confederação não demonstrou acatar os critérios estabelecidos pelo ME.

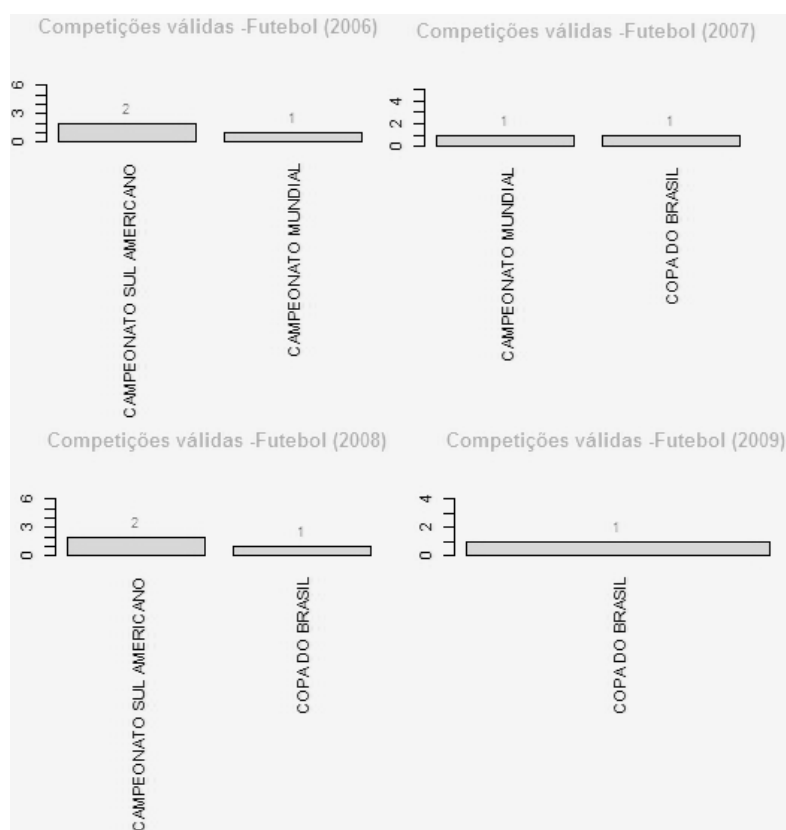
5.1.8 Futebol

O futebol é uma modalidade gerenciada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) junto com o beach soccer. O futebol masculino no Brasil possui uma história própria e diferenciada das demais modalidades olímpicas do país, onde, a maioria de seus atletas quando contratados pelos clubes acabam recebendo salários astronômicos, não precisando do benefício concedido pelo programa.

Contudo, a modalidade de futebol feminino e o beach soccer não se encaixam no mesmo cenário, precisando de subvenções e incentivo, dada a razão do porque o programa Bolsa-Atleta possui atletas do futebol dentro do programa.

O gráfico a seguir apresenta as competições válidas para concessão do benefício:

GRÁFICO 24: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE FUTEBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Observa-se que esta modalidade não possui muitos campeonatos válidos dentro do programa. Reduzindo a quantidade de campeonatos ao longo dos anos.

No ano de 2009 foi indicado apenas um evento para os atletas pleitearem o subsídio

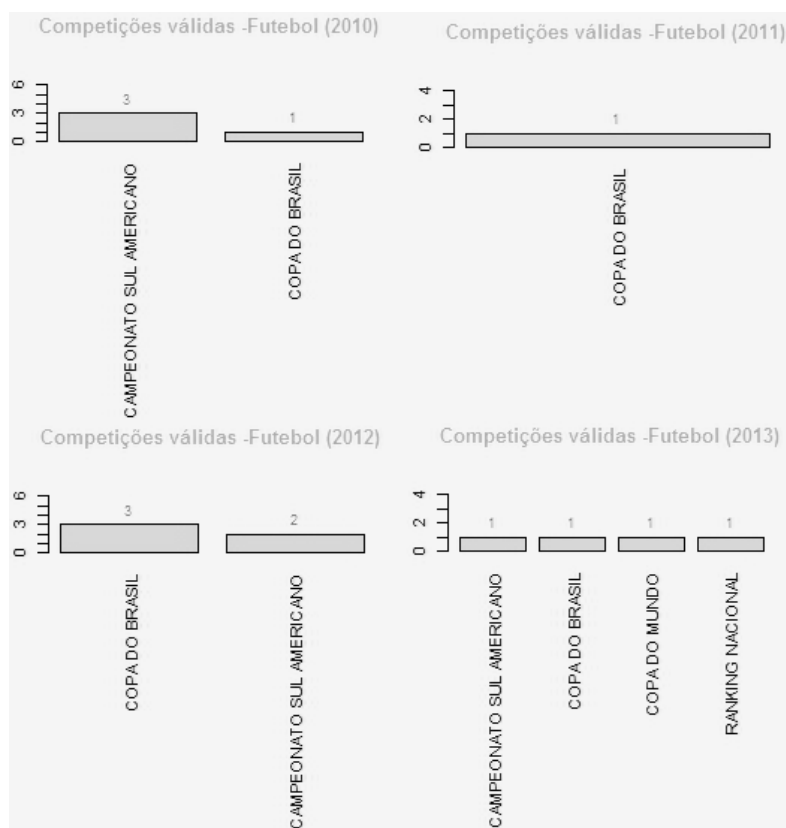
somente na categoria de bolsa Nacional, (comportamento, este já visto anteriormente) quando cruzados estes dados com os apresentados por Corrêa (2013, p.59) a autora mostra que no ano de 2009 15% dos atletas de futebol de campo receberam bolsa Internacional. Esta porcentagem de atletas entrou por cotas no programa? Por qual competição se inscreveram?

O programa é baseado em um sistema meritocrático de concessão de bolsas, se o atleta possui resultado esportivo na competição elencada como válida pode pleitear por subsídio, no entanto, se não houver uma competição estabelecida para a qual este pode se inscrever, como ele pode conseguir entrar no programa?

Pelo visto, este é mais um dado que demonstra a falta de fiscalização do órgão da administração pública quanto ao cumprimento dos critérios estabelecidos para o desenvolvimento do programa.

O gráfico a seguir apresenta as competições válidas quando a CBF passou a indicá-las:

GRÁFICO 25: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE FUTEBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Percebe-se que houve mais um ano que foi indicado apenas um evento, que contempla apenas uma categoria de bolsa. Ao se comparar com análise realizada por Corrêa

(2013, p.68) no ano de 2011 foram contemplados 30,49% dos atletas de futebol de campo na categoria de bolsa Internacional.

É peculiar também a indicação de um ranking nacional, uma vez que esta é uma modalidade coletiva, e não possui ranking de atletas característico das modalidades individuais. O ranking indicado refere-se ao ranking de clubes, elaborado pela CBF.

Esta indicação não pode ser considerada válida pela entidade responsável por conferir as indicações feitas pelas Confederações. Novamente, observa-se que o Ministério do Esporte, não vem exercendo um papel fiscalizador frente as deliberações tomadas por estas entidades.

Pode-se observar que esta foi a Confederação analisada que mais apresentou contradições em seus dados. Com relação às modalidades contempladas nestas indicações, o beach soccer apareceu dentre os campeonatos analisados, configurando-se em mais uma Confederação que indicou modalidades não-olímpicas conjuntamente com os campeonatos válidos para as modalidades olímpicas.

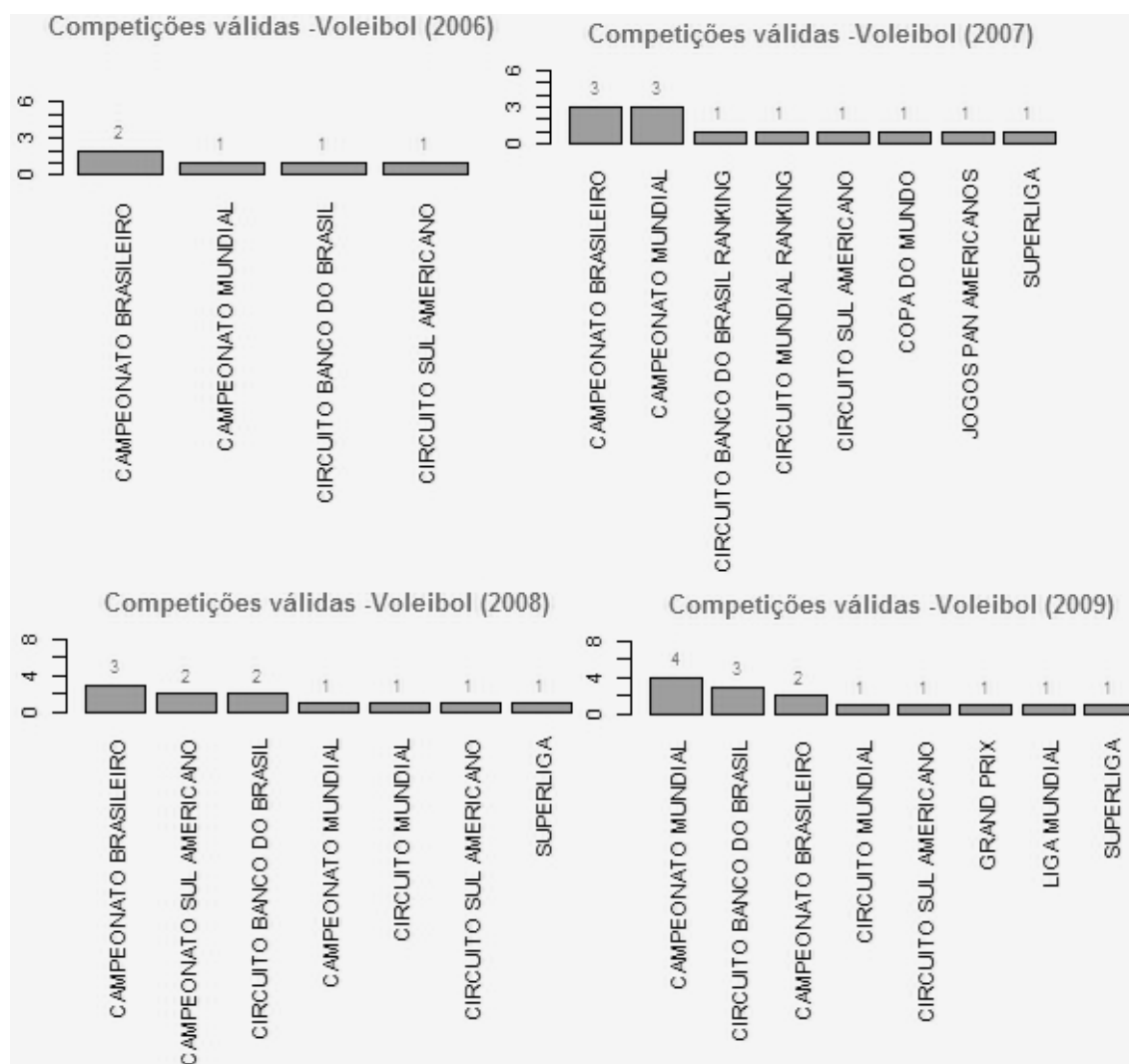
5.1.9 Voleibol

O Voleibol é composto por duas modalidades: o voleibol de quadra e o vôlei de praia, ambos participam dos Jogos Olímpicos de verão e são gerenciados pela CBV.

Estas modalidades não possuíam em estudo realizado por Corrêa, et. al. (2014) muitos bolsistas no programa, sendo classificados em 31º e 33º respectivamente, no ranking, no entanto, o estudo citado não foi capaz de acompanhar esta modalidade após a modificação da legislação, a fim de observar se após esta mudança a modalidade foi capaz de crescer no programa.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos válidos entre os anos de 2006-2009:

GRÁFICO 26: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE VOLEIBOL ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Ao se contrastar com sua posição no ranking é realmente estranho haver poucos atletas contemplados nestas modalidades, já que há uma grande quantidade de competições elencadas, nas quais, os atletas poderiam se inscrever.

Também merece destaque a qualidade destes campeonatos, esta é a primeira modalidade que inclui os eventos nacionais e internacionais mais importantes do calendário esportivo, leia-se a Superliga, o Grand Prix, a Copa do Mundo e o Circuito Banco do Brasil.

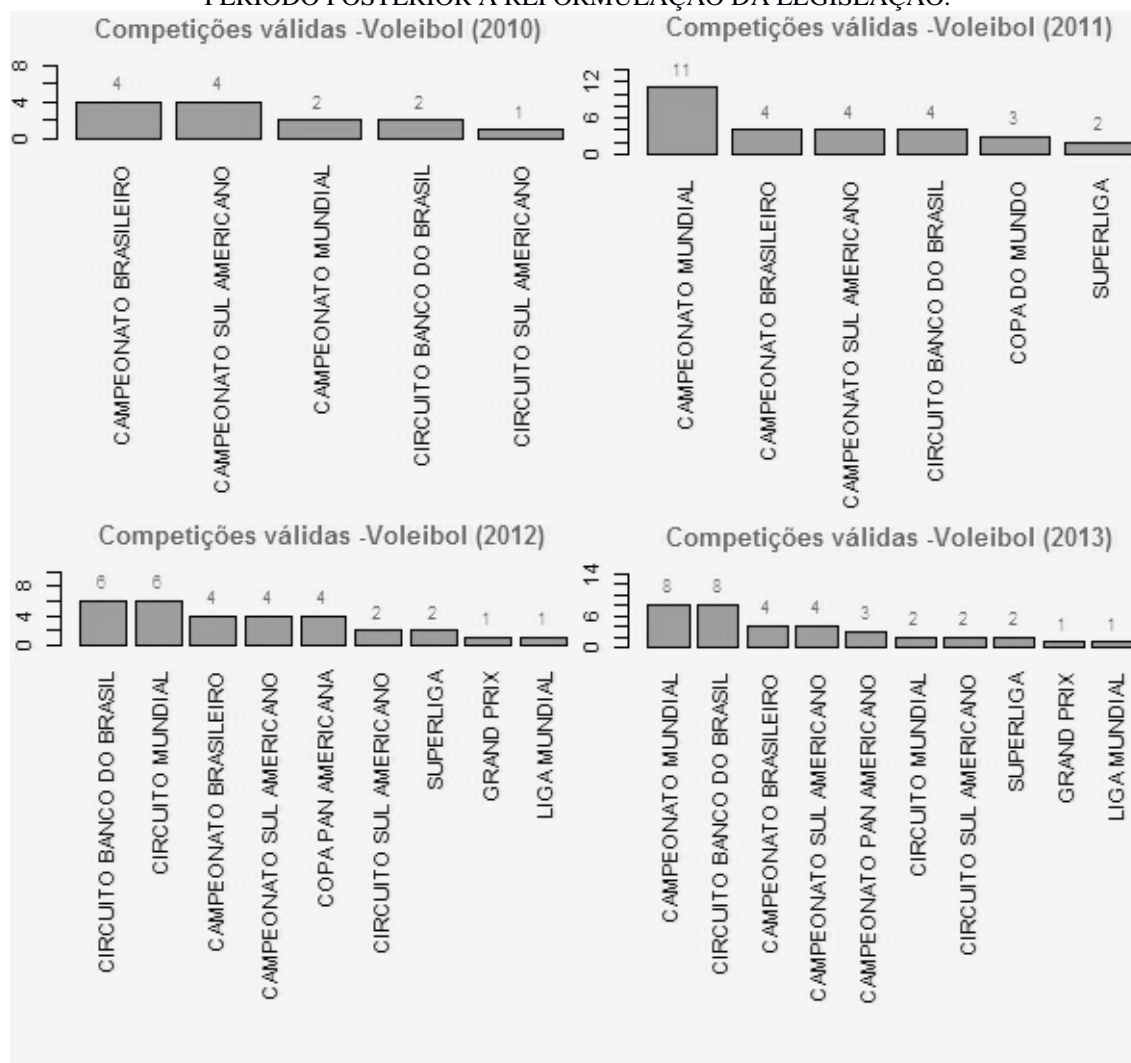
Apesar desta modalidade ser coletiva, o vôlei de praia faz uma distribuição dos resultados esportivos das duplas participantes por ranking⁷³ em alguns campeonatos, que classificam-nas para representar a seleção brasileira em campeonatos internacionais, portanto, diferentemente do ranking anteriormente analisado, este pode beneficiar as duplas de atletas

⁷³ Para maiores informações ver site da CBV sobre ranking da Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Disponível em: <http://www.cbv.com.br/v1/selecao/ranking.asp>

com maior pontuação nele.

O próximo gráfico apresenta as competições válidas indicadas pela CBV:

GRÁFICO 27: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DE VOLEIBOL ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Pode-se notar que a CBV manteve as indicações de competições conforme estavam sendo estabelecidas anteriormente. Também, percebe-se que houve um crescimento na indicação de competições, provavelmente, subdivididas por categorias etárias e por sexo, em consistência com a expansão do programa.

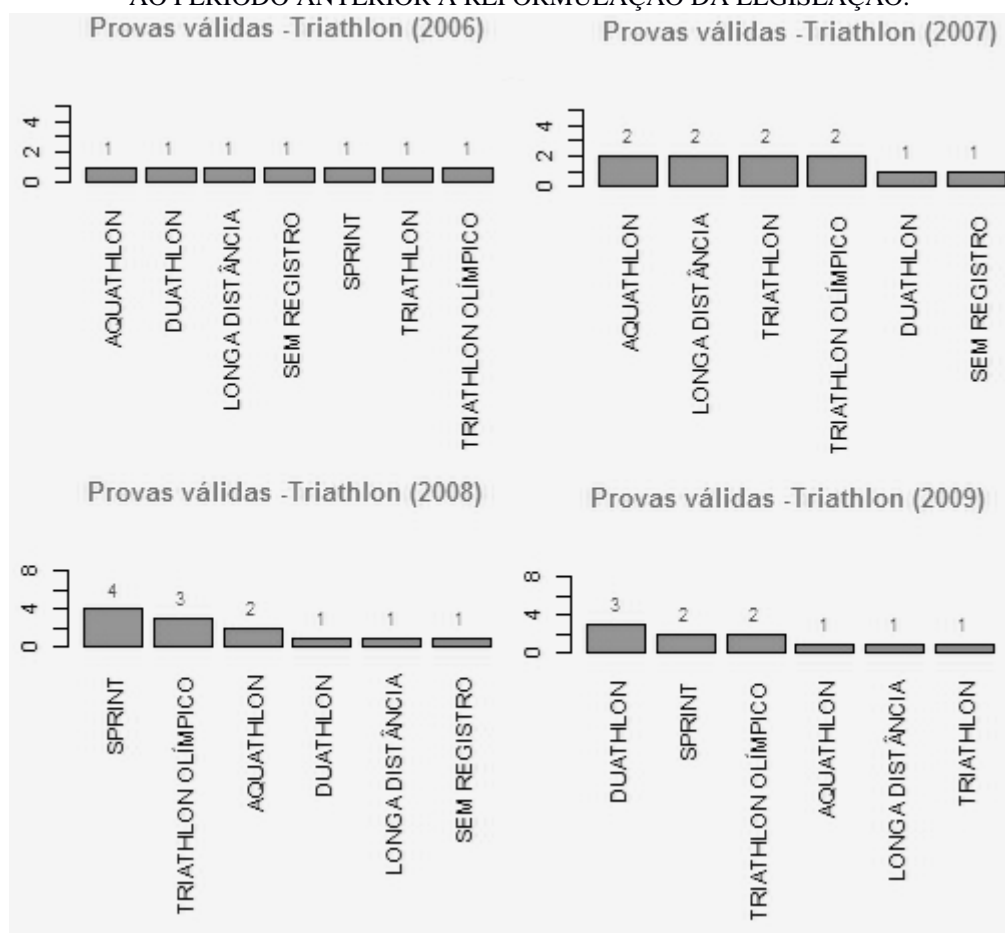
Esta é a primeira Confederação analisada que não só cumpriu com os critérios estabelecidos pela normativa, como foi além, ao indicar as competições mais relevantes para o desenvolvimento do esporte nacional.

5.1.10 Triátlon

O Triátlon é uma modalidade que possui apenas uma modalidade de prova pertencente aos Jogos Olímpicos de Verão, no caso, conhecido como triátlon olímpico, outras provas como aquathlon, duathlon, sprint e longa- distância. Este esporte é gerenciado pela Confederação Brasileira de Triátlon (CBTri).

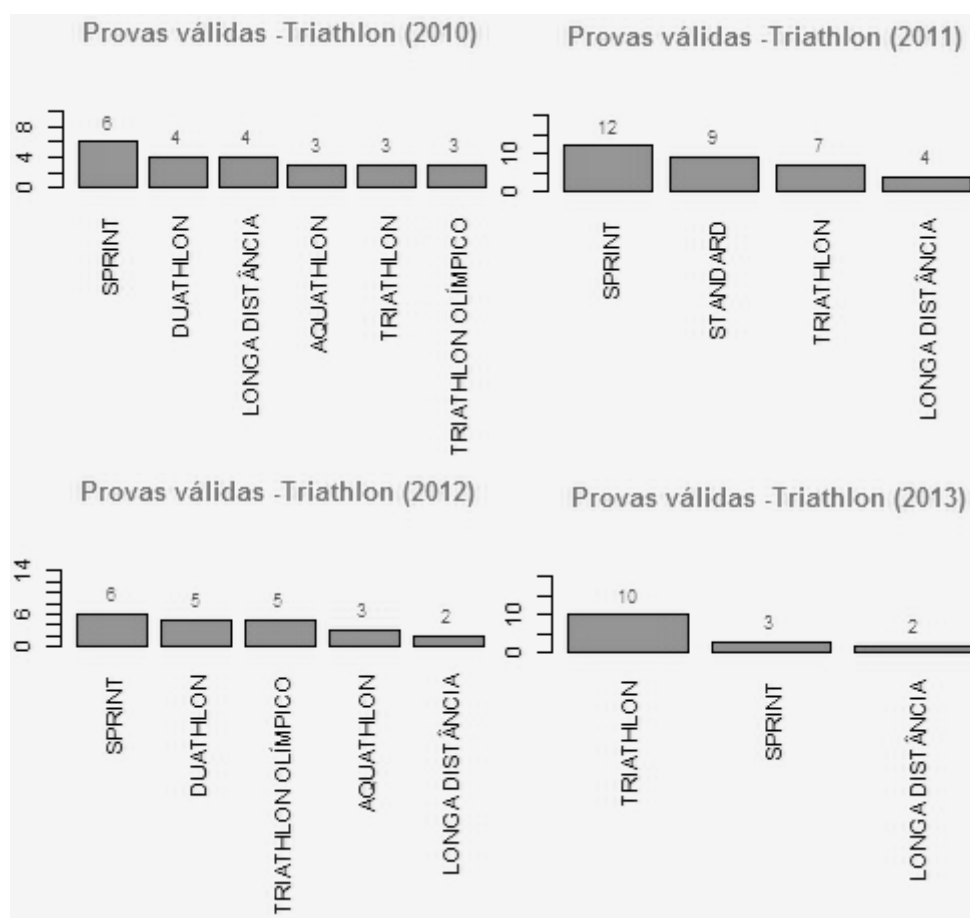
O gráfico a seguir apresenta as modalidades de provas contempladas pelo programa:

GRÁFICO 28: MODALIDADES DE PROVAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Pode-se notar que todas as modalidades de provas foram elencadas, mas, como a legislação em sua antiga redação não separava modalidades olímpicas de não-olímpicas, não havia desrespeito aos preceitos estabelecidos no programa. As quantidades de provas indicadas foram aumentando ao longo dos anos. O gráfico a seguir apresenta as provas elencadas pela CBTri:

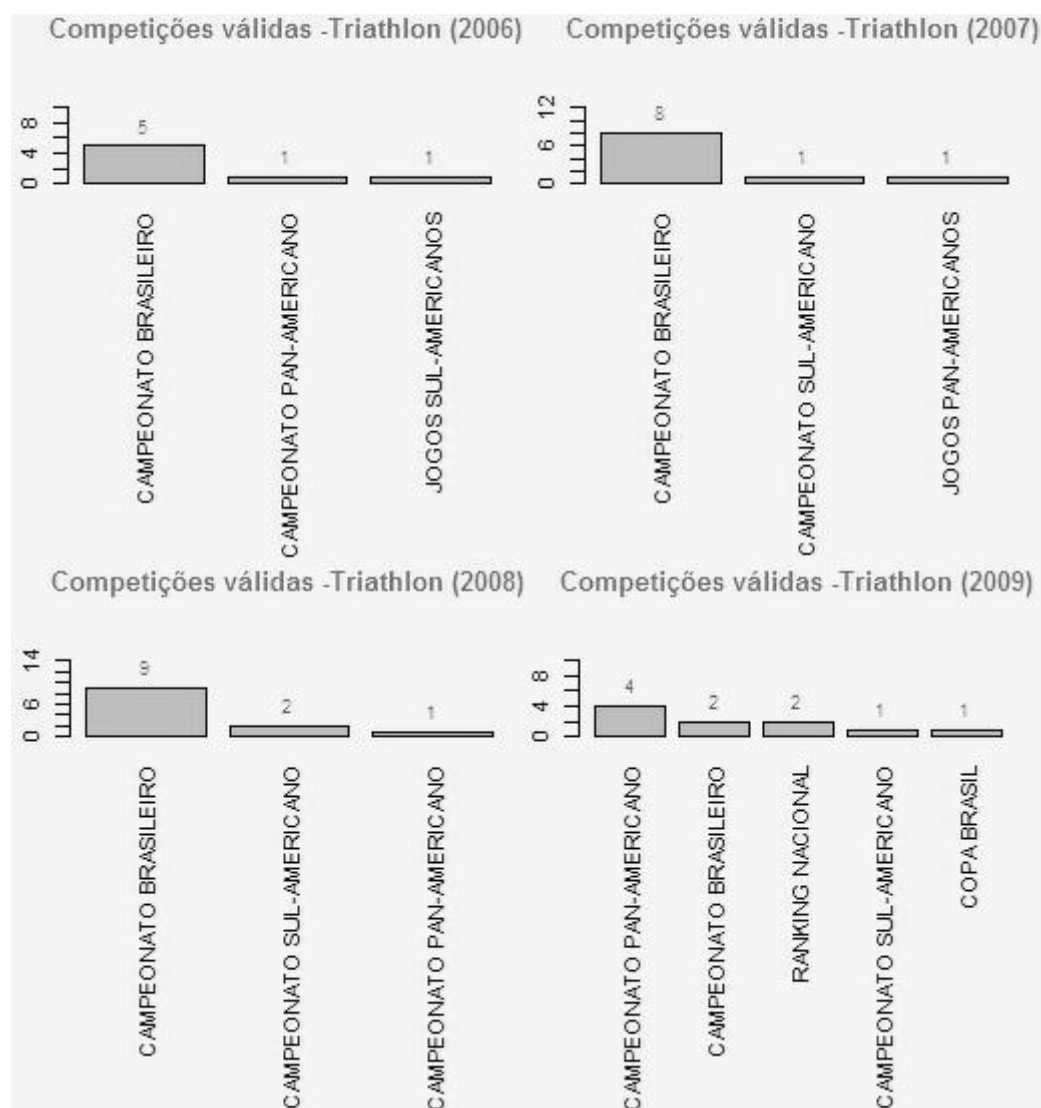
GRÁFICO 29: MODALIDADES DE PROVAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Percebe-se que continua muito próximo sua configuração, sendo mantidas as provas que não pertencem aos Jogos Olímpicos, inclusive não havendo indicações da modalidade triatlón olímpico nos anos de 2011 e 2013. Não se pode inferir as causas que levaram a CBTri a não indicar competições para sua principal modalidade de prova.

O gráfico a seguir apresenta os campeonatos que foram utilizados para concessão do benefício:

GRÁFICO 30: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TRIÁTLO ANO A ANO (2006-2009) REFERENTES AO PERÍODO ANTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

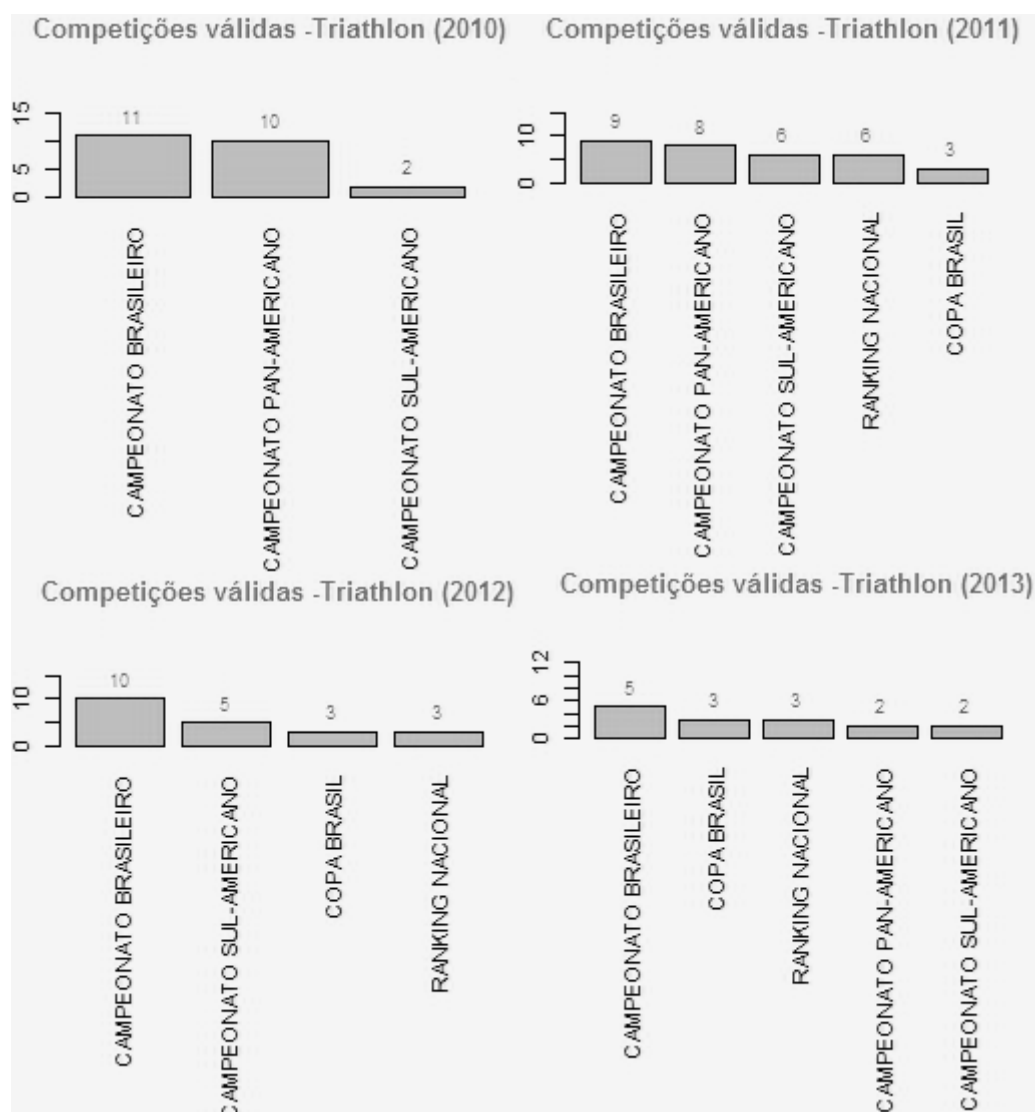


Nota-se que são relevadas as mesmas competições estabelecidas pela legislação, em quase todos os anos.

Esta é uma modalidade que se encontrou em 30º no ranking elaborado por Corrêa, et. al. (2014), não havendo muitos bolsistas ao longo do ano, configuração muito próxima da modalidade analisada anteriormente.

O gráfico a seguir apresenta as competições indicadas pela CBTri:

GRÁFICO 31: COMPETIÇÕES VÁLIDAS DO TRIÁTLON ANO A ANO (2010-2013) REFERENTES AO PERÍODO POSTERIOR À REFORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.



Percebe-se que não foi muito diferente a mudança na indicação de campeonatos pela CBTri. Esta apenas optou por não indicar nenhum campeonato mundial, dentre os critérios fixados em normativa.

Também foram indicados dois campeonatos máximos para as categorias nacionais de bolsa, quando era necessária apenas a indicação de um evento.

No que se pode dizer sobre esta Confederação, mesmo indicando uma grande quantidade de modalidades de provas, ou campeonatos por categoria etária e sexo, existe alguma razão para a qual ela não consegue ter muitos atletas beneficiados pelo programa, que este estudo não é capaz de inferir, mas, com certeza pode confirmar que não é a falta de indicação de campeonatos.

Conforme observado, esta entidade também não acata plenamente os critérios publicados pela Portaria.

5.2 DISCUSSÃO

Ao se observar estes dados, pode-se afirmar que as Confederações estão acatando sumariamente as normativas e exercendo seu papel dentro da configuração estabelecida.

No entanto, o que se pode indicar como uma possível influência destas entidades sobre o programa concerne ao seguinte caso: a Legislação ao não elucidar os critérios que poderiam ser adotados pelo ME, permitiu que este os elaborasse individualmente. O órgão esclareceu em sua Portaria que os campeonatos máximos válidos para concessão da bolsa poderiam ser classificados em três novas subcategorias: de prova, de idade e por sexo.

Contudo, ao não ser delimitado por esta normativa nenhum critério sobre os tipos de modalidades de provas válidas, houve a permissibilidade para que as confederações pudessem indicar diversas competições com modalidades de provas que estas gerenciam, mas que não compõem os Jogos Olímpicos/Paralímpicos, como observado nos dados analisados.

Se voltarmos à letra da Lei, a nova redação da Legislação 12.395 de 16 de Março de 2011 afirma que:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, **destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas**, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei.

§ 3º A Bolsa-Atleta **será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paraolímpicas** filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro -COB ou ao Comitê Paraolímpico Brasileiro -CPB e, subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico. (grifos meus)

Neste sentido, a indicação das competições válidas para o programa deveria ser voltada à modalidade e as provas de participação olímpica/paralímpica. Esta priorização deve-se provavelmente pela realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, como aponta Corrêa, et al. (2014) e a meta traçada pelo governo de projetar o país entre os dez melhores no quadro de medalhas.

Em quase todas as modalidades analisadas, percebe-se que foram indicados competições e rankings de provas que nem sequer compõem os Jogos Olímpicos/Paralímpicos como no caso da canoagem, ciclismo, handebol, triátlon e futebol. Esta configuração pode beneficiar os atletas destas modalidades, mas, prejudicam aqueles que participam de pleito separado, pois, pertencem a modalidades não-olímpicas e não-paralímpicas, que já sofrem com a redução do orçamento disponível em 15% e não pode

concorrer a categoria de bolsa Pódio, uma vez, que como visto anteriormente, este benefício destina-se somente aos atletas olímpicos e paralímpicos.

Também, destaca-se a qualidade destes campeonatos, muitas vezes sendo indicados mais de um evento nacional máximo por temporada (aumentando a quantidade de bolsas na categoria Nacional) e competições internacionais de pequeno porte como um sul-americano (para contemplar a categoria de bolsa Internacional), ao invés de elencar campeonatos mundiais, Jogos Pan-americanos e outras competições de nível internacional de grande relevância, que desafiem o desenvolvimento do esporte neste patamar, o voleibol foi o único caso observado que apresentou uma grande quantidade de competições de grande importância para este esporte a nível nacional e internacional.

O fato da Legislação e a Portaria não apresentarem uma congruência de informações e existir um conflito entre ambas, acabou gerando uma nova configuração no programa que atualmente é percebido com a sua expansão.

Se o intuito do programa hoje é subsidiar atletas olímpicos e paralímpicos em um primeiro momento e se a legislação atribuiu a responsabilidade de indicar as competições às Confederações, cabe ao órgão da Administração Pública responsável por fiscalizar estas indicações, não receber aquelas que não condizem com o novo escopo do programa.

Também é função do ME se responsabilizar em corrigir e ser mais claro na sua própria normativa para que a letra da Lei seja acatada da melhor forma.

O que se pode dizer sobre as entidades privadas de administração do desporto, estas não feriram o princípio constitucional da Legalidade, como explica a autora Di Pietro (2014, p.65, grifos meus): “Segundo o princípio da legalidade, *a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite*. No âmbito das *relações entre particulares*, o princípio aplicável é o da **autonomia da vontade**, *que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe*.”. Ou seja, se a Legislação não proíbe estas entidades privadas de indicarem competições de pequeno porte e facilidade de seus atletas atingirem resultados esportivos, e modalidades de provas não pertencentes aos Jogos Olímpicos/Paralímpicos, estas não estão desrespeitando a lei e nem suas ações são passíveis de serem julgadas como ilegais, pois, a elas aplica-se o princípio da autonomia da vontade, logo, indicar provas fora do escopo do programa, competições que não são válidas pela normativa do Ministério, pois a lei não proíbe, ao contrário, a legislação nem adentra estes detalhes.

Se por um lado, as Confederações possuem esta autonomia da vontade e decidem indicar todas as competições passíveis de inclusão de mais atletas no seio do programa, cabe ao ME cobrar o departamento encarregado em seu ato normativo: a SNEAR (Secretaria

Nacional de Alto Rendimento) de vetar tais indicações não condizentes com a legislação.

Existem autores que apresentam a visão de que muitas entidades responsáveis pela administração do setor esportivo fazem-se valer do conceito de autonomia dado pelo art. 217 da CF/88 como sinônimo de liberdade para fazer o que lhes for mais vantajoso, conforme esclarece Veronez (2005, p.286):

Há outros artigos constitucionais que causam impactos sobre o esporte. Quanto à questão da autonomia abordada acima, merece ser citado o Art. 5.º, Inciso II, que estipula que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. Além disso, os Incisos XVII, XVIII e XX conferem aos administradores da coisa privada plena liberdade de associação, a faculdade de associar-se ou manter-se associado, além de determinarem que não depende de autorização a criação de associações, sendo vedada a intervenção estatal em seu funcionamento (BRASIL, 2002a). Desse modo, sendo as entidades esportivas instituições privadas, elas não podem ser obrigadas a realizar além do que a lei lhes faculta. Assim, intervenções do Estado nessas entidades ferem princípios constitucionais.

A Legislação determina às Confederações Esportivas a função de indicar as competições, segundo o artigo 5º acima mencionado, estas são forçadas por lei a acatar.

Em virtude desta não abranger como as entidades devem exercer este papel, porque a Lei não pode adentrar as funções do executivo, sendo tolhidos os artigos da “lei que apresente vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada constitucionalmente ao Poder Executivo”(BRASIL, 2004, s.p.) e faça imposição de procedimentos que deveriam ser executados pelo ME as confederações podem escolher cumprir estes critérios estabelecidos. Caso os critérios não sejam acatados, o prejuízo é dos participantes do programa, os atletas, como observado, nos dados acima, com a modalidade de natação e futebol.

A reformulação da “*policy*” já consolidada, promoveu uma nova configuração nos papéis exercidos entre as “*politys*” envolvidas na execução do programa. O ME ao não esclarecer a “*politics*” que as Confederações Esportivas deveriam seguir, deixou uma lacuna na qual estas entidades passaram a escolher como preencher da forma mais vantajosa para elas.

Conforme observado nos dados acima apresentados, as Confederações vêm exercendo uma influência sobre programa. Deve-se refletir se estas entidades vêm definindo os rumos desta política pública, afinal, aquelas que não fazem as indicações, ou cumprem parcialmente seu papel, acabam por prejudicar os atletas que não podem se inscrever no programa, por falta de campeonatos válidos. Em contrapartida, pôde-se observar que as Confederações que exerceram e vem exercendo seu papel dentro do programa, cumprindo

com o estipulado em normativa, não é garantia de sucesso no maior número de subvenção dentro do programa, já que para o programa contemplar bolsistas, os atletas devem procurá-lo e se inscreverem.

Este estudo procurou evidenciar, como a legislação pode sofrer influências políticas nas suas determinações e como esta é facilmente reformulada quando o governo possui urgência de interesses. Adentrou-se depois na tentativa de realizar uma análise de como esta legislação vem sendo acatada pela administração pública e como as entidades de administração do esporte exercem as funções delegadas por este órgão. A finalidade era refletir como uma política pública pode mudar seus rumos de acordo com os interesses diversos das entidades por ele responsáveis, seja através da sua mudança na legislação que sofreu influências de representantes do setor esportivo e político, seja na sua execução, subordinada à autonomia da vontade das entidades esportivas.

6 CONCLUSÃO

Este estudo procurou analisar como uma “*policy*” é elaborada pelo sistema Legislativo brasileiro. Também se buscou destacar como a “*policy arena*” pode ser decisiva e influenciar o produto final de um projeto de lei, conforme demonstrado na comparação com o mesmo projeto inicial.

Destaca-se a força que o esporte de alto rendimento possui para entrar na agenda governamental (“*agenda-setting*”) e angariar mais políticas públicas que se dediquem a desenvolvê-lo, em detrimento das outras manifestações esportivas existentes (educacional e participação).

Esta pesquisa também demonstrou que quando a matéria possui relevância para implementação, o governo pode recorrer de meios mais eficientes para sancionar uma lei. Como no caso observado, a insatisfação com o desempenho dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000.

Em conjunto com a eleição do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, forçou os agentes governamentais para que fossem realizadas mais ações que contribuíssem com o desenvolvimento do esporte no país e pudesse impulsionar a realização deste objetivo. A reelaboração da Lei da Bolsa-Atleta não se deu de forma morosa através de tramitação regular, mas sim através de uma MP com força de lei e regime de urgência de tramitação.

Este estudo também procurou abordar as relações entre a Legislação e sua execução, investigando se as Confederações Esportivas vem exercendo seu papel estabelecido pela lei.

Como visto, com a reformulação desta normativa o setor privado teve maior liberdade para ter seus interesses sobre o programa atendidos. A criação das subcategorias de provas, faixa etária e sexo proporcionou ao programa uma maior capacidade de expansão, aumentando a quantidade de campeonatos e de rankings nacionais válidos para concessão dos benefícios. Algumas Confederações passaram a tirar vantagem desta abertura e conseguiram inserir mais modalidades de provas por faixa etária e sexo.

No entanto, nem todas as modalidades que as Confederações gerenciam são participantes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, desrespeitando a prioridade que a lei estabeleceu a estas modalidades, ela inclusive separou o processo de seleção dos eventos olímpicos/paralímpicos dos não-olímpicos e não-paralímpicos.

Destaca-se que o órgão responsável por fiscalizar as indicações destas entidades e

impedi-las de exercer seus interesses sobre o programa é o Ministério do Esporte. Este órgão não pode obrigar as Confederações a acatarem seus critérios, contudo, aquelas que fizerem indicações de campeonatos em desacordo com aqueles estabelecidos em normativa podem e devem ser rejeitados pelo órgão da administração pública.

A Legislação e a Portaria publicada pelo Ministério do Esporte devem ser mais claras quanto ao papel que estas entidades devem exercer, a fim de evitar que cada Confederação aplique critérios próprios para concessão de bolsas dentro do programa.

Este estudo também recomenda que a Legislação deva separar o pleito dos esportes individuais e coletivos, pois estas modalidades possuem especificidades que não podem ser generalizadas, observado na forma como o programa se organiza atualmente, com a indicação de ranking para modalidades individuais e coletivas, sendo que a grande maioria dos esportes coletivos não possui ranking individual por desempenho de atletas, como no caso das modalidades individuais.

Apesar de muitos campeonatos serem desafiadores, são eventos assim que contribuem para o desenvolvimento do esporte, neste sentido, esta pesquisa também se preocupou em questionar a qualidade da indicação de competições realizada pelas Confederações. O voleibol foi a única modalidade que elencou os eventos máximos de grande relevância nacional e internacional para o seu desenvolvimento no país.

A maioria das Confederações analisadas procurava indicar competições de menor porte como um campeonato sul-americano no lugar de um mundial da modalidade, por exemplo, neste caso, é mais fácil para os atletas de determinadas modalidades atingirem resultados expressivos nesse tipo de competição do que classificarem entre as três primeiras posições em um campeonato mundial, possibilitando uma maior quantidade de atletas se inscreverem em categorias de bolsas mais elevadas no programa.

Observou-se que mesmo cumprindo com todos os critérios previstos pela legislação, não é sinônimo de sucesso na subvenção de atletas pelo programa.

Como sugestões de pesquisas futuras, pode-se investigar o maior beneficiado por este programa, o atleta, como ele se relaciona com as entidades em que são filiados, com as Confederações e como participam do processo de seleção. Este estudo espera ter contribuído para o entendimento de algumas variáveis não explicadas em pesquisa anterior (CORRÊA, 2013) e avançado em alguns pontos investigados.

No âmbito das relações entre o Ministério do Esporte e as Confederações Esportivas, o que se estabelece é a autonomia da vontade destas entidades privadas sobre o programa, que passaram a definir os rumos desta política pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos- Revista do corpo discente da PPG-História da UFRGS**. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2010. 119f. Dissertação (mestrado).

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. **O segredo ineficiente revisto: o que propõem e que aprovam os deputados brasileiros**. Red Dados, 2000.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6ª ed. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, 315 p.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 10.891 de 09 de Julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm

BRASIL. Lei 12.868 de 15 de Outubro de 2013. Altera a Lei no 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal; altera a Lei no 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990; altera as Leis no 12.761, de 27 de dezembro de 2012, no 12.101, de 27 de novembro de 2009, no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e no 9.615, de 24 de março de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm

BRASIL. Medida Provisória de 20 de Setembro de 2010. Dispõe sobre as alterações das Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/502.htm#art3

BRASIL. Lei 12.395 de 16 de Março de 2011. Dispõe sobre as alterações das Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm

BRASIL. Portaria nº164, de 06 de outubro de 2011. Dispõe sobre as fases do pleito, procedimentos para inscrição, sobre os critérios para indicação de eventos esportivos, critérios para concessão da bolsa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsaAtleta/portariaN16406102011.pdf>>.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. São Paulo (SP): Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; 2008. 296f. Tese (doutorado).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 11 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Série textos básicos, nº 74), 2013, 415 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações (Série: Fontes de referência, Guias e manuais; nº 17), 2004, 420 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: Vol. 1. 2001, 674 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: 2010

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2010, 188f.

CONGRESSO NACIONAL. **Regimento Comum (Resolução nº 1, de 1970-CN)**. Brasília: Congresso Nacional, 2011, 298 p.

CORRÊA, Amanda Jorge. **O financiamento do esporte olímpico brasileiro: mapeamento inicial do programa "Bolsa-Atleta"**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013. 86f. Monografia (graduação em Educação Física).

CORRÊA, Amanda Jorge; MORAES E SILVA, Marcelo; MEZZADRI, Fernando Marinho, CAVICHIOILLI, Fernando Renato. Financiamento Do Esporte Olímpico De Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial Do Programa “Bolsa-Atleta”(2005-2011). **Pensar a Prática**, v. 17, n. 4, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. -27 ed. -São Paulo: Atlas, 2014.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de; VALLE, Juliana Carla de Freitas do. **Legislativo do Brasil: Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações (Série: Fontes de referência, Guias e manuais; nº 13), 2006, 41 p.

FLEXOR, G.; LEITE, S.P. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, 12., 2007, São Paulo, 2007. Anais... São Paulo: SEP, 2007

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento E Políticas Públicas**. Nº 21- Junho de 2000.

GODOY, Letícia. **O sistema nacional de esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2013. 164f. Tese (doutorado).
HIRATA, Edson; JUNIOR, Miguel Archanjo Freitas. BASTIDORES DO JOGO: AS INTERFERÊNCIAS NA ELABORAÇÃO DA LEI PELÉ. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 49, 2014.

KELLY, R.M. e PALUMBO, D. Theories for Policy Making. In: HAWKESWORTH, M. e KOGAN, M. (orgs.): **Encyclopedia of Government and Politics**. v.II, London and New York, 1992, p.643-655.

LABRA, A. E. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 9(2): 131-166, 1999.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eliane Zagury; ilustrações de Carybé- 60ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MEZZADRI, Fernando M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. 2000. Tese de Doutorado. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP:[sn].

MEZZADRI, F.M. MORAES E SILVA, M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. IN: MEZZADRI, F.M.(org.) **Políticas públicas e esporte**. Ed. Fontoura- Várzea Paulista- SP, 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Calendário Esportivo Nacional**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/calendario2007.pdf>

MORALES, Clarice. CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS NO BRASIL: Legislação Esportiva e Teorias do Terceiro Setor. **XVII SemeAd- Seminários em Administração**. Outubro/2014, ISSN: 2177-3866.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **Poder Regulamentar** . Disponível em 17.01.2011 no seguinte link: http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20110118231013562

PACHECO, Luciana Botelho. **Como se fazem as leis**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Série Conhecendo o Legislativo, nº 3), 2009, 79 p.

PIMENTEL, Écliton dos Santos. MEZZADRI, Fernando Marinho (orient.). **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: do Estado Novo até a Lei Pelé**. Curitiba, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Veto Presidencial da Lei 10.891/2004**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Msg/Vep/VEP-386-04.htm

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá. **Modelos de governança e organizações esportivas: uma análise das federações e confederações esportivas brasileiras**. 2012. Tese de Doutorado. Tese de doutorado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. 136f.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro** [1996]. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 4, 2005, pp. 693 a 735.

SARAMAGO, José de Souza. **Outros Cadernos de Saramago**. Disponível em: <http://caderno.josesaramago.org/2008/09/>

SENADO FEDERAL. **Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93, de 1970)**. Brasília: Senado Federal, 2011, vol. 1, 320 p.

SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**. Brasília, DF: 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

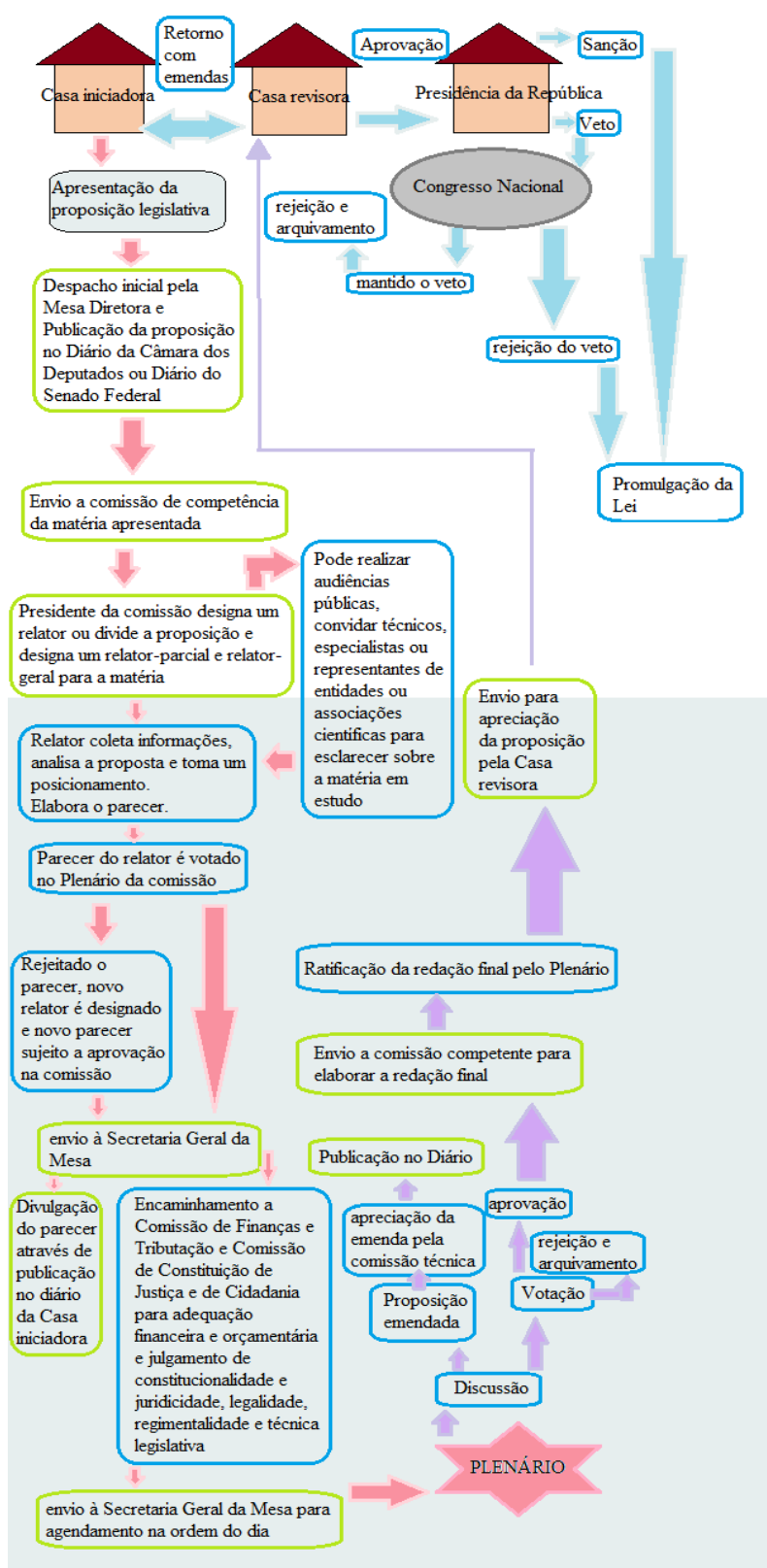
STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político-burocrático e científico-acadêmico**. Tese (Doutorado), UFPR, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JR, Wanderley. **Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços**. *Revista Brasileira Educação Física e Esporte*, (São Paulo) 2015 Abr/Jun; 29(2):217-28.

TREVISAN, A.P. BELLEN, H.M.V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 42(3): 529-50, maio/jun. 2008

VERONEZ, L. F. C. **Quando o estado joga a favor do privado: as políticas de estado após a constituição de 1988**. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2005, 386f. Tese (doutorado)

VIANA, A.L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 30 (2): 543. MAR./ABR. 1996.



ANEXO 1- CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA CONCESSÃO DA CATEGORIA DE BOLSA ATLETA PÓDIO.

TABELA DE VALORES - BOLSA-ATLETA PÓDIO				
Critérios de manutenção para permanência				
Critérios de Entrada	2013	2014	2015	2016
Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00	Bolsa de R\$ 15.000,00
1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) nos Jogos Olímpicos/Paralímpicos de Londres 2012 OU 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2013 OU 3) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 OU 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2014 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2015 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas medalhistas (ouro/prata/bronze) no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no momento da inscrição no 1º, 2º ou 3º lugar no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição
Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00	Bolsa de R\$ 11.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º nos Jogos Olímpicos/Paralímpicos de Londres 2012 OU 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Ranking Mundial 2013 OU 3) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Ranking Mundial 2014 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Ranking Mundial 2015 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição
Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00	Bolsa de R\$ 8.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º nos Jogos Olímpicos/Paralímpicos de Londres 2012 OU 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2013 OU 3) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2014 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2015 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º ou 16º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição
Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00	Bolsa de R\$ 5.000,00
1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º nos Jogos Olímpicos/Paralímpicos de Londres 2012 OU 2) Estar ranqueado no momento da inscrição no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2013 OU 3) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2013	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2013 ou em competição equivalente em 2013 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2014 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2014 ou em competição equivalente em 2014 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2015 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição	1) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2015 ou em competição equivalente em 2015 OU 2) Atletas que obtiveram as colocações: 17º, 18º, 19º ou 20º no Campeonato Mundial 2016 ou em competição equivalente em 2016 OU 3) Estar ranqueado no 17º, 18º, 19º ou 20º no Ranking Mundial 2016 * critério 1 ou 2 em função da competição mais recente no momento da inscrição

O ranking considerado será sempre o da medalhada publicada pelo atleta no momento da inscrição no programa. De uso de medalha de prova, categoria ou outro atributo, valor e o ranking anual da respectiva prova.

FONTE: Ministério do Esporte. Disponível em: <

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/brasilMedalhas/criteriosValoresBolsaPodio.pdf>>